



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A GEOGRAFIA ELEITORAL DAS MILÍCIAS**  
**um estudo exploratório dos candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro**

**IGOR NOVAES LINS**

**Brasília**  
**2022**

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Igor Novaes Lins

A GEOGRAFIA ELEITORAL DAS MILÍCIAS:  
um estudo exploratório dos candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade (IPOL/UnB)

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB)

Suplente:

Profa. Dra. Rebecca Abers (IPOL/UnB)

Brasília,  
Maio de 2022

Aos que se dedicam à construção de um mundo igualitário e justo.

Aos que perdemos na luta pela emancipação.

À Marielle Franco.

## AGRADECIMENTOS

O período de mestrado não foi fácil, fomos acometidos por uma terrível doença e por problemas decorrentes sociais dela. Em meio a tantas adversidades causadas pela pandemia de Covid-19 e pela má gestão do governo Bolsonaro, fazer essa dissertação só foi possível porque tive saúde para tal. Por isso, agradeço os profissionais da saúde e à ciência que viabilizaram a vacina e lutaram bravamente para salvar vidas.

Aos demais trabalhadores da linha de frente da pandemia, cobradores, motoristas, coletores de lixo, atendentes de supermercado e outros, que mantiveram nossos serviços funcionando durante o pior momento e sob a negligência de nossos governantes.

Agradeço à minha mãe. Foi ela quem apostou em mim, viabilizou meus sonhos e sempre me defendeu de todos os problemas. Sempre compreensível com minha ausência durante esse período, ela esteve comigo durante os piores e melhores momentos.

À minha vó.

Aos meus irmãos.

Aos meus sobrinhos, Luis Miguel, Luis Artur, Mariana, Thiago e Heloísa por alegrarem minha vida.

Aos meus amigos, minha verdadeira rede de apoio, pelas leituras e pelo ombro amigo. Thalys, Monica, Sara, Luiz, Rodrigo, Carlos, Bruna Mateus, Bruna Tamires, Ana, Paula e Nicole são alguns que posso nomear.

Aos meus colegas de mestrado, por compartilhar as dificuldades e vibrar com as alegrias: Ana Vaz, Bárbara, Marina e Mariana. Especialmente ao João Victor, meu parceiro da vida acadêmica, por compartilhar as angústias, me motivar a ser melhor e acreditar em mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que financiou o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Ao meu orientador, pela escuta sensível e por apostar e lutar pelas minhas ideias.

Às professoras Debora Rezende, Danusa Marques e Rebecca Abers, pela compreensão e suporte durante o período de trabalho na RBCP.

Aos servidores do IPOL.

Agradeço especialmente aos terceirizados da limpeza do IPOL por todo o carinho.

## RESUMO

Essa dissertação pesquisa a distribuição espacial dos votos dos candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro que estão supostamente ligados às milícias na capital, durante as eleições municipais ocorridas entre 2000 e 2016. O problema de pesquisa busca investigar se existe um padrão de votação comum entre os candidatos analisados. O objetivo é entender se o apoio das milícias aos candidatos se reverteu em voto nessas regiões e se o perfil da votação desses parlamentares é mais concentrado nas regiões de milícias. Para isso, foi utilizada uma abordagem quantitativa e exploratória, a partir da análise de autocorrelação espacial. Desse modo, o trabalho busca contribuir com as discussões sobre geografia eleitoral e formas de poder local e o institucionalismo, correntes tradicionais da ciência política, e dar suporte às prematuras discussões sobre crime organizado e política. Utiliza-se a tipologia proposta de Barry Ames para verificar a existência de um tipo de votação *concentrado* ou *disperso* e *dominante* ou *compartilhado*. Os resultados indicam um tipo de votação *compartilhado*. Por outro lado, não se conseguiu verificar um padrão no outro eixo relativo aos votos *concentrados* ou *dispersos* por limitações metodológicas da unidade de análise adotada. É observado uma correlação espacial entre os candidatos ligados aos grupos criminosos de Gardênia Azul e da Liga da Justiça. Do lado teórico, conclui-se que as milícias utilizam estratégias políticas de organizações políticas como partidos políticos, movimentos sociais e grupos de pressão. Por fim, nota-se um processo de institucionalização das milícias através da “autoridade prática”, das ideias e do legado institucional dos grupos de extermínio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia eleitoral; Milícias; Institucionalismo; Poder local; Ação política.

## **ABSTRACT**

This master's thesis researches the spatial votes' distribution of candidates for the Rio de Janeiro City Council, who are allegedly associated to "milícias" in the capital, during the municipal elections that took place between 2000 and 2016. The research problem seeks to investigate whether there is a common voting pattern among the analyzed candidates. The objective is to understand whether the milícia's support for the candidates translates into votes in these regions and whether the voting profile of these legislators is more concentrated in militia regions. To this end, a quantitative and exploratory approach was used, based on spatial autocorrelation analysis. In this way, the work seeks to contribute to the discussions on electoral geography and forms of local power and institutionalism, traditional currents of political science, and to give support to the early discussions on organized crime and politics. The typology proposed by Barry Ames is used to verify the existence of a concentrated or dispersed and dominant or shared type of voting. The results indicate a similar type of voting. On the other hand, it was not possible to verify a pattern on the other axis concerning concentrated or dispersed votes due to metodological limitations of the spatial unit of analysis adopted. A spatial correlation is observed between candidates linked to the Gardênia Azul and Justice League criminal groups. From the theoretical point of view, it is concluded that militias use political strategies of political organizations such as political parties, social movements and pressure groups. Finally, a process of institutionalization of militias through the "practical authority," ideas, and institutional legacy of extermination groups is noted.

**KEYWORDS:** Electoral geography; Milícias; Institutionalism; Local power; Political action.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: A GEOGRAFIA ELEITORAL E O SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA ABERTA.....	15
1.1 A lista aberta proporcional .....	17
1.2 A geografia eleitoral .....	20
CAPÍTULO 2: O CRIME ORGANIZADO NO RIO DE JANEIRO E A POLÍTICA COMO MERCADORIA CRIMINAL .....	24
2.1 O crime organizado e o controle do território .....	27
2.2 O que a polícia tem a ver com isso? As interfaces do crime organizado com os agentes das forças repressivas do Estado .....	28
2.3 As milícias .....	31
2.4 O crime enquanto político: institucionalização e possibilidades institucionais das milícias .....	36
2.5 Milícia e ação política.....	42
CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA E RESULTADOS.....	48
3.1 Metodologia, seleção dos casos e limitações da pesquisa .....	48
3.2 Domínio territorial e político: o papel das zonas eleitorais .....	53
3.3 O perfil dos vereadores .....	58
3.4 As conexões .....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
Referências .....	94
ANEXOS .....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2004) e Marcello Siciliano (2016) ....	63
Gráfico 2 – Moran Global Bivariado: Marcello Siciliano (2016) e Cristiano Girão (2008) ....	63
Gráfico 3 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2008) e Cristiano Girão (2004) ....	64
Gráfico 4 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2012) e Cristiano Girão (2004) ....	64
Gráfico 5 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2008) e Marcello Siciliano (2016) .	65
Gráfico 6 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2012) e Marcello Siciliano (2016)	65
Gráfico 7 – Moran Global Bivariado: Nadinho (2000) e Carminha Jerominho (2008) .....	67
Gráfico 8 – Moran Global Bivariado: Nadinho (2004) e Carminha Jerominho (2008) .....	67
Gráfico 9 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2000) e Nadinho (2000).....	68
Gráfico 10 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Nadinho (2008).....	68
Gráfico 11– Moran Global Bivariado: Jerominho (2000) e Nadinho (2000).....	69
Gráfico – 12 Moran Global Bivariado: Nadinho (2000) e Jerominho (2004).....	69
Gráfico 13 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2016) e Nadinho (2000) .....	70
Gráfico 14 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2004) e Nadinho (2004) .....	71
Gráfico 15 – Moran Global Bivariado: Carminha Jerominho (2008) e Jerominho (2004).....	72
Gráfico 16 – Moran Global Bivariado: Carminha Jerominho (2008) e Jerominho (2004).....	72
Gráfico 17 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Carminha Jerominho (2008).....	73
Gráfico 18 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Carminha Jerominho (2012).....	74
Gráfico 19 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Carminha Jerominho (2008) .....	75
Gráfico 20 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Carminha Jerominho (2012) .....	75
Gráfico 21 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Carminha Jerominho (2012).....	76
Gráfico 22 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Carminha Jerominho (2008).....	76
Gráfico 23 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (200) e Carminha Jerominho (2008).....	77
Gráfico 24 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (200) e Carminha Jerominho (2008).....	77
Gráfico 25 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Jerominho (2004).....	78
Gráfico 26 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Jerominho (2000).....	78
Gráfico 27 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Jerominho (2000).....	79
Gráfico 28 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Jerominho (2004).....	79
Gráfico 29 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Jorge Babu (2000).....	80

Gráfico 30 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Jorge Babu (2004).....	80
Gráfico 31 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Chiquinho Sepetiba (2004).....	81
Gráfico 32 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Chiquinho Sepetiba (2008).....	82
Gráfico 33 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Deco (2004) .....	82
Gráfico 34 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Deco (2004) .....	83
Gráfico 35 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2008) e Zico Bacana (2016).....	84
Gráfico 36 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2004) e Zico Bacana (2008).....	84
Gráfico 37 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Jerominho (2004).....	85
Gráfico 38 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Jerominho (2000).....	85
Gráfico 39 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Cristiano Girão (2008) .....	86
Gráfico 40 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Chiquinho Brazão (2012)..	86
Gráfico 41 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Marcello Siciliano (2016) .	87

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Zonas eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias.....	54
Mapa 2 – Seções eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias.....	55

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Padrões de distribuição espacial de votos proposto por Barry Ames.....	21
Tabela 2 – Candidatos à vereança no Rio de Janeiro com possível ligação com as milícias...	51
Tabela 3 – Desempenho detalhado candidatos com perfil dominante nas Zonas Eleitorais (ZE) .....	59
Tabela 4 – Distribuição dos candidatos a partir da tipologia de Ames .....	60
Tabela 5 – Grupo miliciano ao qual os candidatos e os vereadores estão supostamente ligados .....	61
Tabela 6 – Distribuição das Zonas Eleitorais por bairro e controle das milícias .....	99
Tabela 7 – Localização das Zonas Eleitorais da cidade do Rio de Janeiro .....	100
Tabela 8 – Número de eleitores por Zonas Eleitorais .....	104

## INTRODUÇÃO

As pesquisas no Brasil sobre o crime organizado e seus imbricamentos em diversas esferas da vida social e político tem crescido. Ainda que fora da ciência política, já existem estudos que enquadram as milícias, objeto dessa pesquisa, como um agente político. O emprego da política como mercadoria criminal não é propriamente uma novidade nos estudos da área.

Os anos 2000 marcam a entrada forte dos milicianos nas eleições municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Não só os criminosos lançaram uma série de candidaturas, como foram bem-sucedidos em alçar nomes competitivos para o pleito. Nadinho de Rio das Pedras, Jorge Babu e Jerominho (e sua prole) são alguns dos nomes mais notáveis da entrada de milicianos nos espaços de política institucional formalizados.

O crescimento do almejo eleitoral, o número alto de eleitores sob seu domínio e o controle intenso dos territórios é a fórmula para o sucesso eleitoral dos candidatos relacionados com as milícias nos últimos 20 anos e a intensificação do uso da utilização das eleições como item da sua mercadoria política, componente mais amplo da econômica criminal das milícias no Rio de Janeiro.

A estimativa desse trabalho é que pelo menos 48 das 97 zonas eleitorais do Rio de Janeiro tenham alguma influência dos milicianos. O crescimento da população de eleitores dessas regiões também atenção. Entre 2000 e 2016 o aumento foi de 31,54% das zonas eleitorais com presença de milícia, contra 15,54% das regiões sem domínio das milícias. O crescimento é mais visível principalmente nos bairros de Rio das Pedras, Santa Cruz, Campo Grande e Gardênia Azul. Por essa razão, é cada vez mais razoável pensar em uma geografia político-eleitoral das milícias. Os criminosos apostam na lógica do domínio territorial como mobilizador de suas estratégias eleitorais.

As pesquisas sobre as milícias e a política trazem inúmeras dificuldades. Por ser uma atividade criminosa e combatida pelo Estado há alguns anos, sua atuação foi gradativamente colocada na clandestinidade, sobretudo após a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Por essa razão, as principais pesquisas sobre o tema foram de cunho etnográfico e observacional.

Por outro lado, o Relatório Final da CPI das Milícias na Alerj trouxe uma série de insumos para pesquisas ao indicar nomes de políticas ligados às milícias e algumas de suas táticas de ação institucional, principalmente em termos eleitorais. Além disso, o apontamento

de atores ligados às milícias e os próprios grupos milicianos foi determinante para o sucesso dessa pesquisa.

Por essa razão, essa dissertação toma um caminho diferente dos estudos realizados até aqui e recorre à geografia eleitoral para pensar as milícias. Assim, tanto de um lado teórico quanto metodológico, são mobilizadas categorias de análise pouco usuais no campo. O institucionalismo, a geografia eleitoral e literatura sobre ação política.

A pesquisa investiga a distribuição espacial dos votos os candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro com supostas ligações com grupos criminosos nas eleições entre 2000 e 2016. De caráter exploratório e descritivo, a pergunta de pesquisa é: *existe um padrão de distribuição espacial dos votos dos candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro supostamente ligados às milícias?*

A pesquisa busca identificar o padrão de votação dos candidatos a partir de duas dimensões formuladas por Barry Ames (2003), *concentrado/disperso* e *dominante/compartilhado*. Com base nessas dimensões, é possível estabelecer seguinte conjunto de padrões de distribuição de votos da tipologia de Ames: concentrado-dominante; concentrado-compartilhado; disperso-dominante; disperso-compartilhado.

O texto é dividido em três capítulos e breves considerações finais. No primeiro deles, é discutido algumas premissas teórico-metodológicas que baseiam o estudo da geografia eleitoral das milícias. O sistema proporcional de lista aberta é enquadrado pelo seu favorecimento às lógicas de competição eleitoral baseada no território comparado ao sistema proporcional de lista fechado. Além da importância do território para a representação política e a importância da geografia para a política, especialmente em um contexto federativo.

A segunda parte vislumbra um diálogo entre a ciência política e os estudos sobre o crime organizado. O objetivo não é apenas discorrer os textos e suas ligações, fazer uma simples revisão teórica, mas propor uma análise inovadora e contribuir substancialmente para uma discussão emergente das milícias enquanto instituição política e do seu uso da ‘autoridade prática’, das ideias e do legado como fórmula para o processo de institucionalização. Ademais, também é negritoado o uso de estratégias políticas existentes em outros tipos de organizações políticas clássicas da disciplina, os movimentos sociais, os grupos de pressão e os partidos políticos.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta o desempenho de pesquisa e suas limitações para a análise proposta. Além disso, retoma a importância dos territórios para a geografia eleitoral das milícias em um contexto de estruturas de cliente e apresenta dados sobre o aumento de

eleitores nessas zonas eleitorais. O padrão de distribuição geográfica dos votos é abordado e propõe a comparação da distribuição de votos dos candidatos dividido pelos grupos criminosos em que estão possivelmente associados.

## **CAPÍTULO 1: A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: A GEOGRAFIA ELEITORAL E O SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA ABERTA**

O território é a principal fonte de disputas entre grupos do crime organizado e o principal objeto de dominação política dos milicianos nas periferias do Rio de Janeiro (MANSO, 2020). Nesse sentido, além de organizar uma série de processos políticos formais e ser determinante para a formulação de políticas públicas, é a principal condição para a representação política desde a formação do Estado moderno. A existência de uma classe dirigente na modernidade veio acompanhada da ideia de território, a partir de um controle rigoroso da circulação de bens e de pessoas. O controle e a submissão territorial viabilizaram a centralidade territorial desse poder político, conforme Iná Elias de Castro (2005).

De acordo com Nadia Urbinati e Mark Warren (2008), o território é a régua para o compartilhamento de poder e o principal fundamento organizar da representação política, por essa razão. Ao seguir essa lógica, dentro da concepção de formação do eleitorado e de um corpo de representantes, o local de residência definirá onde o indivíduo votará, poderá ser votado e em quem é autorizado a receber ou dar votos. Em outras palavras, os fenômenos políticos se territorializam (ver CASTRO, 2005).

A política, entendida como intermediação e expressão dos conflitos sociais, tem o território como sua base material e simbólica (CASTRO, 2005). A importância política do território não se limita ao voto. Mesmo quando se pensa em territórios eleitorais, existe o peso das campanhas, do próprio exercício do mandato e da accountability vertical, que pode ser exercida a partir da lógica local (TERRON, 2010). Particularmente, em um Estado federativo, as eleições são organizadas essencialmente a partir das dinâmicas espaciais dos estados e dos municípios (ZOLNERKEVIC, RAFFO, 2013), com destaque para:

- A organização espacial das eleições, especialmente a definição de distritos eleitorais;
- A variação espacial dos padrões de votação em relação à variação das características da população;
- A influência de fatores regionais em atitudes e decisões de votação;
- Padrões espaciais de representação política que resultam na tradução de votos em cadeiras em um corpo representativo;
- E as variações espaciais no nível de poder e a implementação de políticas que refletirão nos padrões de representação (ZOLNERKEVIC, RAFFO, 2013, p. 222).

Nesse sentido, apesar da inclusão de todos os moradores partir da lógica territorial das eleições, o sistema de representação baseados na residência desprivilegia grupos historicamente

oprimidos, porque ele se baseia na relação de confiança entre indivíduos residentes e representantes, e não a partir de uma lógica baseada em identidades, como a racial ou de gênero, por exemplo. As próprias questões relativas a grupos racializados ou de mulheres e LGBTQIA+ são postas em segundo plano. Em outras palavras, ao unir o eleitorado geograficamente baseados em residências, as eleições teoricamente incluem “universalmente” todos os indivíduos, mas excluem questões emergentes que não são compartilhadas com base na residência e sim em outros fatores de identidade (URBINATI, WARREN, 2008).

Do ponto de vista da geografia política, a representação consiste em uma relação entre comunidade política de um território (nacional ou subnacional) e os representantes. A representação política baseada na territorialidade despontou como forma de levar os complexos conflitos de interesse para as esferas da arena política institucional, sobretudo ao Poder Legislativo (CASTRO, 2005).

O Estado é o principal espaço do fazer político. Mesmo ao considerar as tensões sociais envolvidas pela disputa de poder, o Estado reflete a importância do território ao passado que o território legitima e fundamenta o domínio estatal e sua estrutura de poder político-territorial enquanto instituição. Desse modo, o espaço estatal é onde se dá a maior parte dos conflitos políticos e o território é a arena que fundamenta as ações políticas (CASTRO, 2005).

É nesse contexto que nascem as novas formas de representação política no campo da informalidade, já que a democracia não é reduzida somente aos mecanismos formais de tomada de decisão e a representação eleitoral não é capaz de representar a totalidade a complexidade dos grupos políticos. Nesse sentido, na interpretação de Nadia Urbinati e Mark Warren (2008), as eleições são um subconjunto representativo que compõe as formas complexas de representação política na qual o representado autoriza o representante a manifestar seus interesses nas instituições políticas.

A legitimada democrática é caracterizada pelo sistema eleitoral. Apesar disso, a representação política pode ter um carácter idealizador e ultrapassar os limites definidos pelas instituições e pelas formas nas quais a cidadania se dá geograficamente. As preferências do eleitor são representadas em uma eleição e um governo e uma oposição são constituídos. Assim, todos participam para a criação de um órgão representativo (URBINATI, WARREN, 2008).

De maneira mais objetiva, a dimensão territorial é essencial para a formulação das listas eleitorais de candidatos ao Legislativo e dos nomes ao Executivo estadual e municipal. Os formuladores das listas partidárias levam em consideração uma distribuição mínima de

candidatos geograficamente e privilegiam os candidatos vinculados com setores específicos do eleitorado na disputa legislativa (NICOLAU, 2006).

Portanto, o território importa ao passo que organiza as disputas políticas e influenciam a maneira material que as discussões serão feitas. Nessa dinâmica, o apoio de lideranças locais ou grupos de moradores é algo comum nas estratégias de campanhas eleitorais, já que a estratégia de vizinhança e bairro são muito relevantes para os candidatos angariarem grupos de eleitores geograficamente organizados (NICOLAU, 2006; ZOLNERKEVIC, RAFFO, 2013; GELAPE, 2017).

O valor do território é acentuado no sistema eleitoral de lista aberta proporcional para os cargos no Poder Legislativo em um contexto de comparação entre os sistemas proporcionais. A lista aberta facilita que diversas lógicas dos eleitores expressarem seu voto possam emergir, como a lógica territorial. Ademais, em uma conjuntura de preponderância do Executivo e de sua forte influência nas eleições proporcionais, a campanha baseada em redutos eleitorais geográficos ganha proeminência. A pesquisa empírica de André Borges (et al, 2016) indica que as clivagens de governo e de oposição é uma variável explicativa da distribuição geográfica do voto e que coalizões governamentais tendem a dispersar votos no território.

O município é a escala de análise dessa pesquisa. Nele, ocorre a mais concreta expressão política do conjunto de territórios e grupos sociais. A escala municipal emerge em um contexto de busca por mais cidadania e poder local no Brasil. O federalismo brasileiro como se conhece, que nasceu da engenharia política constitucional de 88, permite que o município seja o lugar onde as decisões políticas mais diretas sejam tomadas, justamente porque é onde as pessoas fazem política e as políticas públicas são executadas de fato. O federalismo, à medida que descentraliza o poder, impõe limites de ação da sociedade local sobre seu próprio território. (CASTRO, 2005).

Por outro lado, se trata de estrutura federativa na qual o município é o ente federado mais fragilizado em termos de captação de recursos. O que acaba gerando uma forte dependência política e orçamentária dos demais níveis da federação, principalmente em relação ao Executivo Federal.

## **1.1 A lista aberta proporcional**

O sistema eleitoral é um conjunto de regras que organizam a vida eleitoral e define como os votos serão convertidos em cadeiras nos poderes Legislativo e no Executivo. O sistema

proporcional de lista aberta é o adotado para preencher as cadeiras no Legislativo e transforma os votos em várias cadeiras parlamentares no Brasil. Por essa razão, por ser proporcional e não majoritário, é considerado o mais pluralista, já que um único partido ou candidato vencedor não ocupará todos os assentos ou um assento principal (SACCHET, 2018).

O sistema proporcional permite a distribuição de cadeiras para diversos grupos políticos, partidos ou coligações que não conseguiram a maioria dos assentos. Ao não precisar da maioria ou de todos os votos para ser eleito ao Legislativo, as estratégias partidárias e individuais dos candidatos também serão afetadas. O sistema proporcional encoraja os partidos a apresentarem candidaturas levando em consideração alguma diversidade regional e os candidatos a buscarem nichos específicos do eleitorado (SACHET, 2018).

O sistema eleitoral de lista aberta estimula que os candidatos tenham incentivos para atender parcelas da população afim de se diferenciar dos colegas de partidos ou de concorrentes da mesma localidade. Assim, é vantajoso buscar parcelas coerentes na geografia eleitoral dos municípios porque o voto, por consequência também a campanha, é mais centrado no candidato do que no partido. No sistema de lista aberta os candidatos são mais propensos a aderir às estratégias de conquista de voto local que comparado ao sistema de lista fechada (JANKOWSKI, 2016).

Os candidatos são derrotados por outros da própria lista partidária, a concorrência se dá entre relativamente mais entre os colegas de partido do que outros concorrentes, uma vez que o voto partidário tem valor reduzido e os candidatos quase sempre deixam de ser eleitos por não atingirem votação suficiente, por mais que o partido tenha uma votação expressiva. Geralmente, candidatos não são reeleitos por serem derrotados por outros na própria lista partidária (NICOLAU, 2006; SONIA TERRON, 2010; JANKOWSKI, 2016).

O sistema eleitoral de lista aberta leva o candidato a concorrer com outros do mesmo partido. A consequência é o candidato precisar de estratégias de campanha mais personalizadas e de uma reputação atrativa o suficiente para ter a preferência dos votos (JANKOWSKI, 2016). É o reforço da estrutura de campanhas personalistas que perdura no Brasil.

O alto grau de independência dos candidatos em relação aos partidos se dá pela ocupação das cadeiras legislativas pela lista aberta. Nela, não existe uma lista pré-ordenada pelos partidos da ordem de eleitos, assim, os candidatos bem conhecidos e bem financiados são privilegiados na corrida eleitoral. E, por essa razão, os partidos se voltam cada vez mais para formas típicas de clientelismo político em vez de dinâmicas mais ideológicas de disputa político-eleitoral (SACHET, 2018).

O partido, no atual quadro, tem poder reduzido de influência de voto e a conexão por fora da estrutura partidária é mais relevante para a maioria dos candidatos aos cargos proporcionais. O principal no jogo eleitoral é o candidato, e assim a vida municipal é decisiva para a eleição de deputados federais e estaduais, e, da mesma forma, os bairros e distritos na concorrência dos cargos de vereança. Inclusive, nesse sentido, existe a predominância do tipo de prestação de contas geográfico. Os candidatos tendem a priorizar regiões onde recebeu expressiva votação por essa razão (NICOLAU, 2006).

Pesquisas empíricas, como a de Jankowski (2016), demonstram que o candidato recebe mais votos caso resida proximamente aos seus distritos eleitorais. Isto é, o candidato que tem contato e residência próxima ao eleitor tende a conseguir formar um reduto eleitoral ou distrito informal, como é chamado por alguns autores. O eleitor leva em conta a conexão do candidato com o território. Os candidatos adotam perfis regionalizados e estratégias de campanha e atuação parlamentar mais local.

Em outras palavras, conforme Barry Ames (2012), no sistema proporcional de lista aberta os candidatos não precisam de grandes fatias de eleitor ou do eleitorado médio. Ele pode concentrar seus votos em “coortes” de eleitores específicos. Os legisladores buscam benefícios geograficamente individualizáveis para viabilizar uma política local clientelista. Apesar de idealmente buscarem votos em todas as regiões do distrito eleitoral (a cidade ou o estado), os candidatos ao Legislativo delimitam suas campanhas a partir de lógicas geográficas.

Por essa razão, é comum a existência de intermediários para controlar o acesso a grupos de eleitores a partir da combinação entre coerção violenta e distribuição de cargos e favores. Os políticos oferecem a participação em contratos públicos e benefícios financeiros para os intermediadores. Quanto maior o controle e as barreiras impostas pelos intermediários, mais os políticos pagam para acessar os votos (AMES, 2012).

Não há facções ou lideranças com controle significativo dos eleitores nas áreas urbanas na visão de Ames (2012), diferentemente das áreas rurais, onde os candidatos sofrem ameaças e tem seus comícios em risco. Ao comparar o urbano e o rural, o autor defende que, por essa razão, as barreiras contra os forasteiros são difíceis de sustentarem-se em distritos eleitorais urbanizados. Em resumo, os distritos rurais estariam mais sujeitos à violência política.

Ademais, as disputas localizadas em distritos geográficos determinados são mais difíceis de acontecer. Os novos candidatos competidores precisam esperar as velhas lideranças se aposentarem para herdar votos e adentrar uma nova localidade. Existem poucos incentivos

para novos candidatos, em regiões com concentração de titulares fortes em busca de reeleição (AMES, 2012).

No entanto, as milícias no Rio de Janeiro contradizem essa lógica apontada por Ames (2012). O contexto carioca combina, a partir da existência de grupos armados de intermediação política, o controle ao acesso de um grupo de eleitores e a coerção violenta para a distribuição de cargos e favores. Nesse sentido, essa pesquisa busca, justamente, verificar se esse controle político, social e cultural também se reflete em padrões eleitorais, o que de fato não se pode afirmar sem uma análise rigorosa dos dados.

## 1.2 A geografia eleitoral

Por que candidatos recebem maior apoio eleitoral de alguns lugares do que de outros? A geografia eleitoral busca os fatores que interagem de maneira complexa nessa situação (SOARES, TERRON, 2008). As estratégias eleitorais respondem fortemente a lógica de dominação local e se dão no nível municipal, como já argumentado, e dão os indícios de resposta à pergunta. As estratégias eleitorais são fortemente cooptadas pelo Executivo, os presidentes e governadores, a partir da distribuição de cargos e verbas da máquina estatal que podem ser dispostas dentro da competição partidária (BORGES et al, 2016).

Por essa razão, Ames (2012) elaborou uma tipologia para analisar os diferentes padrões eleitorais nas disputas para deputados federais e para as características de distribuição de votos nos municípios ou distritos eleitorais, classificados como:

1. Municípios concentrados-dominados: domina-se um grupo de municípios contidos (ou de bairros). Nesses casos, as famílias ou as redes do candidato podem ter tradição de poder nessa região, ou, façam acordos com chefes locais, ofereçam cargos localmente;
  - Adicionalmente, nesses tipos de distrito paroquial, André Borges (et al, 2016) explica que os parlamentares dominam uma região de municípios adjacentes, mas partindo de um município chave, onde se tem muitos votos.
2. Municípios concentrados compartilhados: grupos de pessoas em várias regiões votam em determinados candidatos com determinados perfis;
  - É composto pelos parlamentares encontrados nas grandes cidades e capitais do país. Eles não conseguem dominar o município porque os colégios eleitorais são extensos e se ligam a grupos de opinião política mais difuso e voltados para temas específicos do que “benefícios particularizados” (BORGES et al., 2016).

3. Municípios dispersos compartilhados: candidatos utilizam grupos de eleitores numericamente reduzido dentro de um mesmo município. Geralmente, são candidatos religiosos;

- A característica é de baixo percentual de votos e difusos geograficamente. Tem votação em todos o estado, com dependência menor de redes locais. Perfil de políticos que tiveram cargos ou visibilidade estadual e nacional. É o voto mais ideológico por mobilizar minorais espalhadas por todo estado (BORGES et al., 2016).

4. Municípios dispersos-dominados: geralmente de candidatos burocratas de nível estadual ou de políticos com acordo de líderes locais. Pode estar ligado a relações clientelistas.

- São parlamentares com tipo de votação dispersa entre diversos municípios e com um grau alto de dominância na média. São geralmente parlamentares com redes de clientelas em regiões específicas dos estados. São pessoas que estavam anteriormente ligadas a postos com poder de implementação de políticas públicas na ponta (BORGES et al., 2016).

É alto o custo de fazer campanha em vários municípios nos estados de extensão territorial grande, por isso é vantajoso concentrar esforços em municípios geograficamente contíguos ou até mesmo em populações localizadas, a fim de obter apoio massivo em distritos ou bairros. Nos casos de candidatos de oposição, que não contam com a máquina governamental, é melhor focar em poucos municípios (BORGES et al., 2016).

De maneira mais resumida, Terron (et al, 2013) apresenta o seguinte quadro (quadro 1) para ilustrar os padrões estaduais de distribuição espacial dos votos confeccionado por Ames:

Quadro 1 – Padrões de distribuição espacial de votos proposto por Barry Ames

Padrões estaduais de distribuição espacial			
% do total de votos em municípios principais			
		Baixa	Alta
Distribuição espacial de municípios principais	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

Fonte: Terron (et al, 2012, p. 33) a partir de Barry Ames.

Outros trabalhos, como o de Sonia Terron (et al, 2012) e de Lucas Gelape (2017), utilizaram essa tipologia para analisar o quadro da vereança eleita de maneira bem-sucedida no município do Rio de Janeiro. No lugar do município, a escala utilizada foi o bairro a partir dos resultados obtidos pelas seções eleitorais, o que demanda um enorme esforço de trabalho para tratamento e análise do extensivo volume de dados. Terron, Riberio e Lucas (2012) utilizam os quatro padrões de votação dos candidatos eleitos elaborado por Ames e entendem que pode ser aplicado para os não eleitos e utilizado nas diversas instâncias de concorrência eleitoral proporcional.

Gláucio Soares e Sonia Terron, ao analisar a geografia eleitoral da eleição e da reeleição do ex-presidente Lula em 2002 e 2006, notam que os efeitos contextuais importam para as eleições e são “especialmente estruturados pelo ambiente em que vivem, pelas coisas que veem e experimentam e pelos encontros que têm ao longo da vida”. Além disso, os efeitos composicionais podem ser determinantes, isto é, “baseados nos grupos sociais a que pertencem, nas suas criações e aquisições ao longo da vida” (SOARES, TERRON, 2008, p. 275). Qual importa mais? Se os dois, em que medida cada um deles é um dos desafios da área.

A geografia eleitoral busca identificar padrões na distribuição geoespacial dos resultados eleitorais para responder a essas perguntas. Gelape (2017) afirma, inclusive, a necessidade da busca de padrões para fundamentar os estudos empíricos da geografia eleitoral. Mesmo assim, pela reduzida bibliografia elementar sobre a área no Brasil, muitas dessas pesquisas são de cunho exploratório, sem seguir regras rígidas e com um teor de alta inovação, justamente pelo imenso campo pouco explorado.

Em tese, identificar os padrões de distribuição de um parlamentar, permitiria traçar um perfil de sua atuação política (AVELINO, BIRDEMAN, SILVA, 2011). É o pontapé, por exemplos, para os estudos de pork barrel. Esses estudos buscam identificar os redutos eleitorais, isto é, a distribuição informal onde se concentram os votos dos candidatos ao Legislativo, são beneficiados por políticas públicas específicas desses candidatos quando eleitos.

Essa dissertação está preocupada em encontrar padrões e comparar resultados, mas também com a noção de que é um campo em expansão e que necessita, para além de boas bases empíricas e de tipologias arrojadas, de novos problemas de pesquisa e de apresentar as limitações teóricas e de viabilidade dos estudos na área. Por outro lado, considerando o objeto dessa pesquisa, o carácter exploratório contribui para pensar um grupo político com características muito específicas e pouco definido de modo teórico na literatura da ciência política, as milícias. Passe-se, então, a uma caracterização mais aprofundada do objeto de

pesquisa e a uma análise teórica das milícias enquanto instituição política e suas formas diversas de atuação política.

## **CAPÍTULO 2: O CRIME ORGANIZADO NO RIO DE JANEIRO E A POLÍTICA COMO MERCADORIA CRIMINAL**

O crime organizado é um fenômeno consideravelmente recente no Brasil. Michel Misse (2011), um dos principais pesquisadores do tema, argumenta que a maior parte das organizações criminosas nasceram durante o período da ditadura empresarial-militar nos presídios brasileiros e resultam da interação entre presos “políticos” e “comuns”, entre os anos 1970 e 1980. No período, militantes de esquerda e assaltantes de bancos articularam-se para exigir direitos negados pelo regime.

Em cascata, se espelhando nessas movimento de reivindicação, outros “criminosos” organizarem-se para garantir direitos e dominar o sistema carcerário, originando as principais atividades das quadrilhas ligadas aos encarcerados. No Rio de Janeiro, o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e os Amigos dos Amigos (A.D.A), que depois tornaram-se facções do crime organizado, atuam no sistema penitenciário a partir da oferta de proteção aos presos – o que, além da relação de lealdade dentro do cárcere, integrou-os em toda a rede econômica da organização, a partir do momento em que se filia à alguma dessas facções, o preso passa a trabalhar para ela (MISSE, 2011).

A definição de crime organizado é fonte de disputas na sociologia, na criminologia e no direito. No contexto brasileiro, de um olhar sociológico, Misse (2011) argumenta que o Estado é fundamental tanto na formação e viabilidade de empreendimentos criminosos quanto na noção do que será considerado na qualidade de crime organizado<sup>1</sup>. Dessa maneira, o crime organizado se define pela transição entre ilegalidade e legalidade, nas relações mercadológicas e estatais, e pelo emprego e produção de “mercadorias políticas”, referente ao imbricamento estatal de suas atividades.

Parece haver um entendimento entre Misse e Guaracy Mingardi (2007), cientista político filiado à tradição da sociologia da violência, sobre a modalidade do negócio não determinar a essência das atividades do crime organizado, ou seja, ter o tráfico varejista de drogas como central no negócio não determina necessariamente a diferença entre o crime comum e organizado. O que é considerado criminalidade, na verdade, são as atividades ilícitas capturadas pelo sistema penal, em grande medida relacionada com o comércio varejista de

---

<sup>1</sup> O crime organizado ter conexões sólidas com a política, a sociedade e o Estado não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Na América Latina, por exemplo, Sérgio Adoro (2019) esclarece que é evidente o envolvimento de autoridades policiais, políticos e funcionários públicos nos negócios do crime organizado.

drogas, por isso essa associação do senso comum do tráfico com o crime organizado, pondera Fernando Salla e Alessandra Teixeira (2020).

Esse argumento explica a razão de o comércio varejista de drogas ser associado somente às facções que nasceram dentro do sistema prisional, embora já façam parte do ramo de negócios das milícias e dos bicheiros há alguns anos, porque são organizações compostas majoritariamente por pessoas mais pobres e negras, grupo sociodemográfico das prisões. O subtexto da classificação do senso comum sobre o que é crime organizado é o racismo. Ademais, é inegável a atuação do tráfico varejista nas regiões mais pobres dos grandes centros urbanos, mas também o mercado consumidor nas regiões mais abastadas.

Adicionalmente, outras atividades ilícitas, que estão no centro do negócio de organizações criminosas, não envolvidas com o tráfico, também podem integrar tanto as atividades organizações que têm o tráfico como função principal, como organizações que não estão envolvidas com o tráfico de drogas, mas com lavagem de dinheiro, corrupção e outras atividades de “colarinho branco”<sup>2</sup>.

Outra contradição e aspecto fundamental da operação do crime organizado, é sobre ilegalidade e informalidade. De acordo com Misse (2007), as considerações sobre ilegalidade, dentro do mercado informal, têm mais peso moral do que legal e depende das construções sociais. Os “camelôs”, por exemplo, em muitos momentos exercem atividades ilegais, mas são apenas lidos como informais pela sociedade. Já o crime organizado, que transita entre esses dois mundos, é considerado enquanto atividade criminosa quase sempre.

O crime organizado é demasiadamente descentralizado, assim, não é exagerado pensar que praticamente toda cadeia de ilegalidade pressupõe algum relacionamento com o crime organizado (MISSE, 2007). Consequentemente, é importante notar que a cadeia de negócios do crime é diversa, e muitas das atividades que compõem o seu arsenal econômico apenas são lidas como informais. Ao observar o transporte pirata, por exemplo, à primeira vista pode ser lido apenas como atividade informal, por mais que seja componente da simbiose entre ilegalidade e informalidade nos negócios das milícias.

Por estar escrevendo ainda em um tempo que as milícias eram relativamente um fenômeno novo no meio científico, Misse (2007) dedica-se mais intensamente ao jogo do bicho. Na época, ele eclodiu como o principal mercado ilícito do Rio de Janeiro. Os bicheiros desafiam ainda mais a relação entre ilegal e informal apresentada anteriormente, muitos deles adquiriram

---

<sup>2</sup>O crime organizado na modalidade empresarial está vinculado com lavagem de dinheiro, por exemplo. Na modalidade endógena, por outro lado, a atividade básica está no aparelho estatal, como lavagem de dinheiro, desvio de verba pública etc. (MINGARDI, 2007).

fontes lícitas de empreendimento para legalizar sua fortuna, como hotéis luxuosos.

Portanto, é falsa a separação dicotômica entre a econômica formal e os mercados informais. São mundos entrelaçados. Muitas atividades informais compõem fontes de empreendimentos econômicos formais e, da mesma forma, atividades formais são usadas como "fachadas" para atividades informais. Do mesmo modo, operam as noções entre ilegalidade e legalidade no crime organizado (MISSE, 2007).

Nesse sentido, para além daquilo que é ilegal e diretamente relacionado ao tráfico de drogas, o cientista político Mingardi (2007) apresenta outras cinco características de diferenciação entre o crime comum e o crime organizado:

- i. **hierarquia:** diferente das quadrilhas comuns, onde a liderança é fluída, o trabalho é especializado e setorizado e precisa de lideranças e gestores locais muito bem definidos;
- ii. **previsão de lucros:** o crime organizado é capaz de prever a lucratividade do mês com base nos lucros anteriores de maneira continuada, especialmente porque conseguem manter seu trabalho independente da repressão estatal e de conflitos por poder com outras facções;
- iii. **divisão do trabalho:** a divisão é nítida, sobretudo nas organizações maiores, o crime organizado tem várias atividades econômicas no seu negócio;
- iv. **planejamento empresarial:** criminosos comuns atuam de acordo com as oportunidades do momento, o crime organizado planeja em termos de continuidade do seu trabalho em relação ao tempo;
- v. **simbiose com o Estado:** boa parte dos negócios das organizações criminosas dependem do aval de agentes públicos para serem bem-sucedidas.

Os principais grupos do crime organizado são definidas como pertencentes à modalidade tradicional de crime, amparado em relação de apadrinhamento<sup>3</sup> como forma de recrutamento. As milícias, foco desse trabalho, são exemplos disso. Mas não só elas como o PCC, o jogo do bicho e o CV trabalham na lógica que se funda em diversificar o ramo criminal e, de modo geral, se especializarem pouco. Esses grupos geralmente nasceram em circunstâncias determinadas, através do cárcere, união de pequenas quadrilhas, laços de sangue ou cartel interessado em monopolizar mercadorias e serviços (MINGARDI, 2007).

---

<sup>3</sup> Ou de "parentesco", como retrata Michel Misse (2011).

No contexto dos milicianos, trata-se da união de policiais que atuavam em determinadas atividades para além de seu horário de serviço<sup>4</sup>, tanto ilegais quanto legais, e cuja experiência acumulada nessas atividades evidenciou os ganhos individuais decorrentes de uma organização coletiva para o desenvolvimento dessas atividades.

## **2.1 O crime organizado e o controle do território**

Historicamente, o jogo do bicho despontou como o principal ator no mercado ilícito do Rio de Janeiro<sup>5</sup> e espelho para as para atuação dos principais grupos “tradicionais” do crime organizado. Ele é constituído de vários pontos de vendas com a presença de “apontador”, sejam camelôs ou pessoas que se dedicam inteiramente a fazer as apostas. O apontador é remunerado por uma comissão sobre os jogos que faz e os prêmios sorteados aos seus apostadores e, em alguns casos, são assalariados (MISSE, 2007).

Os “gerentes” coordenam vários “apontadores” e são responsáveis por seus pagamentos, pela estrutura de proteção e geralmente pelo recrutamento de “olheiros”. Subindo ao topo da hierarquia, o “banqueiro” é quem controla o território e toda a cadeia econômica. Ele recebe as apostas e paga os prêmios, é o “bicheiro” de fato. E eles, assim como os gerentes, estabeleceram ligações entre o mercado ilícito e a compra de proteção policial (MISSE, 2007).

A ligação com o território e o “contorno espacial-comunitário”, principal inovação introduzida pelos bicheiros no estado do Rio de Janeiro, o que Misse (2007, p. 144) chama de “territorialização”, adiciona uma dimensão política à cadeia criminal mais profunda do que as atividades criminais pulverizadas porque constituem redes de sociabilidade nascidas das relações de poder que contornam os territórios. Em poucas palavras, o crime organizado fluminense é muito ligado ao território.

Toda a cadeia criminal foi afetada, mais tarde, por esse modelo de negócio e sociabilidade territorial introduzida pelos bicheiros. Apesar de ter acontecido com o jogo do bicho, a mais forte expressão foi com o aumento das redes de tráfico de drogas nos conjuntos habitacionais e favelas do Rio de Janeiro na década de 80. Nesse período, a organização do crime mostrou-se necessária para operação e controle dos agentes operadores desses territórios (MISSE, 2007).

---

<sup>4</sup> Policiais, polícia mineira e assassinados de aluguel aglutinados em um novo tipo organizativo, explicado nas próximas seções do trabalho.

<sup>5</sup> Hoje, as milícias são os mais fortes dentre os grupos do crime organizado no estado.

O Comando Vermelho, exatamente um dos exemplos da sociabilidade territorial do crime organizado, surgiu como uma rede de quadrilhas em meados dos anos 80, entre 1984 e 1986 nos presídios fluminenses. Em síntese, organização do tráfico de drogas varejista consiste justamente em redes de acordo, muitas vezes frágeis, entre donos de áreas de vendas de drogas de varejo e pequenos traficantes. A organização concede proteção e novas redes de comércio a essas pessoas (MISSE, 2007). O acordo é feito na prisão e efetivado nos territórios das periferias.

O "movimento", como eram chamadas as facções do crime organizado, baseou sua rede na capitalização de criminosos varejistas e pequenas quadrilhas através de "vínculos de amizade" e "parentesco". Os grupos se fortaleceram a partir da organização dos presidiários no final dos anos 70. O CV, nessa época, passou a bancar ("botar em movimento") todo o arsenal necessário para o crime, armas, drogas, contatos, dinheiro. Daí vem o termo. Em troca, exigiam respeito às regras do CV, lealdade e pagavam salários regularmente aos traficantes associados (MISSE, 2007).

A implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) modificou o cenário criminal do Rio de Janeiro. Iniciado no Complexo do Alemão no final de 2010, as UPPs aceleraram o processo de perda territorial do Comando Vermelho e de outras facções criminosas. O CV, e demais facções, descentralizaram sua ocupação nas periferias e intensificaram sua estrutura de poder, incluindo suas forças bélicas, seu intercâmbio com agentes da segurança pública e políticos, seus valores culturais e até mesmo a criatividade de conquista e gestão do território (ALVES, 2020).

Favelas com presença das UPPs também presenciaram o surgimento de atividades milicianas. É dada largada em uma nova fase das milícias, mais militarizada por conta de seus vínculos com os policiais militares. A milícia é, ao mesmo tempo, uma continuidade da tradição carioca de controle de território por organizações criminosas e a confluência de diferentes formas e estímulos: o vigilantismo, a segurança privada, os baixos salários das corporações, a polícia mineira etc. (LINS, 20210; MANSO, 2020; HUGGINS, 1992).

## **2.2 O que a polícia tem a ver com isso? As interfaces do crime organizado com os agentes das forças repressivas do Estado**

O mundo moderno constituiu as polícias como instrumento coercitivo de manutenção da ordem pública. A vigilância privada migrou para o modelo de controle exclusivamente

público, em partes, devido à urbanização, fenômeno associado ao crescimento exponencial da concentração populacional e ao aumento da classe trabalhadora (MUNIZ, 1999). Assim, não só as polícias, mas toda a arquitetura de segurança pública foi tratada como bem público e universal.

Mesmo entre aqueles modelos estatais onde o bem-estar social é mínimo, o vigilantismo foi pensando como política de Estado, estendida a todos. Entre os estados liberais, por exemplo, onde as políticas sociais se restringem a transferência de renda a um pequeno grupo de empobrecidos (ESPING-ANDERSEN, 1991) e o Estado encoraja a busca de opções mercadológicas, quando se trata de policiamento ostensivo, este é pensado como política universal, ou seja, que se estende a todos. A polícia e a ordem são parte do serviço público “mínimo”.

A lógica esperada de ordem pública e de atuação da polícia estão circunscritas em processos políticos determinados (MUNIZ, 1991). Portanto, faz sentido pensar que elas não foram criadas em um vácuo político e que as atividades políticas “contaminam” a lógica de ação policial. Se a polícia vem da política, por que não esperar que esteja afetada por ela?

As polícias militares não sofreram reformas estruturantes desde a democratização. O Poder Legislativo não se moveu em relação ao tema<sup>6</sup>. O modelo policial deu continuidade ao adotado pela ditadura militar, com toda a política de segurança pública resumida ao direito penal e à gestão da atividade policial. Isto é, sem muito espaço para implementação de políticas públicas que mudem efetivamente os rumos e com baixa participação social nas discussões do tema (LIMA et al, 2016).

Esse quadro político impede que as polícias possam responder à acelerada mudança das dinâmicas sociais contemporâneas e dificulta o cumprimento das próprias demandas profissionais da corporação. Mas não significa que as organizações policiais não utilizem as brechas de manifestação policial. No Brasil, Jacqueline Muniz (1999) aponta que existem casos recorrentes de mobilização trabalhista de policiais militares. Greves e motins por melhores condições salariais não são raras pós-democratização. No entanto, foram tratados como problemas de insubordinação policial e falta de controle das polícias de forma geral (ARAÚJO; LIMA, 2011).

---

<sup>6</sup> O direito penal foi a principal maneira de mobilização do tema da segurança pública no Legislativo. Sob a justificativa de combate à criminalidade, não é pouco comum o aumento de penas e criação de novas tipificações penais. Na legislatura 56ª Legislatura (2019-2023), período quando esse texto foi escrito, a criação da Lei Anticrime foi a principal dessas iniciativas – a legislação aumenta o tempo máximo de pena e faz uma série de alterações no Código Penal.

Apesar de boa parte da gestão policial responder a uma lógica própria, sem necessariamente ser subjugada às políticas de segurança pública, a entrada de novos atores e a proeminência das políticas públicas tensionou a competição profissional sobre as competências do campo da segurança pública. Adicionalmente, a percepção de insuficiência das polícias, a pressão da sociedade civil para melhorias na área e o aumento da participação social no desenho das políticas públicas marcam o movimento de aprofundamento dos conflitos sobre a atuação policial (LIMA et al, 2016).

Não só as polícias foram inseridas em novo e complexo ambiente de urbanização e vigilância, mas uma série de outros atores sociais. Assim, a complexificação da dinâmica urbana exigiu das organizações policiais a capacidade de se adequar às mudanças sociais e políticas e de atender, de maneira diferenciada, aos diversos grupos e subgrupos da sociedade – permeada por tensões, dinâmicas de clientela e hierarquia social (MUNIZ, 1999).

À vista disso, a politização das polícias e a introdução da visão de que as ações precisam ser feitas de uma maneira diferente, não nasceu da reforma legislativa, mas das disputas do campo das políticas de segurança pública e das tensões sobre a gestão policial e as políticas de segurança pública. Internamente, existe um movimento de politização das corporações policiais, o qual é diferente do fenômeno observado no Judiciário, com novas práticas, discursos políticos emergentes e o surgimento de debates sobre reformas nas polícias (LIMA et al, 2016).

A politização das polícias ocorreu, sobretudo, a partir das redes policiais informais. Boa parte da atuação política das polícias ocorre por meios informais através das redes profissionais de saberes e informações das polícias. Elas se apresentam como meios de resolução e administração de conflitos, autoproteção da classe e fazem a intermediação com criminosos, políticos e atores locais. Além disso, apesar do notório conflito com a lei, denota-se seu complexo papel de organização do cotidiano policial: organizam o trabalho; definem funções; hierarquizam postos de trabalho e os policiais adequados para cada tipo de tarefa (LIMA et al, 2016). É preciso considerar que essas redes e o ganho de experiência policial por meio delas foi decisiva para o sucesso da entrada massiva de policiais nas dinâmicas do crime organizado, apresentado mais a frente com o caso das milícias.

A rede entre os policiais é fortalecida como espaços de comungar a vida, tanto em termos de demandas profissionais como de espaço coletivo de vivência. Os policiais aprendem, cotidianamente com colegas e superiores, que devem represar suas experiências e sentimentos e dividir somente com a sua rede de afetos policiais. Por vezes, as experiências são assustadoras

demais para compartilhar com o público, por outras, são condenáveis para compartilhar em espaços fora do trabalho (MUNIZ, 1999).

No dia a dia, o saber constituído pelos policiais vai muito além daquilo que deveria ser sua função. Ele lida com vários tipos de situação e acaba sendo, segundo Jacqueline Muniz (1999), "faz-tudo" da ordem pública. Desse modo, o saber policial é constituído nas ruas, diariamente, com nenhuma regulação formal ou mediação das instituições políticas. Esse conhecimento resiste à padronização e às formas experimentadas de regulação da vida policial.

O alto grau de discricionariedade permite o sucesso desse modelo de associação profissional dos policiais, especialmente militares. A discricionariedade faz com que, quanto mais na base piramidal da hierarquia policial, mais poder discricionário tenha o agente por ter o poder de ação mais próximo da base, isto é, "autoridade prática" e não necessariamente institucional<sup>7</sup>. Não só é menos controlado, mas lida diretamente com as pessoas e pode escolher a maneira que solucionará os problemas da rua (LIMA et al, 2016).

Portanto, a atuação da polícia militar impacta diretamente a gestão urbana local, a partir do momento em que os policiais conseguem regular a vida cotidiana: definir toques de recolher, controlar o comércio local e informal, as escolas etc. (SOUZA, 2015). A complexidade da ação policial, a singularidade de cada caso e a construção subjetiva e particular do saber policial é a resposta para a tamanha discricionariedade da ação policial realizada diretamente na rua (MUNIZ, 1999).

O amplo poder discricionário, as redes informais e o trabalho direto nos territórios explicam a possibilidade de os policiais atuarem em grupos do crime organizado, como as milícias. Para além do contexto sócio-político favorável, como a expansão os grupos de extermínio e o apoio escarnado de atores políticos, um quadro institucional favorável e a agência da polícia militar explicam como o policial torna-se miliciano. Por outro lado, as condições de salário, de trabalho e a falta de meios formais de associativismo dão pistas sobre as motivações.

### **2.3 As milícias**

As milícias representam a maior expressão da interação entre crime organizado, Estado e política dentro do quadro criminal brasileiro (MANSO, 2020). Elas iniciaram suas atividades

---

<sup>7</sup> A discussão sobre autoridade prática é feita adiante, a partir de Rebecca Abers e Margaret Keck (2017). O importante aqui é ter em mente que é uma autoridade constituída a partir da prática e não somente pelo reconhecimento do policial de rua na hierarquia social e da própria corporação.

a partir de grupos de extermínios de criminosos<sup>8</sup> composto por policiais militares, outros atores estatais e matadores de aluguel. Os policiais militares aparecem fortemente nesta dinâmica a partir da chamada de “polícia mineira”, onde os agentes buscavam informações sobre as atividades ilícitas para depois extorquirem criminosos em Rio das Pedras, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro nos anos 80. O grupo espancava e matava criminosos na região em troca de pagamentos periódicos (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007; SILVA et al, 2008).

Alba Zaluar e Isabel Conceição (2007) e José Claudio Soares Alves (2020) ponderam que a milícia é resultante do processo histórico de arrendamento dos grupos de extermínio. Eles fizeram uma série de mudanças institucionais, mudaram sua forma de atuação, o rol de arranjos ilegais e até mesmo o modelo de relacionamento com políticos e governos, mas existem como herança de uma conformação antiga dos matadores de aluguel.

Alves (2020) e Zaluar e Conceição (2007) consideram que os grupos militares são sinônimos do seu modelo pregresso, os grupos de extermínio da Baixada Fluminense. As autoras dizem que diferença é que os negócios se expandiram. Os milicianos introduziram a venda de serviços e produtos e o controle do território que não existia anteriormente. As milícias exercem o controle militar sobre os territórios de maneira sistematizada e permanente.

O sucesso dos grupos de extermínio se explica pela participação policial, o uso do aparato das corporações, o financiamento de segmentos econômicos e o apoio de políticas que garantiram seu funcionamento e utilizaram seus serviços. O desgaste da imagem dos policiais, no final da ditadura, no início dos anos 80, inseriu os civis na operação das execuções dos grupos de extermínio (ALVES, 2020)

De acordo com José Cláudio Alves (2020), as milícias representam a superação do modelo de economia política do crime que são os grupos de extermínio. Os policiais eliminaram os intermediários e passaram a assumir o crime enquanto empreendimento unicamente seu, se relacionam diretamente com o tráfico de armas, sequestros, jogo do bicho e roubos: uniram o aparato policial ao tráfico.

Os grupos de extermínio nasceram em meados dos anos 50. Houve um apoio estatal imediato na época. O Departamento Federal de Segurança Pública publicou uma portaria com gratificação aos matadores após uma série de mortes de criminosos, a diminuição significativa da taxa de roubos e a percepção de maior seguridade dos cidadãos no Rio de Janeiro. Até então, não era de notório conhecimento a participação de agentes do Estado nesses grupos (ALVES,

---

<sup>8</sup> Nos anos 50 e 60, o "Grupo de Diligências Especiais" e a "Scuderie Le Cocq", compostos pela Polícia do Rio de Janeiro, eram os principais grupos de extermínio do país. Seu modelo de atuação se espalhou pelo país (MISSE, 2011: 21).

2020).

A extinta Polícia Espacial deixou evidente a participação dos policiais nos grupos de extermínio. A caça e a morte de criminosos praticadas pela corporação foi a inspiração para a Escuride Le Coq, que ganhou força na segunda fase dos grupos de extermínio, mais militarizada que a anterior. A terceira fase foi marcada pela entrada de policiais e militares expulsos de suas respectivas corporações (ALVES, 2020).

A forma de atuação e as características dos assassinatos dos esquadrões da morte deixavam claras sua ligação com a polícia, incluindo práticas de tortura militar, uso de algemas e armas de exclusividade da polícia. Por isso, pelo menos desde 1964, existem apontamentos da participação de policiais militares da ativa nesses grupos de extermínio (ALVES, 2020).

Os esquadrões da morte tinham interesses e conexões muito maiores do que a rede de policiais militares que participavam dessas atividades. Se, de início, os casos eram de violência policial desmedida, a dinâmica passou a ser de mortes por interesses de terceiros: traficantes, comerciantes e outros; e mais estratégias, com o intento de desvincular a imagem das polícias com o esquadrão da morte, com a finalidade de ganhar autonomia. A malha de interesses relacionados aos esquadrões da morte junto vários setores do crime organizado. A estrutura de poder dos esquadrões não somente focou-se em eliminar prefeitos opositoristas ou políticos, mas também na prestação de serviço aos grupos locais, como as milícias nos anos 90 e 2000 (ALVES, 2020).

Portanto, conforme se conhece hoje no Rio de Janeiro, as milícias nasceram da “polícia mineira” e dos grupos de extermínio. De acordo com Bruno Paes Manso (2020), o conhecimento aprofundado dos policiais da dinâmica criminal nos bairros de periferia do Rio de Janeiro foi o que possibilitou sua conformação. Elas são chamadas assim pela prática de “minerar” ou “garimpar” as favelas em busca de criminosos ricos o suficiente para fazer algum tipo de aliança ou extorqui-los. Assim, por meio da segurança privada e da exploração de criminosos da região, a “polícia mineira” passou a atuar nos bairros do Rio de Janeiro e este foi o pontapé da formação das milícias. Ela angariou policiais pistoleiros, lideranças políticas e a atividade associativa local. Essa foi a origem da "Liga da Justiça" e o que a imprensa e os pesquisadores passaram a chamar, desde 2006, de milícias (MISSE, 2011).

Rio das Pedras foi controlada pela polícia mineira nos anos 80. A Associação de Moradores de Rio das Pedras intermediou o relacionamento dos “mineiros” e a comunidade. A ligação das lideranças locais e dos “mineiros” foi tão intensa que se chegou a confundir os dois. A própria estrutura da associação e da polícia mineira era simbiótica, não era possível fazer

uma distinção entre as estruturas de poder. O trabalho realizado pela associação de moradores surtiu efeito para minimizar problemas sociais, como enchentes e os desabrigados em sua decorrência na região de Rio das Pedras. E foi assim que adquiriram legitimidade e, igualmente, a polícia mineira ganhou respeito com a população (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007).

A ascensão de lideranças comunitárias, o aumento de políticas locais assistencialistas e as novas práticas da polícia mineira (agora milícia), consideravelmente menos repressiva que a polícia mineira, ajudaram a formar um modelo novo de favela. Rio das Pedras era uma favela modelo em termos de ordem. O grupo que substituiu a polícia mineira tinha uma postura menos autoritária e se comportava menos como grupo de extermínio em um primeiro momento (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007).

Por prover serviços de segurança privada aos comerciantes locais, o primeiro passo dos milicianos foi de organizarem-se em áreas de influência. Desse modo, sem necessariamente ter um espaço territorialmente bem definido, mas com uma ligação geográfica muito forte, os milicianos adotaram a estratégia de contínua expansão de seu domínio de influência territorial, a partir da ideia de “fronteira”, isto é, com limites claros para impedir a atuação de outros grupos, mas com seu espaço de dominação em constante progresso. No entanto, diferente das polícias mineiras, os milicianos não têm conexão com o contexto social das regiões que estão dominando, diferentemente do modelo iniciado em Rio das Pedras (SIVA et al, 2008).

Com domínio do território, milicianos encontraram uma oportunidade para expandir sua rede de econômica-política. Grilagem de terras públicas, exploração clandestina de TV à cabo (chamado de “gatonet”), comércio de botijões de gás, controle e taxação de serviços de transporte irregular (conhecido como transporte “pirata”) e imposto por segurança privada de moradores foram algumas das atividades assumidas por esses grupos armados. A ocupação das favelas pela milícia era precedida por ações policiais que mapeavam o território e enfraqueciam as redes locais dos traficantes (SILVA et al, 2008; ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007).

Além de moldar o projeto urbanístico do Rio de Janeiro, a ocupação e forte controle armado de territórios possibilitou aos milicianos aprofundarem suas relações ilícitas com setores da economia criminal, como os traficantes varejistas, mas também adquirir apoio de deputados estaduais e vereadores (Ibidem).

As milícias, de acordo com José Cláudio Alves (2020, p. 16), simbolizam a superação do modelo de economia política do crime que são os grupos de extermínio e a reconfiguração do crime organizado no Rio de Janeiro. Os policiais eliminaram os intermediários e passaram a assumir o crime enquanto empreendimento unicamente seu, se relacionam diretamente com

o tráfico de armas, sequestros, jogo do bicho e roubos: uniram o aparato policial ao tráfico.

Aqui se encontra a principal novidade das milícias, segundo Paes Manso (2020), organizados em grupos paramilitares, agentes estatais disputam mercados ilegais e territórios com facções criminosas. Antes, os criminosos pagavam policiais para ter anuência em diversas atividades criminosas. Agora, os próprios servidores públicos eliminam e substituem o crime organizado civil na gestão político-criminal de regiões conquistadas.

Essa criação de uma cadeia de economia ilícita, envolvendo segurança privada e outros serviços, fez com que os milicianos demandassem e fossem procurados por outros agentes do Estado e até civis para fazer negócios. Os milicianos conseguiram avançar seu poderio político no Executivo, Legislativo e até no Judiciário, construindo uma verdadeira rede no poder público (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007).

Agentes da segurança privada, bombeiros, policiais civis, agentes penitenciários e membros das forças armadas foram recrutados para a atuação na rede de negócios da milícia. Eles treinam e são treinados com táticas militares. Além do armamento desviado das próprias corporações (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007; SILVA et al, 2008).

A aliança entre milicianos, empresas, políticos e população é algo nunca visto antes na dinâmica do crime organizado no Rio de Janeiro. O apoio popular veio porque livrou jovens de serem reféns do Comando Vermelho; e da diminuição inicial dos índices de criminalidade e do volume de ações policiais (ALVES, 2020; ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007).

Hoje, pesquisadores apontam para o crescimento acentuado do recrutamento de civis. Apesar de não aprofundar o perfil do miliciano civil, Paes Manso (2000) destaca os civis que têm relação com o mercado de segurança privada no Rio de Janeiro. Ao que o autor indica, os policiais mantêm-se na posição de inteligência e estratégia política, enquanto os novos “recrutas” estão mais envolvidos com o trabalho de extorsão dos moradores e asseguramento da dominação dos territórios. Esse contexto circunscreve os agentes estatais como mentores políticos da relação entre o crime, o Estado e a comunidade.

Os policiais militares são chave na atuação das milícias. Pelo conhecimento grande das dinâmicas sócio territoriais, afinal os policiais são burocratas de rua e estão imiscuídos no dia a dia da população, eles conseguem sustentar tanto o relacionamento com o Estado quanto com outros atores do crime. É uma via de mão dupla, as milícias ajudam os policiais a lograrem uma forma alternativa de renda, e assim ajuda-os a melhorar exponencialmente sua qualidade de vida, e os policiais possibilitam o exercício da atividade criminal com menor repressão.

É na polícia militar o contexto institucional em que as milícias se constituem enquanto organização política. Por mais que tenha conexões com civis, policiais civis e agentes das forças armadas, eles estão umbilicalmente ligados aos policiais militares. Em seguida, pelo poderio constituído a partir dos policiais, outros grupos foram recrutados e hoje fazem parte efetivamente das milícias.

#### **2.4 O crime enquanto político: institucionalização e possibilidades institucionais das milícias**

A atuação econômica dos milicianos está totalmente concatenada com sua projeção política no Rio de Janeiro<sup>9</sup>. Nesse sentido, o crime organizado já está sendo pensado enquanto instituição por uma série de autores que são trabalhados aqui. Pelo ponto de vista mais tradicional das instituições enquanto conjunto de regras comumente aceitas, o caso brasileiro ilustra, com os milicianos, uma situação muito próxima ao conceito. Em Rio das Pedras, por exemplo, bairro da periferia do Rio de Janeiro, berço das milícias, existe um conjunto de regras e formatos específicos de atuação para o funcionamento do crime e para gestão de seu relacionamento continuado com o Estado, os outros atores criminais e os moradores da região (MANSO, 2020). Em outras palavras, as milícias operam através de instituições existentes e criam suas instituições.

O conceito de instituição está em constante disputa e aprimoramento. O mais forte deles persiste sendo o de instituições como uma conjunção entre normas comumente aceitas. No entanto, autoras como Rebecca Abers e Margaret Keck (2017) tentam sofisticar essa concepção ao trazer os conceitos de ação e ideias às instituições que, de acordo com elas, seria “o modo como as pessoas realmente agem sobre o mundo”. Assim, a disseminação e a criação de ideias fazem parte da construção das instituições, onde a ação humana tem papel de protagonista.

Contudo, antes de tratar sobre instituições, é necessário refletir sobre o processo de formação dessas, tratar sobre o processo de institucionalização. A ideia aqui não é retirar a faceta de crime organizado dos milicianos, mas de pensar as milícias em termos de seu caráter institucional. Angelo Panebianco (2005) pondera, dentre outras explicações e variáveis explicativas possíveis, a institucionalização enquanto processo de evolução da organização política para um modelo consolidado de atuação.

---

<sup>9</sup> Em outras palavras, as milícias ganham dinheiro e potencializam seus lucros por conta do seu envolvimento na política. Seja porque vendem influência política, ocupam cargos políticos e públicos, ou pela diminuição de entraves estatais para a econômica criminal.

Por este ângulo, o uso das ideias como caminho para a institucionalização possibilita observar a formação de milícias, e como milicianos construíram influência como ator político e buscaram oportunidades de usufruir de bens materiais a partir de vantagens devido a sua posição privilegiada junto ao Estado. O que se dá, em particular, devido ao seu bom trânsito com o principal burocrata de rua, o policial, e a participação dos próprios burocratas em seus quadros.

As milícias desempenham um papel dual na tentativa de se institucionalizar. Elas são legitimadas para atuação prática de conflitos no cotiado, ao passo que já estão inseridas no seio do Estado enquanto agentes da segurança pública (os policiais, bombeiros e militares), porém não encontram entre suas atribuições o agendamento das políticas públicas, elas não fazem parte dos processos de formulação de políticas públicas e decisão política à priori.

No entanto, a autonomia de que policiais gozam, permite não apenas ignorar determinações legais acordadas pelos órgãos responsáveis por direcionar o Estado, mas também permitiu a possibilidade de construção da base institucional para as milícias. No entanto, é controverso se os interesses dos milicianos são efetivamente claros e organizados ao ponto de buscarem se institucionalizar racionalmente.

A diferenciação de Angelo Panebianco (2005) entre os sistemas de acomodação de interesse natural ou racional auxilia a pensar a estrutura de interesses dos milicianos. O modelo racional da teoria organizativa vê as organizações como meios para conseguir objetivos. Desse modo, a agência e a estrutura das organizações precisam ser lidas a partir da ideia de objetivos organizativos. Em contraste, objetivo da organização, na lógica do sistema natural, não tem necessariamente relação de causa e efeito com a ação da organização e seu processo de formação. Vários fatores explicam isso, por exemplo, os objetivos oficiais da organização podem esconder os objetivos reais e efetivos desta.

A teorização de Panebianco (2005) leva às perguntas a serem respondidas por outras pesquisas. Os milicianos tiveram ganhos reais com a institucionalização? Esse processo de institucionalização foi intencional? Ao passo que a institucionalização pode aumentar a rigidez de sua atuação e talvez potencializar seus lucros com estruturas transparentes de relacionamento e operação, atualmente os paramilitares são alvos claros das instituições governamentais enquanto entidade do crime organizado<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> É uma situação controversa porque tanto o Judiciário quanto o Ministério Público tiveram maior altivez anticrime quando se trata das milícias. Quando se fala das ações do governo estadual, a situação se inverte por conta da presença de policiais militares e apoio de políticos. As regiões dominadas por milícias representam 25% dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, maior grupo do crime organizado, porém apenas 6% as operações policiais

Panebianco (2005) não assume a ideia de rigidez como uma dimensão da institucionalização. As questões de aumento de rigidez com a institucionalização é um dilema frequente de movimentos sociais que buscaram se institucionalizar para obter ganhos junto ao estado. No entanto, a depender da origem organizativa inicial da instituição, pode ser que a institucionalização promova exatamente uma dinâmica mais fluida. Institucionalização não equivale a rigidez, mas como os recursos disponíveis dentro da instituição serão distribuídos.

Dentre tantas outras explicações para conseguir se construir enquanto instituição com tamanho poderio político, Bruno Paes Manso (2020) argumenta que os milicianos se aproveitaram do ideal coletivo de defesa, isto é, um ideal de ordem coletiva que só pode ser conservado por meio da violência. Aqui está uma diferença fundamental do restante do crime organizado, os milicianos utilizam da violência, muitas vezes do assassinato de criminosos, com a finalidade de produzir ordem e defender a população do crime. E a sociedade incorpora esse discurso, que tem apoio de políticos e da mídia, afinal os milicianos se colocam como oposição aos pequenos traficantes e aos criminosos locais e oferecem uma espécie de serviço, a partir de uma estrutura de clientela.

As milícias contam com o poder de matar como fonte primária de autoridade política. O clientelismo das milícias, chamado de *clientelismo homicida* por André Luiz Rodrigues (2018), emerge como forma de controle territorial. São imiscuídos em dinâmicas que se apropriam da coisa pública, mas que colocam o poder da morte como recurso de poder primário. O clientelismo homicida segue em operação com as dinâmicas dos mercados ilegais e é uma das mercadorias políticas das milícias.

José Claudio Souza Alves (2020) defende que os milicianos se aproveitaram da estrutura de grupos de extermínio que existiam nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, como Rio das Pedras. Esses grupos se automeavam, e assim eram chamados por políticos, de autodefesa comunitária. Esse uso linguístico-narrativo foi essencial para ter aval da população de outros bairros para o domínio dos milicianos e foi buscado pelos grupos criminosos a fim de serem reconhecidos como organização.

Esse processo de institucionalização das milícias não precisava necessariamente passar pelo Estado. Apesar de apoio evidente de políticos, as milícias buscaram o reconhecimento de sua posição social e político enquanto ator no cenário da segurança pública. Então, havia uma busca ativa, para além do Estado, de acumular habilidades e respeito para ter legitimidade de

---

são realizadas nesses bairros, de acordo com dados de 2019 do grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ).

influenciar o processo de tomada de decisão e atuar efetivamente na questão da violência. É o que Keck e Abers (2017) classificam como “autoridade prática”, um tipo de poder possibilitador para a tomada de decisão com base no reconhecimento de sua capacidade e especialização em determinado assunto.

As ideias influenciam o acúmulo de “autoridade prática” e a autoridade leva ao caminho da institucionalização. A institucionalidade, assim, perpassa um caminho informal. Ser instituição para um grupo do crime organizado não é buscar a legalidade ou o reconhecimento de seu poder por parte do Estado, mas poderio efetivo para a tomada de decisão e o apoio de segmentos específicos da sociedade, no caso dos paramilitares, de alguns políticos e moradores das regiões dominadas que pudessem facilitar seu trabalho. Nesta conjuntura, para os agentes do crime organizado que querem ser lidos como legítimos atores na segurança pública e ter um relacionamento estruturado tanto com o Estado quanto com a sociedade, as ideias e a materialidade importam simultaneamente.

Não só as ideias influenciam na criação de instituições, mas também a maneira que elas são transmitidas, como os discursos. É claro que nem toda ideia é capaz de ter um discurso que resulte em alguma mudança institucional ou criação de uma nova instituição, mas discurso é fator central para quebrar com a visão estática e determinística das instituições, especialmente quando se fala sobre crime organizado, onde as instituições são ilegais, ainda que reconhecidas pelo Estado.

Vivien Schmidt (2008) define o discurso como processo interativo de transmissão de ideias. Isso significa, de acordo com a autora, que o discurso é uma representação das ideias e uma forma de interação social dentro de determinados contextos. Indivíduos conectados compartilham ideias para acesso à formulação de políticas ou para a criação de novas instituições, e o fazem por meio de discursos. No caso dos paramilitares, e em consonância com a maior parte dos discursos, eles tendem a reforçar e se aproveitar da realidade existente para ter sucesso.

Em resumo, o que se argumenta é que as ideias têm dupla função quando se fala da institucionalização das milícias. A primeira é de impulsionador da institucionalização de grupos de extermínio para milícias, com regras de convívio social e maneiras próprias de atuação política. E aqui as ideias viram discursos bem-sucedidos, ao ponto de conformar uma instituição, por meio dos próprios paramilitares, mas também por agência discursiva de atores do Estado. E, em segundo lugar, que o discurso de ordem atua como legitimador da atuação institucional dos milicianos.

A atuação dos milicianos é facilitada por uma série de encaixes institucionais<sup>11</sup>. Ainda que a literatura não apresente uma lista aglutinada dos espaços de permeabilidade institucional, Luiz Eduardo Soares (2019) diz que o formato das polícias militares (PMs) facilita a atuação paralela de policiais. Ele utiliza um argumento típico do institucionalismo histórico (MAHONY, THELEN 2010), ao enxergar na ditadura militar o legado institucional das polícias, já que elas foram mantidas intocadas, mesmo com a abertura democrática. A transição democrática lenta, dentre outros resultados, deu continuidade ao modelo policial em que a guerra contra o crime e o combate à subversão foram instrumentos para assegurar a estabilidade do poder e a ordem imposta (PINHEIRO, 1982).

O Exército mantém o controle e a coordenação das PMs, uma evidência empírica do argumento<sup>12</sup>. Elas são consideradas forças reservas e auxiliares do Exército pela Constituição Federal e devem seguir o programa militar disciplinar administrativo. A cadeia se divide em duas (SOARES, 2019):

1. Disciplina e administração (comando militar): o comando geral da PM é ligado ao comando geral do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República;
2. Planejamento e orientação (comando civil): os praças e os oficiais são subordinados ao comandante geral da PM, controlado pelo secretário de Segurança Pública e pelo governador.

Soares (2019: 32) afirma que a cadeia de comando mais forte é a ligada ao Exército pelo poder de cancelar o nome indicado ao comando geral da PM. Em tese, não deveria haver choque de comando, o poder de planejamento das secretarias estaduais deveria imperar e garantir autonomia para atuação dos secretários, mas essa divisão garante a possibilidade de as PMs atuarem fora do controle dos governadores, como poderes paralelos ao Estado.

Existem indícios, conforme teoriza Mark Blyth (2001), de que as ideias foram usadas como instrumentos para reafirmação institucional e implementadas como projetos para novas instituições. Se as milícias são resultado da polícia mineira e dos grupos de extermínio, fala-se se uma inovação, em algum grau, mas também de transformação, reedição e reforço institucional. Neste caso, a ideologia da segurança pública militarizada e empregada como arma

---

<sup>11</sup> Encaixes institucionais entendido como os espaços que dão acesso à esfera estatal ou os próprios processos de acesso de atores políticos para influenciar a formulação das políticas públicas, do processo decisório ou menos de entrada em postos do Estado, a partir de Theda Skocpol (1995).

<sup>12</sup> Foi o regime de 1964, em 1969, que integrou as policiais estaduais ao Exército como forma de ampliar o vigilantismo militar nos grandes centros urbanos – sobretudo o Rio de Janeiro e São Paulo (PINHEIRO, 1982).

para contensão de inimigos externos é o instrumento ideário para configuração e transformação institucional <sup>13</sup>.

Consonante ao indicado, esse processo veio por um exercício *topdown*, a partir das possibilidades institucionais da ditadura brasileira. Todavia, não se impediu, dado o empenho político, que fossem enraizadas de tal modo a se naturalizassem enquanto prática política para além das instituições estatais. É uma contribuição, por parte das instituições políticas enquanto ideias, práticas e discurso, como forma de atuação política de grupos criminosos paralelos ao Estado que se espelham no modo de atuação militar e na ideologia das instituições do sistema de justiça. Portanto, uma inovação institucional bem como uma herança institucional histórica.

O fator estrutural, discursivo e de ideias convergem para a criação institucional de instituições paramilitares. Ainda que, hoje, parte dos formuladores de políticas públicas e das autoridades políticas se oponham formalmente aos milicianos e colaborem com ações para desarticulação dos criminosos, conforme aponta Blyth (2001), após institucionalmente implementadas como projetos para novas instituições, as ideias podem ter efeitos independentes dos agentes e estruturas que as implementaram originalmente.

Ao pensar os paramilitares enquanto instituições em um contexto de vigilantismo, o institucionalismo histórico oferece contribuições para entender a sua institucionalização, apesar das divergências com autores da linha da criatividade política e do institucionalismo discursivo tratados anteriormente. Em seu trabalho, James Mahony e Kathleen Thelen (2010) acreditam que há margem de criatividade para assimilar novas regras e criar instituições, sem que o legado histórico seja desprezado. No Brasil, a interseccionalidade entre o Estado e os milicianos denotam que esses grupos foram criados a partir da extensão de instituições já existentes, como as polícias e o exército. Neste sentido, inclusive, os paramilitares são nomeados dessa maneira pelo uso da lógica militar em sua forma de organização e atuação.

Os grupos fortes são capazes de projetar instituições que cumprem a função de reafirmar suas preferências, segundo Mahony e Thelen (2010), e os grupos paramilitares, assim, são instituições que reforçam a lógica da ostensividade policial. Logo, o que explica seu sucesso é não somente o poder de agência policial, a criatividade ou o apoio discursivo, mas também a conexão e a origem estatal que garantem recursos para sua atuação e preservação frente às ofensivas institucionais de desmantelamento de setores dentro do próprio Estado: o legado institucional.

---

<sup>13</sup> O uso político do medo como forma de mobilização de políticas de endurecimento penal, vigilantismo e militarização não é um evento novo ou exclusivo do Brasil (ver Donan e Burgess, 2012).

A novidade das milícias não são propriamente sua atuação enquanto grupos de extermínio ou de polícia mineira, mas suas fortes conexões com a política, ou seja, sua politização. Além disso, é notória a participação dos policiais militares e de outros agentes estatais. Isso, de certa maneira, dita as formas de ação política, as redes informais de conexão política e como as milícias serão utilizadas para encapar demandas políticas, tal como o excludente de ilicitude.

## 2.5 Milícia e ação política

Dentre os diversos grupos inseridos no campo político, os movimentos sociais se destacam dos demais por fazer o que Charles Tilly (2006) chama de “política contenciosa” ou “política de confronto”. Isso quer dizer que eles desafiam de forma contínua e duradoura os detentores do poder em nome de uma ou mais populações. Eles fazem isso através de um conjunto de estratégias políticas: demonstração de capilaridade e apoio popular; exibições públicas, como protestos e ocupações; demonstração de sua unidade e engajamento dos seus membros; e apresentação do seu compromisso com a população.

Em comparação com formas locais de ativismo, por exemplo, Tilly (2006) diz que os movimentos sociais dependem fortemente de seus membros para prosperar tanto em termos de escala como em durabilidade e eficácia. Em outras palavras, o poder de agência é muito relevante e essencial para a efetivação de estratégias políticas. O movimento social depende fortemente do engajamento.

O modo de fazer política dos movimentos sociais está em constante reinvenção e alteração durante os principais momentos históricos. A própria existência e caráter dos movimentos sociais podem variar, eles podem desaparecer ou serem reinventados. Mesmo assim, existem três chaves principais para entender os tipos de reivindicações dos movimentos sociais: a identidade (*identity*), posição (*standing*) e programa (*program*) (TILLY, 2006).

A identidade consiste em afirmar a existência e a presença de um ator coletivo, isto, é uma reivindicação de reconhecimento de quem o grupo é. Sem o reconhecimento da identidade, o agendamento de pautas no debate público é inviável. O segundo tipo de reivindicação é a posição que, assim como a identidade, exige o reconhecimento, mas, dessa vez, o reconhecimento de sua posição dentro do regime político. Por fim, o terceiro tipo é a demanda de programa, onde é arrogada determinada mudança política ou alguma ação específica. A

importância relativa entre essas formas de ação política alterna entre cada movimentos social, ator e fase específica do movimento (TILLY, 2006).

Outro conceito para entender os movimentos sociais e suas características de ação, sobretudo para entendê-lo partir das suas estratégias, é o de repertório. O repertório se refere a rotinas de reivindicações entre o reclamante (movimento social) e o objeto de reclamação. Todas as representações que caracterizam a interação entre atores coletivos e o alvo de sua reivindicação, constituem um tipo de repertório de “confronto” (TILLY, 2006). Na explicação de Angela Alonso (2012) para o conceito de Tilly, a autora explica que repertório é um condensado de instrumentos de ação para a busca de interesses, é uma linguagem.

O repertório não é criado em vácuo político e social, ele está imbricado no contexto social da sociedade em que acontece. Muitas vezes, de acordo com Tilly (2012), além de compartilhar significados locais da interação política, os agentes aprendem a partir da observação do movimento de contestação e confronto de seus pares. Por essa razão, o repertório se baseia em identidades, laços sociais e formas de organização que constituem a vida social. E a partir desse contexto, emergem as reivindicações coletivas que os agentes fazem a partir dos instrumentos disponíveis.

Os partidos e os grupos de pressão, por sua vez, também são definidos por Eric Schattschneider (2017) a partir da finalidade e do método de atuação. Os primeiros, têm a finalidade de obter e controlar o poder governamental. O principal método de viabilizar a conquista do poder, na democracia, é pela via eleitoral. Apesar de ter como finalidade o poder e o método a eleição, autor não nega que os atores têm ideias e acredita que os interesses são movidos pelas ideias e não o contrário.

O segredo do sucesso dos partidos está em, a partir da sua organização, manipular aqueles não filiados e politicamente desorganizados para realizar seus interesses e superar ideias “não organizadas”, ainda que sejam maioria. Assim, os partidos operam como franquias, com o objetivo de aumentar seu mercado, seja em termos de eleitores quanto em termos de engajados (SCHATTSCHEIDER, 2017).

Já que tem a finalidade de conquistar o poder, não só usar eleição para agendar ideias ou serem usados como associações de eleitores que apoiam candidatos, é essencial notar que os partidos estão dispostos a assumir o controle do governo e de aceitar a responsabilidade por conduzir todas as políticas públicas. Por outro lado, partidos pequenos ou grupos de pressão evitam essa situação (SCHATTSCHEIDER, 2017).

Os grupos de pressão são associações que buscam a alteração ou execução de determinada política pública, mas sem intenção de assumir o controle das políticas públicas, indicar candidatos, assumir campanhas eleitorais ou obter o controle do governo. A intenção deles é de assumir tarefas específicas para influenciar as decisões políticas e não de assumir funções governamentais em sua totalidade (SCHATTSCHEIDER, 2017).

Em geral, os grupos de pressão não tentam persuadir a maioria. Schattschneider (2017) diz que a estratégia é fazer as opiniões da minoria organizada, ou seja, o grupo de pressão, prosperarem em detrimento da maioria. Isto é feito a partir do lobby. No debate político, a partir de estratégias de influência no processo decisório, os grupos de pressão manipulam ferramentas de persuasão para parecerem mais fortes e mais hegemônicos do que realmente são.

Outra diferença dos partidos políticos, e até dos movimentos sociais, é que os grupos de pressão não têm mecanismos institucionais de controle político e estão isentos de preocupações que o sistema político impõe aos partidos. Eles não precisam ter compromisso com muitas pautas e com setores diversos da sociedade, como os partidos (SCHATTSCHEIDER, 2017).

Os grupos de pressão podem utilizar, por exemplo, o exagero como estratégia de negociação política. Pela falta dos mecanismos de verificação de sua força e ferramentas de controle institucional mencionadas, é possível que inflam seu poder simbólico para parecer maior do que são, mesmo sem lastro no eleitorado (SCHATTSCHEIDER, 2017).

Na verdade, eles se utilizam das fragilidades do sistema partidário e da falta de disciplina partidária para influenciarem políticos eleitores. Em um sistema partidário forte, há maneiras de proteger congressistas das táticas dos grupos de pressão. De outro lado, a fraqueza das lideranças partidárias, os sistemas locais de clientelismo abrem caminho para o exercício de influência dessas minorias organizadas que não são fortes o suficiente para se mobilizarem maiores ao seu favor no debate público (SCHATTSCHEIDER, 2017). Consideradas essas reflexões, como podemos identificar o braço de atuação política das milícias?

A militarização das PMs impede, em tese, qualquer tipo de ação política por militares. O texto constitucional, no artigo 142, proíbe o associativismo político ou sindical, seja das forças armadas ou das PMs. A proibição à sindicalização, à greve e à filiação partidária são questões centrais para entender a dinâmica do entrelaçamento entre polícia e Exército. A possibilidade de reivindicação das demandas é limitada frente aos baixos salários da corporação na maior parte das unidades federativas. Não existe, sequer, um piso salarial para a categoria.

Não poder encampar demandas políticas, como melhores salários e condições de trabalho, afeta o quadro da segurança pública de todo o país<sup>14</sup>. Nos últimos anos, por exemplo, não é raro os veículos da imprensa noticiarem os motins de policiais militares e a formação de milícias em outros estados além do Rio de Janeiro, como no Pará. Os policiais vão a busca de formas ilícitas de complementação da renda, principalmente com a segurança privada. Quando não, adentram redes paralelas de associativismo ligadas, por vezes, às atividades criminosas.

Sidney Tarrow (2009), ao pensar sobre as formas de ação política, diz que os atores geralmente se juntam com determinado objetivo quando compartilham problemas em comum. De forma geral, e ao que tudo indica, esse é o caso dos policiais militares que participam de milícias. Ou seja, a ação coletiva é motivada pela identificação entre os atores políticos. Então, o objetivo em comum, melhores condições de econômicas e abertura de espaços de sociabilidade policial, mais os problemas cotidianos, são aglutinadores das experiências dessas pessoas em função da criação de um tipo de organização e uma ação coletiva.

Um achado importante vem da pesquisa do cientista político Enrique Desmond Arias (2013), ele diz que, no bairro de Rio das Pedras, a Associação de Amigos e Moradores de Rio das Pedras teve como presidente um miliciano. Desde sua ocupação, a milícia utiliza da associação como forma de receber dinheiro e controlar o associativismo político local. As associações de moradores eram utilizadas como a forma legal de se fazer ativismo político.

Por meio de uma pesquisa de campo no momento pré-eleitoral de 2020, a Rede Fluminense de Pesquisas Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos divulgou a nota técnica "Controle Territorial Armado no Rio de Janeiro", chamando a atenção para a ocupação de associações de moradores por parte das milícias. No documento, é mencionado que os milicianos utilizaram essas associações para a acionar a Defensoria Pública da União e, desse modo, assegurar o acesso de moradores ao programa de habitação 'Minha Casa Minha Vida'. Os milicianos não se abstêm, assim, de se relacionar com o Estado. Essas formas são múltiplas e estão transpassando o nível da "ilegalidade" ao usar instrumentos aparentemente legais para ativismo político.

Ainda em seu trabalho sobre as milícias, Arias (2013) diz que as milícias se empenham no envolvimento com a política formal. Os paramilitares controlam, hegemonicamente, os grupos cívicos e mobilizam atores armados das regiões onde atuam, também influenciam

---

<sup>14</sup> Baixos salários, falta de qualificação profissional, condições de trabalho desumanas, códigos disciplinares demasiadamente rígidos (com afrontas aos direitos humanos básicos) e falta de apoio psicológico são alguns dos principais problemas da categoria identificados por Luis Eduardo Soares (2019: 33)

diretamente nos processos eleitorais e, conforme supracitado, influenciam diretamente nas políticas públicas.

Em suma, as escassas válvulas de manifestação política dos policiais militares aliada à sua posição de negociação continuada em territórios<sup>15</sup> levaram-os a pensar formas alternativas não só de complementação de renda, mas de expressão política, que há muito pode ter deixado de se relacionar a seus interesses individuais, vide demandas salariais, mas passa a focar em aspectos para a manutenção e favorecimento de suas atividades ilícitas. A proibição não significa abstinência das atividades políticas. Adicionalmente, a estrutura policial está constitucionalizada, o que, de acordo com Luis Souza (2015), dificulta as mudanças estruturais na corporação e na vida dos próprios policiais.

Considerar o quadro de ilegalidade da atuação política dos policiais militares pode recair à leitura moralista, numa dicotomia entre maus (corruptos) e bons agentes. A partir dessa ótica, incentivos e possibilidades institucionais para atuação policial são colocados em segundo plano e o esgotamento da ação legal para eles, mecanismos de incentivo ao envolvimento com as milícias, é apagado como questão central de um processo estrutural.

Esse trabalho tomará um caminho diferente. Seguindo o entendimento de que as limitações legais resultantes da constitucionalização e militarização da Polícia Militar freiam as possibilidades do repertório político policial, o caminho será entender a atuação nas milícias como modo de expressão política e resultado das redes informais profissionais dos agentes da segurança pública fluminense.

Se o *status quo* determina que a atividade política dos policiais militares é ilegal e que milícias são grupos do crime organizado, a resposta desses grupos não foi necessariamente buscar legalização das ações, mas construir condições materiais e de legitimidade para perpetuar a atividade criminal como fonte lucrativa e modo de representação política.

Existe interesse em perenizar a ação criminal. A depender do determinado tipo de regulação das políticas públicas locais, os entraves para ação dos policiais militares (e milicianos, sobretudo) podem ser menores e o ganho econômico e político potencializado. A vedação da política aos policiais e à criminalização das milícias não quer dizer que meios institucionais não serão utilizados para alçar interesses políticos e econômicos, entretanto, será difícil apontar nuances deste processo.

Para Sidney Tarrow (2009), a ação política está ligada a oportunidades enxergadas por referência a um espaço para a ação coletiva, não condicionada necessariamente à legalidade.

---

<sup>15</sup> Como descrito antes, por conta da discricionariedade e autonomia do policial militar enquanto burocrata de rua.

As oportunidades são dimensões que incentivam a ação. Então, aqui a proposta é pensar a milícia, para além de um agente do crime organizado, mas sim como organização política, que não necessariamente defende seus interesses de classe dos policiais militares, porém, funciona, em larga medida, como forma deles encamparem suas demandas na política.

A atuação das milícias, até o registrado aqui, caminha fluidamente entre as estratégias de ação política adotada pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos e pelos grupos de pressão. No entanto, a forte ligação com o território e o emprego deste como “mercadoria política” os diferencia dessas demais organizações políticas e torna especialmente relevante olhar para as formas de uso político do território dominado e, por essa razão, a opção por olhar especificamente para a geografia eleitoral.

## CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA E RESULTADOS

Duas premissas fundamentam o problema de pesquisa desse trabalho, a tipologia Ames (2011), e a concordância com Glaucio Soares e Sonia Terron (2008), de que a política precisa ser entendida a partir do contexto em que ela ocorre. Tendo isso em vista, conforme afirmado anteriormente, o uso político do território por parte das milícias também foi determinante para a fundamentação da pergunta de pesquisa e do método empregado.

Essa dissertação se propõe a ser um estudo exploratório sobre dos padrões espaciais de voto dos candidatos à vereança que estão envolvidos com as milícias na cidade do Rio de Janeiro. Assim, o problema de pesquisa orientador é: *existe um padrão de distribuição espacial dos votos dos candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (supostamente) ligados às milícias?* Trata-se, portanto, de um exercício de pesquisa descritivo e do emprego de métodos de análise espacial de bases eleitorais nas eleições de lista aberta proporcional.

O objetivo do trabalho é entender se o apoio das milícias aos candidatos se reverteu em voto nessas regiões e se o perfil dos votos desses parlamentares é mais concentrado nas regiões dominadas pelas milícias. Como objetivo específico, busca-se entender se a tipologia de Ames contribui para a análise dos candidatos das milícias e se a dimensão espacial utilizada é suficiente para traçar um perfil estatisticamente confiável e teoricamente sustentável.

A hipótese central é de que existe um padrão de votos dos candidatos analisados. Além disso, se tem como hipótese que os candidatos tenham um padrão de voto *dominante/outlier* (em vez de *compartilhado*), pela sua força dos bairros dominados pelas milícias, e *concentrado* (em vez de disperso), também por seus votos serem dessas regiões e não ser preciso um bom desempenho em regiões vizinhas.

### 3.1 Metodologia, seleção dos casos e limitações da pesquisa

Para abordar a distribuição da votação de supostos milicianos, será utilizada uma abordagem quantitativa e exploratória, a partir de análise de autocorrelação espacial. As unidades espaciais de análise foram as zonas eleitorais (ZEs), baseado na latitude e da longitude de cada uma delas, segundo anexo. As ZEs foram geocodificados a partir da geolocalização dos endereços fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) com o uso do software *RouteConverter*, gerados em um arquivo *KML*<sup>16</sup>. É válido ressaltar que as zonas

---

<sup>16</sup> Para replicação dos dados acessar: <https://doi.org/10.7910/DVN/Z1MQ8J>

eleitorais passaram por um remanejamento em 2017 na capital, portanto, os locais são diferentes dos adotados nas eleições pós 2016 depois da edição da Resolução nº 982/2017 do TRE-RJ. Os dados georreferenciados estão nos anexos desse estudo. O software *Geoda* foi adotado para produção das estatísticas de autocorrelação espacial e de correlação espacial entre os candidatos.

A Zona Eleitoral é uma unidade de análise artificial, construída pela Justiça Eleitoral através do conjunto de dados. A sua adoção foi estratégia pela falta de localização das seções eleitorais da cidade do Rio de Janeiro em período anterior a 2017, que compreende o espaço temporal da pesquisa, realizada com base nas eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016.

Ao passo que viabilizou a pesquisa, o uso das ZEs impõe limitações à pesquisa. Existem dois problemas centrais, o primeiro é que ela não corresponde ao lugar exato que o eleitor vota, porque são agrupamentos de seções eleitorais de uma região administrativa, então, sequer correspondem necessariamente ao mesmo bairro de voto do eleitor. E, em segundo lugar, porque não obrigatoriamente estão onde o eleitor reside. Isso pode, e efetivamente gerou, distorções nos resultados empíricos apresentados. O ideal é trabalhar com as seções eleitorais, lugar onde são maiores as chances de que os eleitores efetivamente votem e residam<sup>17</sup>, ou seja, que constroem suas preferências políticas em termos espaciais. Mas, por redefinição das zonas e seções eleitorais realizadas pelo TRE-RJ nos últimos anos, e pelo grande volume de dados, optou-se por não seguir este caminho e trabalhar somente com as zonas eleitorais.

Duas unidades de medição foram adotadas para encaixar na tipologia de Ames. A primeira diz respeito à dimensão entre *concentração* e *dispersão*. Concentrados, como explicado anteriormente, são os candidatos mais expressivos em determinadas zonas e com o resultado eleitoral similar nos distritos vizinhos onde teve alta expressão eleitoral, e os candidatos dispersos tiveram sua votação espalhadas pelas zonas eleitorais, com resultados não necessariamente parecidos em distritos vizinhos ou sem concentração de votos em zonas eleitorais vizinhas (TERRON, et al., 2012).

Essa classificação foi realizada a partir do Índice de Moran I ou Índice de Moran Global com peso de *queen contiguity*<sup>18</sup>. Ele é capaz de medir a autocorrelação entre território e indicar se existem *clusters* ou *outliers* nos padrões de votação. Tomando como base o principal estudo

---

<sup>17</sup> O recadastramento e a biometria realizadas para eleições mais recentes aumentou as chances de que essa vinculação ocorra, porém não cabe aos anos analisados.

<sup>18</sup> O *queen contiguity* é recomendado para lidar com possíveis erros no arquivo dos polígonos, nesse caso, dos polígonos das zonas eleitorais. O site do Geoda traz informações mais detalhadas sobre o uso, a diferença do *rock* como peso e algumas recomendações para o uso das estatísticas espaciais do software: [https://geodacenter.github.io/workbook/4a\\_contig\\_weights/lab4a.html#queen-contiguity](https://geodacenter.github.io/workbook/4a_contig_weights/lab4a.html#queen-contiguity)

com vereadores sobre o tema no Brasil, de Sonia Terron (et al., 2012), ele foi calculado com o percentual de votos do candidato por zona eleitoral e classificado entre concentrados e dispersos a partir da média total dos valores obtidos.

Esses valores deveriam ser calculados por ano idealmente. No entanto, pela baixa amostra anual da pesquisa, se escolheu fazer de maneira agregada, o que é mais uma das limitações do trabalho, como aborda André Borges (et al, 2016), a eleição e a reeleição são processos distintos e complexos de serem comparados. Além disso, pela falta de constância dos trabalhos da área, que adotam unidades espaciais de análise variadas (GELAPE, 2017) e formas de cálculo distintas, a comparação se mostrou inviável e os resultados podem ser conflitivos. Por essa razão, a pretensão aqui é identificar padrões entre os candidatos analisados, sem intenção de comparação o conjunto de candidatos à vereança no Rio de Janeiro.

O cálculo da média do Índice de Moran deveria ser feito para todos os candidatos à vereança por ano. Portanto, o critério adotado aqui, mas também em Ames (2003), Silva (2011) e Terron (2012) não conseguem atender a rigidez necessária para se fazer inferências estatísticas mais gerais.

Para classificar a dimensão entre *dominância* ou *compartilhamento*, no qual dominante é o candidato que leva expressiva fatia do eleitorado na zona e compartilhado é o qual compartilha seu eleitorado com outros candidatos, foi estipulado um valor e todos os que se enquadram são dominantes e, os que não, são compartilhados. Baseado em Silva (2011), todos os candidatos que obtiveram o dobro de votos do segundo colocado na zona eleitoral e, ao menos 10% de todo o distrito, serão considerados dominantes e os demais concentrados.

Assim, considerando o percentual de votos na zona eleitoral e alta magnitude de votantes e candidatos à vereança na cidade do Rio de Janeiro, o cálculo adotado possibilita identificar os candidatos que se sobressaem nas zonas eleitorais sem considerar como dominante o candidato pelo simples resultado representativo na zona eleitoral e levando em consideração o impacto no total de eleitores na zona eleitoral, o que não se leva em consideração em Corrêa (2011), Carvalho (2013), Ames (2003) Terron (et al., 2012), de acordo com Silva (2009).

O índice de Ames de dominância média, de acordo com Avelino (et al. 2011), não leva em conta a heterogeneidade da distribuição de votos dos eleitores entre os distritos ou municípios, ignorando o fator de ponderação. Por isso, o autor indica que o índice não é desejável para verificar a concentração, por ser sensível a votação do candidato no distrito, isto é, ele não consegue levar em consideração a proporcionalidade, somente o número absoluto. Em resumo, o índice tem um problema de escala, os candidatos com menor votação

apresentarão índices de concentração menores, embora possam ter mais percentual de votação. O indicar apenas apresenta a média e não sintetiza a variação de modo mais amplo.

Os candidatos à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro que constam na pesquisa são concorrentes das eleições de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, períodos em que os dados são comparáveis e que existiram candidatos citados na CPI das Milícias ou presos na cidade do Rio de Janeiro por envolvimento com organizações criminosas. Como indica a ‘Tabela 2’, dois políticos foram usados como contrafactual para comparação, a ex-vereadora Marielle Franco, assassinada por milicianos e Gilberto Palmares, deputado estadual que participou da CPI das Milícias. Ambos foram escolhidos por seu compromisso histórico no combate às milícias<sup>19</sup>.

Tabela 2 – Candidatos à vereança no Rio de Janeiro com possível ligação com as milícias

Nome completo	Nome na urna	Partido(s)	Eleições	Resultado	Nº na urna	Status no momento da pesquisa <sup>20</sup>
Jerônimo Guimarães Filho	Jerominho	MDB	2000	Eleito	15670	Preso <sup>21</sup>
			2004	Eleito		
Josinaldo Francisco da Cruz	Nadinho	AVANTE	2000	Eleito	70625	Assassinado em 2009 <sup>22</sup>
	Nadinho de Rio das Pedras	DEM	2004	Suplente	25100	
			2008	Suplente	25100	
Luiz André Ferreira da Silva	Deco	PR	2004	Suplente	56770	Em liberdade condicional <sup>23</sup>
			2008	Suplente	22770	
Cristiano Girão Matias	Cristiano Girão	PMN	2004	Suplente	23233	Preso <sup>24</sup>
			2008	Eleito por média	23233	
Jorge Luiz Haut	Jorge Babu	PT	2000	Eleito por média	13444	Condenado, mas em liberdade <sup>25</sup>
			2004	Eleito	13444	

<sup>19</sup> O assassinato de Marielle Franco não foi solucionado durante essa pesquisa, mas até o momento jornais apontam a ligação de milicianos na morte da ex-vereadora. Gilberto Palmares, deputado estadual na época, foi o relator da CPI e pediu o indiciamento de mais de 220 envolvidos com as milícias, incluído colegas parlamentares.

<sup>20</sup> A presente pesquisa concluída no mês de maio de 2022, o status foi obtido através de matérias jornalísticas.

<sup>21</sup> Jerominho foi preso por extorsão em Campo Grande. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-01/ex-vereador-e-policial-civil-jerominho-e-preso-novamente-no-rio> > Último acesso: 12/05/2022

<sup>22</sup> Após denunciar a atuação de milicianos, Nadinho foi assassinado. Disponível em: < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ex-vereador-nadinho-de-rio-das-pedras-assassinado-em-atentado-na-barra-298609.html> > Último acesso: 12/05/2022

<sup>23</sup> Deco está em liberdade condicional desde 2019. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/07/ex-vereador-acusado-de-homicidio-faz-campanha.html> > Último acesso em: 12/05/2022

<sup>24</sup> Cristiano Girão está preso desde 2021. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/11/jogos-de-azar-armas-e-marielle-suspeitas-e-acusacoes-contrarionie-lessa.htm> > Último acesso em: 12/05/2022

<sup>25</sup> Condenado por formação de quadrilha. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/12/cpi-milicias-politicos/> > Último acesso em: 12/05/2022

Carmen Glória Guinâncio Guimarães	Carminha Jerominho	Solidariedade	2008	Eleita por média	70670	Presa <sup>26</sup>
			2012	Não eleita	70670	
Marcelo Siciliano	Marcelo Siciliano	PHS	2016	Eleito por média	31888	Em liberdade, após ser preso por suspeita de participação na morte da ex-vereadora Marielle Franco <sup>27</sup>
Jair Barbosa Tavares	Zico Bacana		2008	Suplente	27773	Baleado no período eleitoral de 2020, em Marechal Hermes, região dominada por milicianos e seu principal reduto eleitoral <sup>28</sup>
			2016	Eleito por quociente partidário	31201	
Francisco Félix Valente	Chiquinho Sepetiba	PFL/DEM	2004	Suplente		Citado pela CPI das Milícias
			2008	Suplente		
Luiz Monteiro da Silva	Doem	PTC	2008	Suplente	36007	Preso, foi enunciado por organização criminosa e lavagem de dinheiro <sup>29</sup>
Marcio Amaral Castilho	Marcio	PRB	2008	Suplente	10311	

<sup>26</sup> Presa em 2021 por adquirir celulares roubados em esquema que a polícia aponta como relacionado às milícias. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/25/operacao-mira-receptadores-de-eletronicos-roubados-no-rj.ghtml> > Último acesso em: 12/05/2022.

<sup>27</sup> Apesar das investigações serem sigilosas, a relação de Siciliano com a morte de Marielle Franco foi aventada diversas vezes, ele chegou a ser preso. Além disso, várias reportagens, baseadas em investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro, indicam o relacionamento do vereador com milicianos. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-marielle-confira-a-linha-do-tempo-da-investigacao-do-crime/> > < <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/05/gravacoes-mostram-marcello-siciliano-prometendo-blitz-da-pm-para-miliciano.html> > Último acesso em: 12/05/2022

<sup>28</sup> O ex-vereador Zico Bacana foi vítima de uma tentativa de assassinato durante sua campanha em 2020, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Além de ser citado na CPI, ele também depôs no inquérito que investiga a morte de Marielle Franco. Disponível: < <https://oglobo.globo.com/rio/vereador-zico-bacana-citado-na-cpi-das-milicias-depoe-sobre-marielle-22561549> > < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/03/vereador-zico-bacana-diz-que-foi-vitima-de-tentativa-de-homicidio.ghtml> > Último acesso em: 12/05/2022.

<sup>29</sup> Doem foi denunciado pelo Ministério Público, para além da CPI das Milícias. Disponível em: < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mp-denuncia-quadrilha-de-miliciano-por-lavagem-de-dinheiro-14566211.html> > Último acesso: 12/05/2022

Jurani Ferreira	Jurani	PSL	2008	Suplente	17017	Assassinado em 2011 <sup>30</sup>
Israel Barbosa Gonçalves	Israel	PTB	2008	Suplente	14007	
João Francisco Inácio Brazão	Chiquinho Brazão	MDB	2008			Deputado federal, é irmão de Domingos Brazão, investigado por suposto envolvimento no assassinato da ex-vereadora Marielle Franco. Investigações jornalísticas apontam sua ligação com as milícias e a disputa por poder com Siciliano <sup>31</sup>
			2012			
			2016			
Marielle Francisco da Silva	Marielle Franco	PSOL	2016	Eleita por média	50777	Assassinada <sup>32</sup>
Gilberto Palmares	Gilberto Palmares	PT	2000			Deputado estadual <sup>33</sup>

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), fontes de cunho jornalístico e no Relatório Final da CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

### 3.2 Domínio territorial e político: o papel das zonas eleitorais

Alba Zaluar e Isabel Conceição (2007), há uma década, chamou atenção para um intenso movimento de agenciamento político dos territórios em poderio dos milicianos. A Associação

<sup>30</sup> Segundo o Ministério Público, foi assassinado pelo miliciano Nem do Gás, Luis Antonio Guimarães Lima. Disponível em: < <https://extra.globo.com/casos-de-policia/miliciano-acusado-pelo-ministerio-publico-de-assassinar-pm-em-campo-grande-2093209.html> > Último acesso em: 12/05/2022.

<sup>31</sup> Investigações sugerem o relacionamento dos Brazão com o Escritório do Crime. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/12/caso-marielle-franco-escritorio-do-crime-milicia-familia-brazao-escutas.htm> > Investigações apontam o relacionamento de Chiquinho Brazão com milicianos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: < <https://theintercept.com/2020/06/22/investigacao-marielle-expoe-conexoes-veredores-milicias/> > Último acesso em: 12/05/2022.

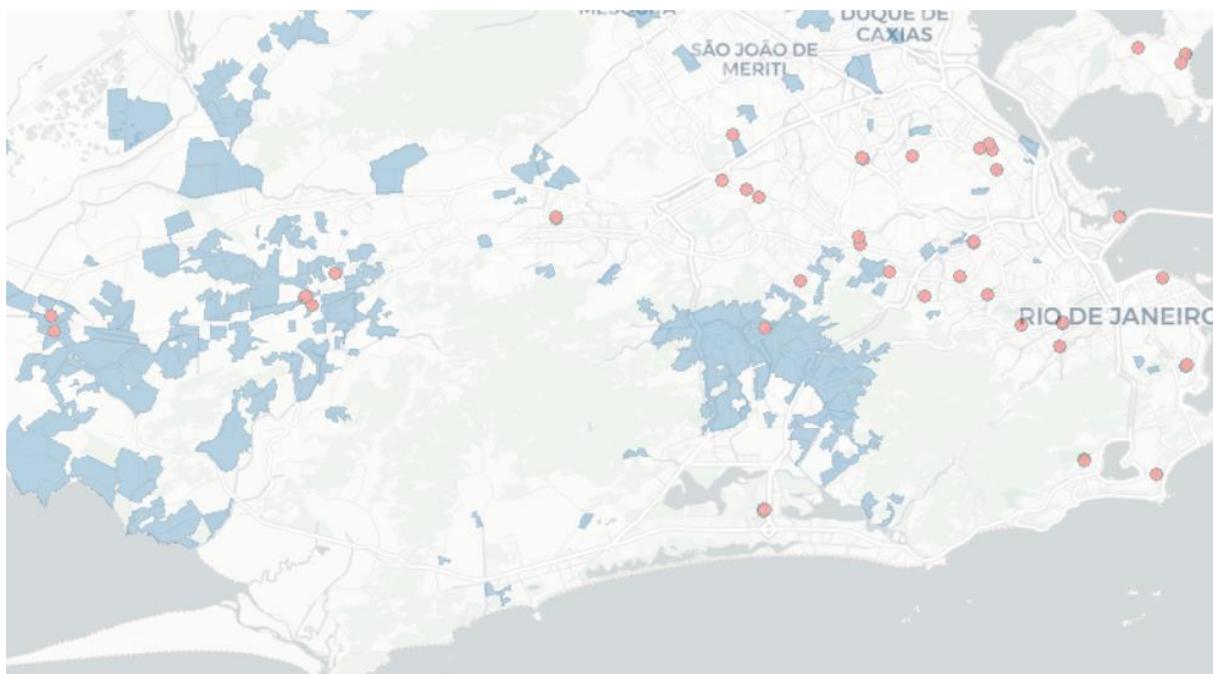
<sup>32</sup> A ligação entre a atuação de Marielle Franco e as milícias, inclusive seu assassinato, é citada por diversos veículos de mídia, pesquisadores especializados na área e autoridades das instituições de segurança pública do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://cesecseguranca.com.br/participacao/o-que-sao-e-como-agem-as-milicias-acusadas-de-matar-marielle-franco/> > Raquel Rolnik, professora da Universidade de São Paulo, por exemplo, cita o notório combate da ex-vereadora esses grupos: > <https://jornal.usp.br/atualidades/o-combate-as-milicias-tirou-a-vida-de-marielle-franco/> > Último acesso: 15/05/2022.

<sup>33</sup> Relator da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

de Amigos e Moradores de Rio das Pedras promoveu uma campanha para regularizar o título de eleitor dos moradores, observou a autora em sua pesquisa etnográfica. O alvo era transferir títulos de eleitores que votavam em outro município ou Estado e regularizar a situação cadastral daqueles com algum tipo de impedimento, principalmente pela presença de nordestinos nos bairros da Zona Norte, sem o título transferido para a cidade. O objetivo era ajudar eleger Nadinho como vereador na cidade e, para isso, além de falar com toda a comunidade, kombis contratadas pelos milicianos levaram os moradores aos cartórios do TRE-RJ.

Esse fato é mais um dos indícios da importância das eleições na dinâmica da economia política das milícias e como o território é o fator que liga as milícias às eleições, sobretudo em razão da sua forte dependência territorial. Em concordância ao indicado pelo ‘Mapa 1’ disposto abaixo, ao menos 48 das 97 zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro tem algum contato com as regiões dominadas por milícias. Isso não quer dizer que todos estejam sob influência direta e que o voto seja condicionado somente pela ação milicianana, mas que seu poder de influência não é desprezível e que atingiu uma larga escala na cidade.

Mapa 1 – Zonas eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias



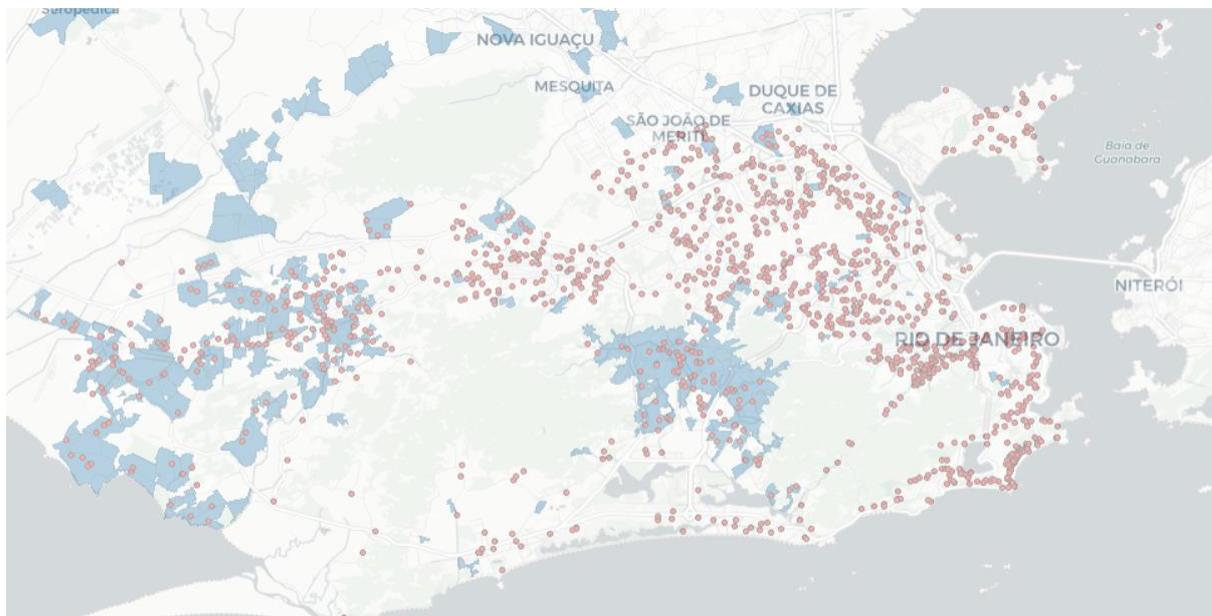
*Em vermelho: zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro*

*Em azul: territórios com presença de milícias*

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro<sup>34</sup> e do Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://erickgn.github.io/mapafc/>

Mapa 2 – Seções eleitorais do Rio de Janeiro e regiões dominadas por milícias



*Em vermelho: seções da cidade do Rio de Janeiro*

*Em azul: territórios com presença de milícias*

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro<sup>35</sup> e do Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro.

No ‘Mapa 2’, no qual existe um detalhamento mais aprofundado que o anterior, é possível ver uma concentração de seções eleitorais em regiões de milícias na Zona Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Ao olhar para os números de eleitores nessas zonas, observando a pesquisa da Alba Zaluar (2007), é visível o aumento acima da média das regiões de milícias. Enquanto a média geral de crescimento populacional de eleitores das zonas eleitorais ficou em 15,54% entre os anos 2000, nas regiões de milícia foi de cerca de 31,54%, conforme os dados em anexo.

A Zona Eleitoral n° 179 teve um crescimento de mais de 121% entre os anos 2000 e 2016. Ela atende as seções eleitorais de Rio das Pedras e Gardênia Azul, dominadas por milícias, apesar de ficar na Barra da Tijuca. Para citar outros exemplos, a Zona Eleitoral n° 25 cresceu mais de 137% e a Zona Eleitoral 20 cresceu mais de 91%, localizadas em Campo Grande e Santa Cruz respectivamente, regiões de milícia.

Dentre os fatores, para além do crescimento populacional da cidade, o adensamento dessas regiões se explica pelo controle urbanístico da ocupação territorial por parte dos

<sup>35</sup> Disponível em: <https://erickgn.github.io/mapafc/>

milicianos. A prática de grilagem se aprofundou nos últimos anos. Além da prática anteriormente citada de coação e cooptação dos eleitores, induzindo-os a regularizarem seu cadastro eleitoral afim de obter vantagens.

Portanto, quando se fala de território dominado pelas armas das milícias, o poder de controle político e da liberdade de liberdade do eleitor é restringido. E isso por duas razões. A possibilidade de aumento da repressão nos casos em que os políticos apoiados pelas milícias não vençam é a primeira delas. A coerção política é amplamente documentada pela literatura especializada (LINS, 2021; MANSO, 2020; ALVES, 2020; ARIAS, 2013).

Secundariamente, ainda que sem a ameaça ou violência física, a dinâmica da econômica criminal cria incentivos para os moradores votarem em determinado candidato apoiado pelas milícias. Caso o candidato não seja eleito ou o político que apoia a região deixe de ser reeleito, o aval do poder público pode ser reduzido e eventuais ofensivas às estruturas de poder político e econômico local podem ser ameaçadas. Em outras palavras, mesmo sem anuência das práticas criminais, o eleitor pode vir a sofrer prejuízos, a partir do momento em que toda a comunidade acaba forçada a ter sua vida imbuída na dinâmica ilegal da economia das milícias. Um exemplo, pensando que as milícias agenciam áreas públicas para construção de casas e venda de terras, pode ser a suposição por um morador de que será desalojado e perderá seus bens, caso o poder público passe a tratar a ocupação na qual reside como ilegal. Assim como os trabalhadores do loteamento ilegal que podem vir a perder seus empregos. Em resumo, toda a comunidade pode perder, não é somente sobre anuência, dependência ou repúdio às atividades criminais que se estruturar o comportamento eleitoral. O benefício está disponível apenas no caso de o “cliente” fornecer o apoio político.

Por isso, conforme teoriza a cientista política Susan Strokes (2009), retirar o político pode significar um dilema de ação coletiva: enquanto a saída do patrono pode ser boa para todas as pessoas em determinado território a longo prazo, para o eleitor que vota ou age contra ele pode representar um risco individual de retaliação ou perda de recurso ou proteção imediatos. Ao se considerar o controle político intenso da atividade política e impossibilidade de fazer oposição ao regime de poder local (LINS, 2021; MANSO, 2020; ALVES, 2020; ARIAS, 2013), o custo individual e até coletivo pode ser altíssimo.

Em sociedades mais democráticas, o clientelismo se estrutura dessa segunda maneira, a partir de um relacionamento mais democrático, ainda que muitas formas de coerção sejam preservadas. Chamado de “novo clientelismo” por Jonathan Hopkin (2006), o cientista político diz que existe menos senso de dependência por parte do cliente, o eleitor sente-se mais livre

para usar seu voto como mercadoria a ser trocada. Em compensação, apesar dos possíveis ganhos e de alguma pré-disposição para apoiar os milicianos, não existe uma margem considerável de negociação na prática porque do outro lado estão grupos armados. Não quer dizer que a coação vai ser revertida em voto necessariamente, esse controle direto é inviável de ser feito com o voto secreto, mas a negociação não é feita em termos “mais democráticos”, como argumenta o autor.

Diferentemente da expectativa de Hopkin (2006), não é possível dizer que existe um contexto político menos hierarquizado, apesar de haver fluidez no comportamento eleitoral e competição maior entre as elites. O próprio declínio do sucesso eleitoral dos milicianos indica uma relação de menor dependência e sucesso dos antigos modelos de coação política dos moradores. A oferta de ganhos materiais pode, em muitos casos, ser de ameaça em vez de incentivos, confirma Susan Strokes (2009). Melhor dizendo, as formas de coação podem seguir concomitantemente por mais que existam ganhos com a finalidade de deixar o cliente satisfeito. O critério de distribuição material é o que separa o clientelismo de outras estratégias políticas.

Existe uma crença no voto urbano mais ideológico nos estudos de comportamento eleitoral mais antigos. Autores como Gláucio Soares (1964) apontam que as alianças eleitorais com finalidade puramente eleitoral ou de carácter mais personalista sofreria resistência nas regiões urbanas do país. Nos estados mais desenvolvidos e urbanos, os deputados são menos eleitos através de alianças e coligações, isso se deve sobretudo pela maior alfabetização. Para Soares a política baseada em referenciais ideológicos depende de condições observadas no ambiente urbano, de tal forma que em contextos rurais não haveria espaço para disputas de valores, mas sim a partir de interesses mais concretos, nos quais há terreno fértil para práticas clientelistas.

A expansão da visão do papel do Estado e da economia é um fator central para entender o novo clientelismo. Com a limitação das despesas do Estado, é mais frequente o patrono criar pontes com a burocracia do Estado em vez de dar benefícios econômicos diretos (HOPKIN, 2006). Os milicianos chegam a apoiar os moradores em conseguirem regularizar suas propriedades nos territórios, além do agenciamento dos bens públicos com a finalidade de ganhar dinheiro e aumentar seu poderio político. A participação direta e a anuência de servidores e políticos facilitam o acesso e a distribuição dos bens públicos pelos milicianos aos moradores.

A principal característica de encontro da teoria do clientelismo e da prática milicianiana é beneficiar individualmente os cidadãos em detrimento do bem comum e, como tem o

monopólio econômico de várias atividades como o gás, a grilagem e o gatonet, o dono pode punir ou premiar com acesso aos recursos quem votou nele (HOPKIN, 2006; STROKES, 2009). Mas isso é se considerando que o voto é pelo bem coletivo de fato, se o indivíduo busca ganhos pessoais, os resultados eleitorais não são uma régua confiável para o que as pessoas querem, com ou sem liberdade e relações de clientelismo.

Portanto, não somente as zonas rurais são mais abertas às alianças puramente eleitorais, onde persistiria uma cultura política mais clientelista ou o que Soares (1964) chama de “pré-ideológica”. O eleitorado urbano não necessariamente tem liberdade democrática para rejeitar o clientelismo e ter um voto mais politizado, porque também está imiscuídos em dinâmicas de coação armada.

O surgimento do crime organizado nos anos 1990 e o fortalecimento das milícias nos anos 2000 questionam a divisão onde o voto urbano seria mais universalista, com menor fidelidade pessoal e mais programática e ideológica, e o rural seria mais particularista. Além do mais, mesmo não imiscuído nas dinâmicas de cooptação e coerção, o eleitor pode preferir milicianos, porque muitos deles se valem de ideias políticas de criminalização da pobreza, endurecimento penal e do próprio populismo penal.

Existem contradições no interior do espaço urbano. A análise espacial empírica demonstra que o mercado política das grandes cidades não é uniforme em termos de competição eleitoral. Por isso, não pode se dizer que existe maior liberdade, voto ideológico e competição nessas regiões como um todo (CARVALHO, CORRÊA, GHIGGINO, 2010).

No Rio de Janeiro o mercado político não obedece às regras de uniformidade da sociologia política. Existe uma grande variação de concorrência política efetiva e de concentração de eleitores nos bairros. A periferia e o restante do município apresentam um mercado político efetivamente desigual. Os bairros de periferia apresentam menor competição política quando olhado empiricamente. A pesquisa de caracterização do mercado eleitoral demonstra que os distritos eleitorais das periferias estão mais sujeitos a um padrão de competição mais localista, isto é, com menos competidores (CARVALHO, CORRÊA, GHIGGINO, 2010).

### **3.3 O perfil dos vereadores**

O desenho do perfil dos candidatos à vereança ligados às milícias consiste em duas variáveis que foram apresentadas anteriormente, uma para dimensionar a *dominância* ou o *compartilhamento* e a *concentração* ou o *compartilhamento* dos resultados eleitorais dos

vereadores, conforme a tipologia de Ames (2003), principal marco teórico-metodológico empregado pelo campo da geografia eleitoral.

Os cálculos indicam que a maior parte dos vereadores apresentam um padrão de tipo *compartilhado*, e que são raríssimos os casos recessivos, isto é, de tipo *dominante*. Conforme apresenta a tabela a seguir, apenas quatro candidatos fugiram essa regra, dois deles em mais de uma eleição.

Mesmo nos casos em que tiveram uma alta votação, os candidatos não se aproximaram de ter dominância na zona eleitoral para além das exceções detalhadas a seguir. Nadinho, por duas vezes, Deco, Chiquinho Brazão, também em dois pleitos seguidos, e Zico fugiram à regra dos demais candidatos analisados e foram capazes de dominar a zona eleitoral com um percentual de votos obtidos de no mínimo 10% do total e pelo menos com o dobro de votos do segundo colocado.

Todos esses candidatos tiveram uma votação expressiva no pleito em que concorreram e estão na condição de dominante se comparado aos demais candidatos. No entanto, outros candidatos com votação expressiva não se configuraram como dominantes. Não existe uma ligação direta entre o total de votos e a possibilidade de dominar uma zona eleitoral. Existem candidatos que concentram a maior parte de sua votação em uma única zona eleitoral e, por isso, mesmo sem muitos votos, podem dominar uma zona eleitoral.

Tabela 3 – Desempenho detalhado candidatos com perfil dominante nas Zonas Eleitorais (ZE)

Candidato	Eleição	ZE	Votos	Percentual de votos obtidos na ZE	Percentual acima do segundo colocado <sup>36</sup>
<b>Nadinho</b>	2004	179	15.239	19%	234%
<b>Nadinho</b>	2008	179	10.296	11%	209%
<b>Deco</b>	2008	13	5.311	11%	119%
<b>Brazão</b>	2008	180	10745	13%	496%
<b>Brazão</b>	2012	180	8188	10%	240%
		182	7654	10%	238%

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

A Tabela 3 não só aponta os políticos com perfil eleitoral de *dominância*, mas deixa claro os candidatos com alta influência na política local dos bairros do Rio de Janeiro e fortes redes de clientela. O perfil *dominante* de Nadinho de Rio das Pedras, Deco e Chiquinho Brazão evidencia seu controle territorial e o desempenho de uma posição de chefe local. A sua dominância conflui justamente ao lugar onde tem uma atuação política intensa e o controle

<sup>36</sup> 100% é o aumento mínimo de vantagem sobre o segundo colocado e 10% é o valor mínimo de votos que o candidato precisa ter no total de votos na Zona Eleitoral.

territorial. Nadinho de Rio das Pedras em Rio das Pedras e Gardênia Azul, Deco em Jacarepaguá e Chiquinho Brazão em Tanque e Taquara. Todas essas são regiões rigorosamente controladas por grupos milicianos.

Os demais vereadores foram classificados como compartilhados. Conforme aponta a tabela 4, a partir da média dos resultados obtidos, os resultados se dividiram em disperso e compartilhado, isto é, não parece existir um padrão definido nesse eixo, apenas na afirmação de que a maior parte deles tem perfil de votação compartilhado, mesmo àqueles com um número de votos acima da média, já que os candidatos com maior expressão eleitoral têm a votação compartilhada, ao contrário do que se espera. 0,2085.

Tabela 4 – Distribuição dos candidatos a partir da tipologia de Ames

<b>Candidato</b>	<b>Ano</b>	<b>Moran</b>	<b>Disperso/concentrado</b>	<b>Dominante/compartilhado</b>	<b>Votos</b>
Jerominho	2000	0,456	Concentrado	Compartilhado	20560
Nadinho	2000	0,193	Disperso	Compartilhado	8180
Jorge Babu	2000	0,118	Disperso	Compartilhado	12890
Jerominho	2004	0,582	Concentrado	Compartilhado	33373
Chiquinho Brazão	2004	0,025	Disperso	Compartilhado	28710
Nadinho	2004	0,169	Disperso	Dominante	34764
Deco	2004	0,039	Disperso	Compartilhado	5348
Cristiano Girão	2004	0,185	Disperso	Compartilhado	7745
Jorge Babu	2004	0,494	Concentrado	Compartilhado	24532
Chiquinho Sepetiba	2004	0,030	Disperso	Compartilhado	7853
Nadinho	2008	0,128	Disperso	Dominante	16838
Deco	2008	0,065	Disperso	Dominante	12498
Cristiano Girão	2008	0,176	Disperso	Compartilhado	10445
Carminha Jerominho	2008	0,488	Concentrado	Compartilhado	22068
Zico Bacana	2008	0,013	Disperso	Compartilhado	3310
Chiquinho Sepetiba	2008	0,114	Disperso	Compartilhado	10450
Doen	2008	0,080	Disperso	Compartilhado	4047
Marcio	2008	0,074	Disperso	Compartilhado	2690
Jurani	2008	0,249	Concentrado	Compartilhado	3066
Israel	2008	0,385	Concentrado	Compartilhado	1706
Chiquinho Brazão	2008	0,128	Disperso	Dominante	37845
Carminha Jerominho	2012	0,255	Concentrado	Compartilhado	6234
Chiquinho Brazão	2012	0,156	Disperso	Dominante	35644
Marcelo Siciliano	2016	0,195	Disperso	Compartilhado	13553
Zico Bacana	2016	0,026	Disperso	Compartilhado	7932
Chiquinho Brazão	2016	0,135	Disperso	Dominante	35655

Marielle Franco	2016	0,541	Concentrado	Compartilhado	46502
Gilberto Palmares	2000	0,339	Concentrado	Compartilhado	12121

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral e utilizando o *Geoda*.

A média dos resultados obtidos entre concentrado e compartilhado foi de 0,2085. Indica que se pode dividir em padrões os tipos de votação dos candidatos milicianos ao se analisar os resultados por zonas eleitorais. No entanto, não se pode fazer a comparação com o conjunto de candidatos, como foi argumentado na parte metodológica desse trabalho. De modo geral, a maior parte deles apresentou padrão de votação disperso. Portanto, ao se observar os dois eixos da classificação da tipologia de Ames, o perfil mais encontrado é *disperso* e *compartilhado*.

O padrão de votação *compartilhado* indica que esses candidatos foram bem votados em região com um alto número de eleitores (TERRON et al, 2012). Essa afirmação é evidenciada pelo número crescente da população de eleitores nos bairros com presença de milícias. Além disso, fica nítido o estabelecimento de redes de clientelas mais fragilizadas pelo padrão *disperso*.

### 3.4 As conexões

A partir dos apontamentos da própria CPI das Milícias e, no caso de Marcelo Siciliano e Chiquinho Brazão, das investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi criada uma tabela com as ligações dos políticos com grupos milicianos. O nível de relacionamento tem uma grande variação, alguns são líderes dos grupos e outros tem um papel mais marginal na organização. Além disso, muitos deles participam de mais de um grupo miliciano e tem relacionamento com outros, o que os garante a possibilidade de fazer campanha em outros territórios. A finalidade é fazer comparação do padrão de distribuição dos votos e a associação a locais vizinhos dos votos entre eles. Tanto o Relatório Final da CPI das Milícias quanto Alba Zaluar e Isabel Conceição (2007) apontam que existem vários grupos milicianos e formas diversas de atuação, ainda que com conexões entre si.

Tabela 5 – Grupo miliciano ao qual os candidatos e os vereadores estão supostamente ligados

<b>Grupo miliciano ou bairro onde atua/atuava a milícia</b>	<b>Vereador com indícios de ligação com grupo, na posição de chefe ou de associado</b>
Gardênia Azul	Cristiano Girão, Marcello Siciliano, Cristiano Brazão
Rio das Pedras	Nadinho, Carminha Jeromino, Jorge Babu, Jeromino, Chiquinho Brazão

Liga da Justiça <sup>37</sup>	Jerominho, Carminha Jerominho, Jorge Babu, Chiquinho Sepetiba, Israel
Pessoal do Deco	Deco, Doen
Praça Seca	Doen
Guadalupe	Zico Bacana, Cristiano Girão
Recreio dos Bandeirantes – Comunidade Terreirão	Girão
Comunidades da Linha, Mata Quatro e Eternit	Zico
Pedra de Guaratiba	Jorge Babu
Guaratiba e Jardim Maravilha	Jerominho, Jurani
Realengo	Jerominho
Escritório do Crime	Marcello Siciliano, Chiquinho Brazão

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da CPI das Milícias (2008) e do relatório do inquérito da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil (2018).<sup>38</sup>

A partir dessas ligações, foram comparados duas eleições entre cada das possibilidades, comparando anos de eleições diferentes a partir do Índice de Moran I Bivariado para identificar a existência de correlação positiva, negativa e nula entre os valores das zonas eleitorais vizinhas de um candidato em comparação com a de outro com atuação política em território parecido ou mesmo grupo miliciano de atuação, baseando-se nos apontamentos da CPI das Milícias.

Além de apresentar as estatísticas gerais, essa seção esmiuça o desempenho dos candidatos nos bairros dominados por milícias de maneira comparativa. O objetivo é identificar quais os candidatos têm uma autocorrelação e assim entender qual a divisão das bases eleitorais dos candidatos.

### **Gardênia Azul**

O principal nome da milícia de Gardênia Azul foi o ex-vereador Girão, que seria líder do grupo segundo a CPI das Milícias, e mais tarde o vereador Siciliano também é apontado como bem relacionado na região. Os Brazão são apontados como chefes do grupo e da região atualmente. Os dados da própria CPI já indicavam a disputa territorial e poder na região em 2008. Se aprofundou também a disputa entre os Brazão e Siciliano no local<sup>39</sup>.

A comparação do Moran Global Bivariado indicado no Gráfico 1 mostra uma correlação positiva entre os valores observados nas regiões vizinhas das zonas eleitorais de Cristiano

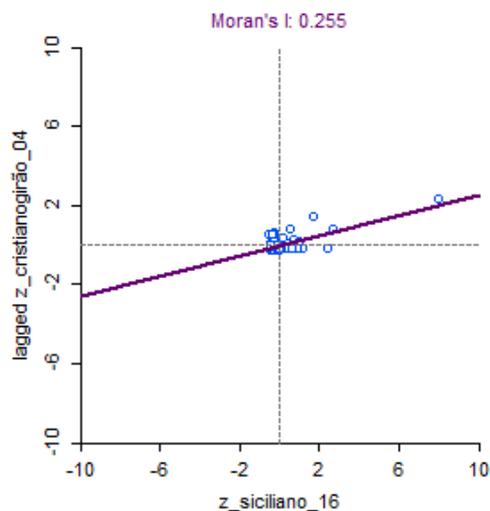
<sup>37</sup> Com atuação no bairro de Rio das Pedras, mas também em outras localidades da Zona Norte e Oeste da Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> Outros políticos estão ligados aos grupos milicianos, mas optou-se por utilizar somente os vereadores.

<sup>39</sup> Na investigação paralela da morte da ex-vereadora Marielle Franco, a Polícia Federal identificou uma disputa aliados de Chiquinho Brazão e Marcelo Siciliano pelo espaço comunitário de Gardênia Azul. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/15/caso-marielle-franco-o-campo-da-discordia-entre-os-brazao-e-siciliano.htm> > Último acesso: 16/05/2022.

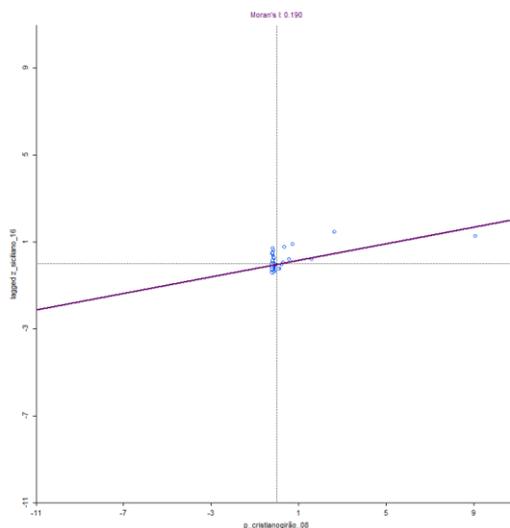
Girão e Marcello Siciliano, com a resultado entre 0,225 e 0,190, conforme os gráficos 1 e 2 apresentados abaixo.

Gráfico 1 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2004) e Marcello Siciliano (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

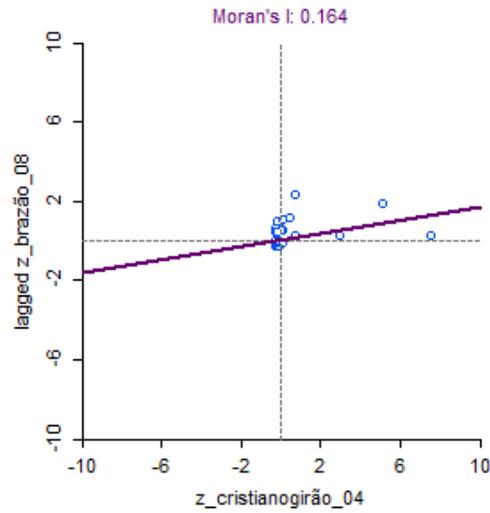
Gráfico 2 – Moran Global Bivariado: Marcello Siciliano (2016) e Cristiano Girão (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

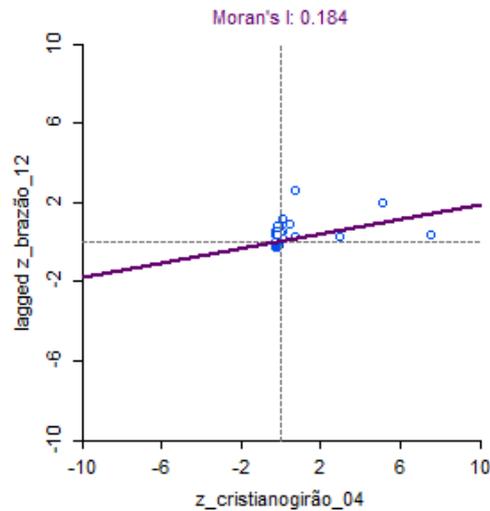
A comparação entre Chiquinho Brazão e Cristiano Girão teve um valor estatisticamente positivo e não nulo, conforme os Gráficos 3 e 4 dispostos abaixo. Nos principais redutos eleitorais a votação é comparável. Em Gardênia e Rio das Pedras os votos são altos dos dois. No entanto, nas regiões onde teve uma votação mediana, Chiquinho Brazão se diferenciou de Girão, que teve poucos votos.

Gráfico 3 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2008) e Cristiano Girão (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 4 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2012) e Cristiano Girão (2004)



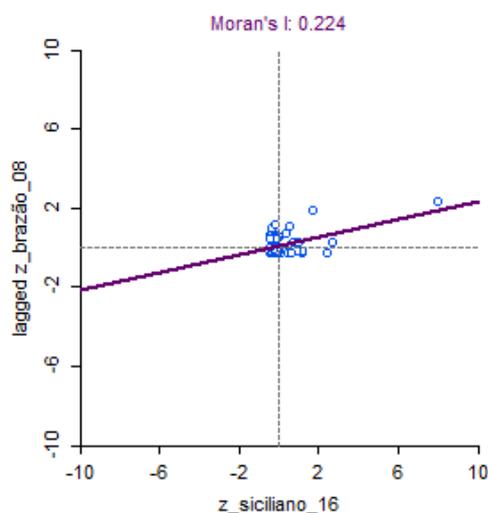
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Se encarados a partir da média de autocorrelação espacial apresentada na seção anterior, existe um indício de repetição do positivo padrão de distribuição de votos entre as zonas eleitorais que são vizinhas, isto é, uma correlação geográfica da distribuição de votos. Chiquinho Brazão fez muito mais votos que Cristiano Girão em todas as eleições, mas a distribuição de seus votos tem alguma similaridade. Comparar os resultados de Girão em 2004 e Brazão em 2008 mostra que eles se iguaram no desempenho em Gardênia Azul e Rio das Pedras. Na Zona Eleitoral 178, Girão fez 3.444 votos e Brazão 3.332, uma pequena diferença de 112 votos. Na Zona Eleitoral 13, que atende o bairro de Jacarepaguá, Girão fez 1.688 e

Brazão 2.144 votos. Entretanto, os dois também tem visíveis diferenças, que se devem mais ao sucesso eleitoral de Brazão do que uma diferença substantiva dos votos recebidos. Enquanto Brazão foi *dominante* com mais de 10 mil votos em Taquara (Zona Eleitoral 180), Girão fez 383. Nos anos seguintes de comparação, Brazão consolidou seu desempenho nos bairros onde Girão teve sucesso eleitoral.

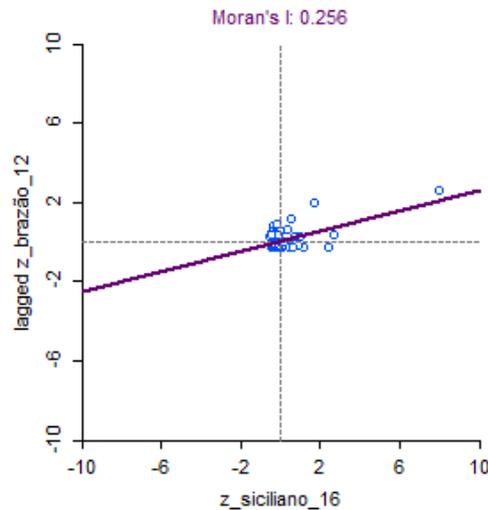
Por outro lado, Chiquinho Brazão e Marcello Siciliano, que já foram apontados como suspeitos de ligação com mandantes e executores do assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, do PSOL, tem uma correlação espacial positiva. Isso indica que a distribuição de seus votos, seja das votações baixas e altas, tem uma lógica parecida de distribuição geográfica. Conforme apontado nos gráficos 5 e 6, a correlação foi de 0,224 e 0,256 quando comparados em diferentes anos eleitorais.

Gráfico 5 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2008) e Marcello Siciliano (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 6 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2012) e Marcello Siciliano (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Os políticos foram apontados por investigações policiais como chefes nas relações de clientela em Gardênia Azul. Os Brazão, no entanto, com o declínio de Girão após sua prisão, supostamente assumiram o controle da milícia local e aprofundaram a disputa por hegemonia local com Siciliano, por isso a distribuição de votação similar.

Em 2016, Marcello Siciliano fez 1.423 votos para vereador na zona eleitoral 179, situada na Barra e que atende as regiões com presença de milícias, Gardênia Azul e Rio das Pedras. No mesmo período Chiquinho Brazão fez 6.811 votos. Um decréscimo de quase 16% em relação aos 8.103 votos obtidos em 2012 e ao crescimento que vinha obtendo anteriormente, 1.791 votos em 2004 e 3.332 votos em 2008. Siciliano chegou a enfrentar o pai de Chiquinho Brazão, Domingos Brazão, nas eleições para deputado estadual e vencer na região.

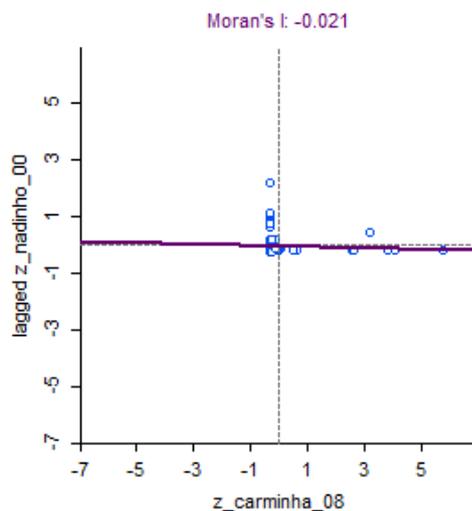
### **Rio das Pedras**

O ex-vereador Nadinho foi apontado como o chefe da milícia da região pela CPI das Milícias. Além disso, Carminha Jerominho, Jerominho, Jorge Babu e Chiquinho Brazão teriam conexões dos milicianos na dinâmica local, apesar de não serem indicados com posição de poder relevante na região.

Em comparação entre a ex-vereadora Carminha Jerominho e Nadinho, a correlação do índice de Moran Global Bivariado é inexistente. Os dados mostram que existiu uma pequena variação entre a comparação dos resultados eleitorais entre os dois nos gráficos apresentados. O resultado indica que os valores das zonas vizinhos dos candidatos são inversamente ligados,

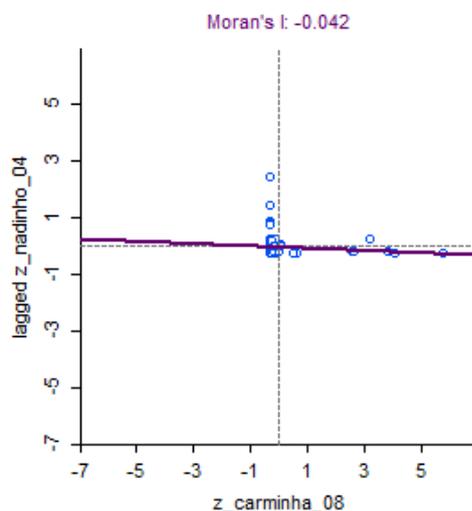
com a intensidade estatística variando entre -0,021 e -0,042, conforme os gráficos a seguir e os demais dispostos nos anexos do trabalho.

Gráfico 7 – Moran Global Bivariado: Nadinho (2000) e Carminha Jerominho (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 8 – Moran Global Bivariado: Nadinho (2004) e Carminha Jerominho (2008)



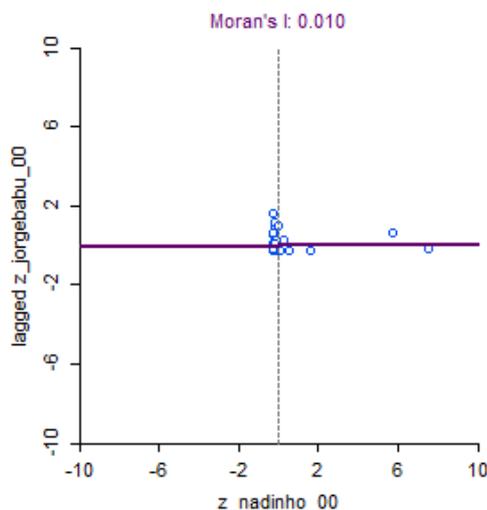
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Carminha Jerominho não teve sucesso nos redutos eleitorais de Nadinho e o contrário é válido. No bairro dos milicianos Jacarepaguá (Zona Eleitoral 13), enquanto Nadinho fez 5.465 votos em 2004, Carminha Jerominho fez apenas 13 votos. Em Santa Cruz e Campo Grande, Carminha tem um número expressivamente maior. Na ZE 246 a ex-vereadora fez 4.741 e Nadinho somente 37 votos. No bairro de Gardênia Azul e Rio das Pedras, principal reduto de

Nadinho e onde ele chegou ter a *dominância* dos votos, ele fez expressivos 15.239 votos e Carminha Jerominho 16 votos.

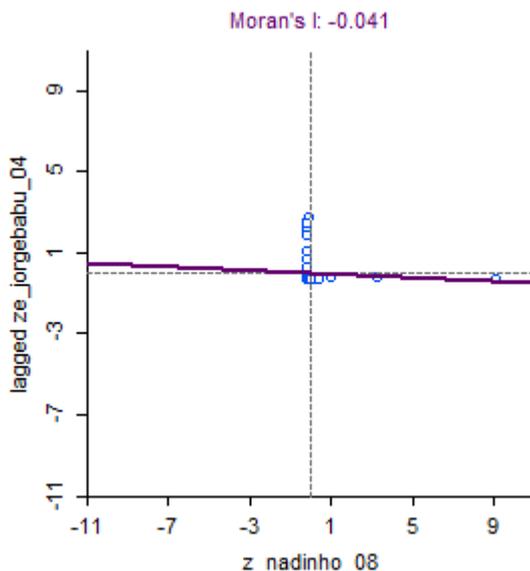
Os resultados comparados entre o chefe de Rio das Pedras, Nadinho, também chamado de Nadinho de Rio das Pedras na disputa eleitoral, e Jorge Babu, não foram expressivos em nenhum dos anos comparados, conforme apontam os gráficos adiante. O índice de Moran entre Nadinho e Babu variou entre -0,041 e 0,010 quando comparados a partir do mesmo período eleitoral.

Gráfico 9 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2000) e Nadinho (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 10 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Nadinho (2008)



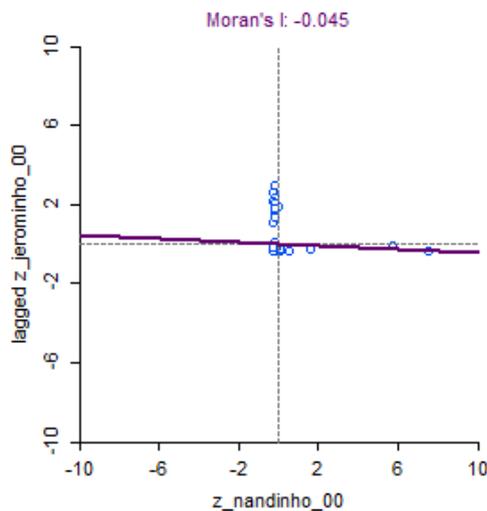
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

O resultado eleitoral comparados de Nadinho e Jorge Babu não apresenta correlação. Um olhar mais atento e detalhado, isto é, qualitativo, percebe que seus redutos eleitorais são distintos. Nadinho fez 2.298 votos em Jacarepaguá (Zona Eleitoral 13) e Jorge Babu 13 votos no ano 2000. Enquanto Babu fez 2.460 em Bangu (Zona Eleitoral 124), Nadinho fez 7 votos.

Quando se compara eleições diferentes, Babu em 2004 e Nadinho em 2008, a diferença se aprofunda. Nadinho fez 14 votos em Santa Cruz e Babu mais de 4 mil. Apesar de ser perto, Babu não conseguiu ter sucesso eleitoral em Rio das Pedras e Nadinho em Santa Cruz. Na primeira, Zona Eleitoral 179, Babu teve 25 votos e Nadinho mais de 10 mil, onde foi *dominante* por duas eleições e chegou a ter mais de 200% de vantagem em relação ao segundo colocado.

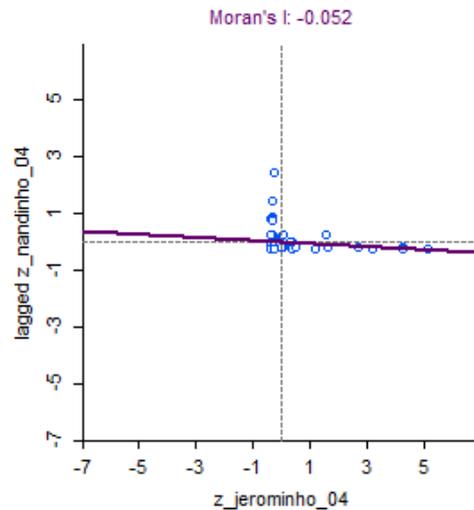
O resultado da comparação entre Jerominho e Nadinho também teve resultado de correlação negativo no cálculo do Moran Global comparado e baixa variação entre os anos de comparação, com uma variação entre -0,053 e -0,045. Nadinho controlava a Liga da Justiça em Rio das Pedras antes de ser assassinado em 2009, grupo comandado pelos irmãos Jerominho e Natalino. Mas Jerominho não teve sucesso eleitoral na região, apesar da conexão com o miliciano assassinado.

Gráfico 11– Moran Global Bivariado: Jerominho (2000) e Nadinho (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico – 12 Moran Global Bivariado: Nadinho (2000) e Jerominho (2004)

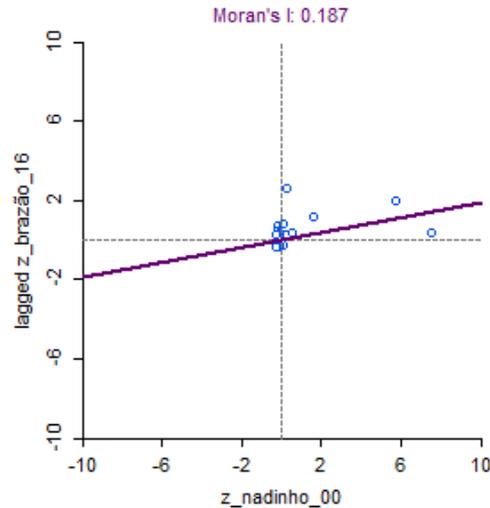


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Os principais resultados dos redutos eleitorais de Nadinho e Jerominho são destoantes. Ao comparar a performance deles nos anos 2000, além do número de votos despassados em zonas eleitorais em que um deles teve votação mediada e o outro votação baixíssima, chama atenção para o desempenho nas zonas eleitorais mais fortes. Em Jacarepaguá (Zona Eleitoral 13) Jerominho obteve 23 votos enquanto Nadinho 2.298. Na Zona Eleitoral de Campo Grande (122), Jerominho teve 2.361 votos e Nadinho apenas 10. E o resultado segue discrepante em Rio das Pedras e Gardênia Azul (Zona Eleitoral 179), Nadinho com 2.790 e Jerominho com 23, Santa Cruz (Zona Eleitoral 241), Jerominho com 2.229 e Nadinho 9 votos.

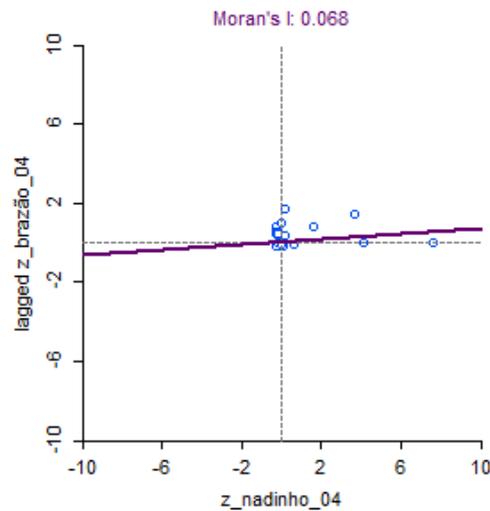
A comparação entre Nadinho e o vereador Chiquinho Brasão indica uma correlação espacial baixa. Ainda que não muito forte, o Índice de Moran apresentou uma variação positiva. Nos dois extremos, os índices não estão distantes, na comparação da eleição de 2012 de Brasão com a 2000 de Nadinho o valor foi de 0,187. O valor mais baixo foi de 0,068, conforme indica os gráficos abaixo.

Gráfico 13 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brasão (2016) e Nadinho (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 14 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Brazão (2004) e Nadinho (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

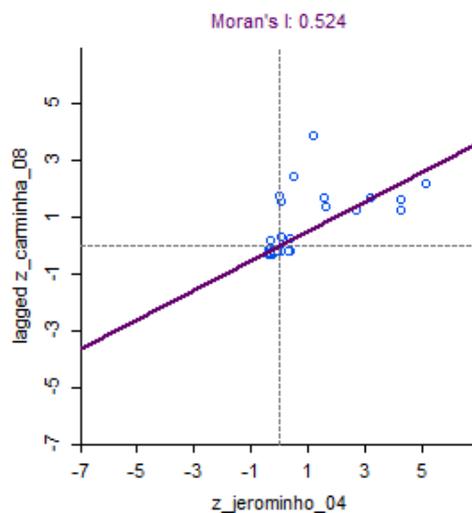
Um olhar mais detalhado revela que existem pontos de contato entre os candidatos, mas existem divergências significativas entre os redutos eleitorais. Na Zona Eleitoral, situada em Jacarepaguá, Nadinho fez 2.298 e Chiquinho Brazão 1.351, quase a metade dos votos 10 anos depois. Na Barra da Tijuca (Zona Eleitoral 119), Nadinho e Chiquinho fizeram uma votação mediana e similar, 555 e 449 votos, respectivamente. Em Gardênia Azul e Rio das Pedras (Zona Eleitoral 179), Brazão fez 6.811 e Nadinho 2.70. A discrepância acontece intensamente nas Zonas Eleitorais 180 e 182, onde situam-se Taquara e Tanque, regiões dominadas por milícias. Em Taquara e Taquara Brazão conseguiu 4.696 votos e Nadinho 241 e na outra ZE de Taquara, Chiquinho fez 3.601 votos e Nadinho 169.

Portanto, apesar da indicação de conexão com milícias de Rio das Pedras, os candidatos à vereança não igualaram seu padrão de desempenho em locais vizinhos com Nadinho, o líder local. De modo geral, a correlação foi baixa, sendo o resultado mais significativo o de Chiquinho Brazão em relação a Nadinho. Indicando, em consonância com os dados apresentados na seção anterior, uma forte *dominância* de Nadinho na área em detrimento ao compartilhamento de votos onde é mais forte.

### Liga da Justiça

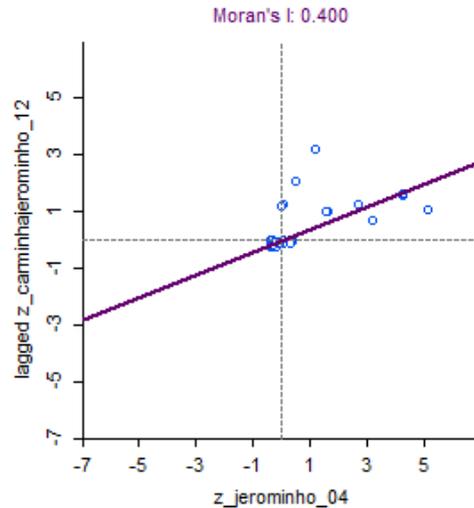
Jerominho é o líder da Liga da Justiça e emplacou Carminha Jerominho como sua sucessora nas tentativas de conseguir uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Jorge Babu, Chiquinho Sepetiba e Israel também tem conexões com o grupo que atua principalmente em Campo Grande, Rio das Pedras e Santa Cruz.

Gráfico 15 – Moran Global Bivariado: Carminha Jerominho (2008) e Jerominho (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 16 – Moran Global Bivariado: Carminha Jerominho (2008) e Jerominho (2004)



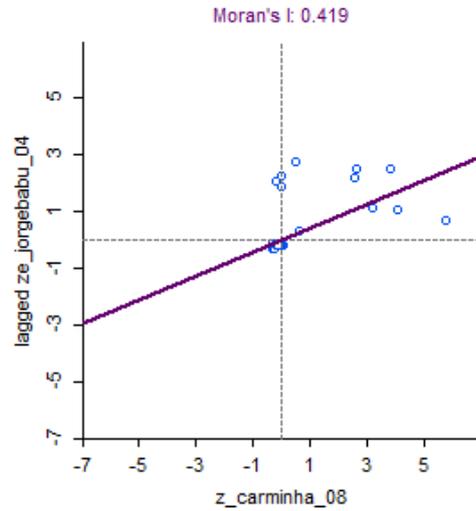
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Sua filha, Carminha, tem a votação com a distribuição geográfica mais similar à de Jerominho e a correlação estatísticas mais significativa dentre as comparações possíveis. Os Jerominho têm uma expressiva votação nas regiões com presença de milícia, mas sem ter perfil *dominante* em nenhuma delas. Carminha teve 11 mil votos a menos que o pai. Mas em comum, nas regiões onde obteve sua maior votação foram as mesmas que Jerominho.

Jerominho e Carminha Jerominho tem o número de votos parecido em Campo Grande e Santa Cruz. Carminha conseguiu herdar os votos do pai nas regiões com controle das milícias. Na Zona Eleitoral 254 (Campo Grande), Jerominho fez 4.724 e Carminha 4.741 votos, apenas 14 votos a mais que o pai, com 4 anos de diferença: 2004 e 2008. Na Zona Eleitoral 246, que abarca Campo Grande e Santa Cruz, Jerominho fez 3.701 e Carminha 4.095 votos. Na Zona Eleitoral 241, Jerominho fez 1.686 e Carminha 1.898, na região de Santa Cruz. E, por fim, na Zona Eleitoral 122, situação também em Campo Grande, Carminha conseguiu 4.592 e Jerominho 2.253.

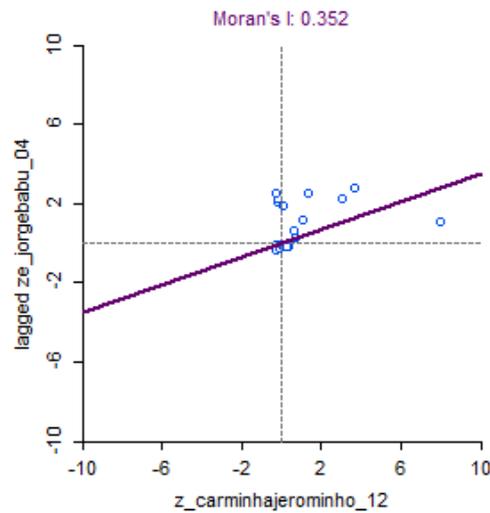
Carminha Jerominho e Jorge Babu tem uma correlação espacial relevante quando visto em relação as demais análises. Os gráficos abaixo apontam uma possível transferência de votos também de Babu para Carminha, principal herdeira do capital político da Liga da Justiça após o afastamento de grandes figuras, como seu pai, Jerominho, e o próprio Babu. Em comparação da eleição de Babu em 2004 e Carminha Jerominho em 2008, o índice de Moran I foi de 0,419. A intensidade do Moran I na comparação entre Carminha em 2012 e Babu em 2004 foi um pouco menor, devida à redução dos votos totais de Carminha Jerominho, ficando em 0,325.

Gráfico 17 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Carminha Jerominho (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 18 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (2004) e Carminha Jerominho (2012)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

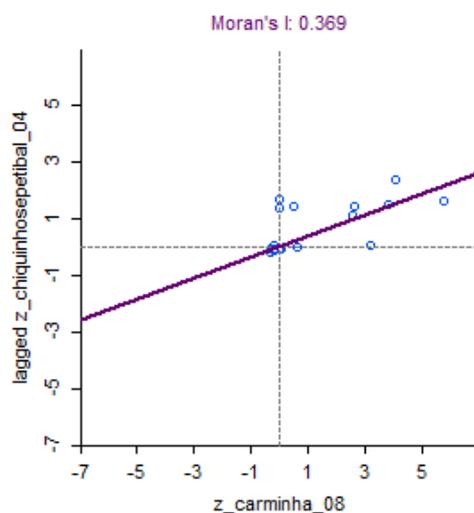
Um olhar atencioso chama atenção para duas zonas eleitorais específicas de bom desempenho em comum entre Carminha e Babu. A primeira é a Zona Eleitoral n° 241, que atende Santa Cruz, um bairro fortemente controlado pelas milícias, onde Carminha teve 1.898 votos em 2008 e Babu 1.547 votos. E a Zona Eleitoral n° 246, dos bairros de Santa Cruz e Campo Grande, onde Babu conseguiu mais de 2 mil votos e Carminha fez quase o dobro, mais de 4 mil votos.

É possível encontrar correlação entre a distribuição de Carminha e Sepetiba, quando comparando em anos distintos. O Gráfico 19, da comparação entre os desempenhos eleitorais

de 2004 e 2008, respectivamente, aponta um índice de correlação de 0,369 e o Gráfico 20, relativo à comparação entre 2008 e 2012 apresenta um índice de Moran de 0,356.

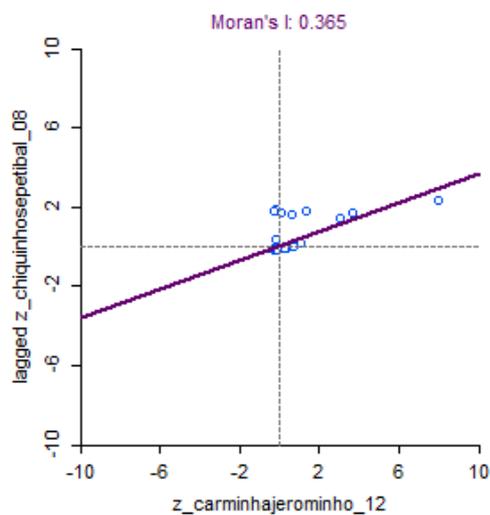
A comparação entre Chiquinho em 2008 e Carminha 2012 mostra valores próximos em diversas zonas eleitorais. Por exemplo, na Zona Eleitoral n° 243, onde atua a milícia de Guaratiba, Chiquinho obteve 628 votos e Carminha 427. De modo geral, o que se observa entre eles é uma queda expressiva de votos, mas em comum uma distribuição dos votos parecida ao longo do tempo. Em Campo Grande (Zona Eleitoral n° 246) os dois fizeram cerca de 200 votos.

Gráfico 19 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Carminha Jerominho (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

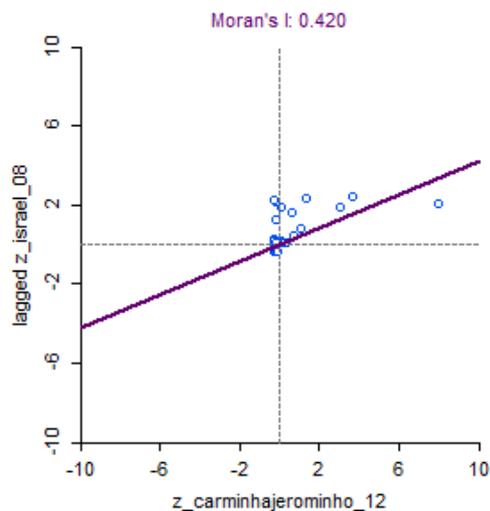
Gráfico 20 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Carminha Jerominho (2012)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

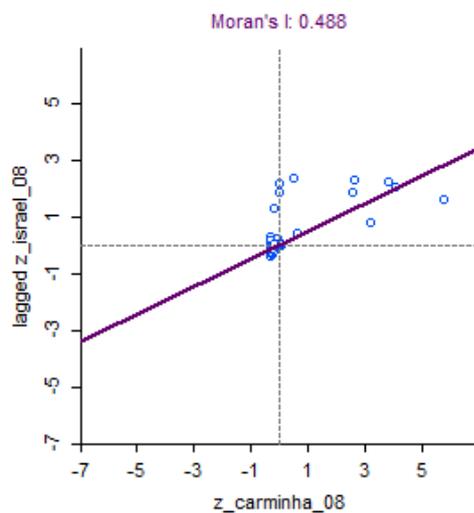
A comparação dos votos de Carminha Jeromino e Israel é aproximada dos dados apresentados anteriormente. Na comparação entre a eleição de Israel em 2008 e Carminha Jeromino em 2012 o índice de Moran ficou em 0,420 e de 0,488 quando comparado o resultado eleitoral do ano de 2008 de ambos.

Gráfico 21 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Carminha Jeromino (2012)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 22 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Carminha Jeromino (2008)

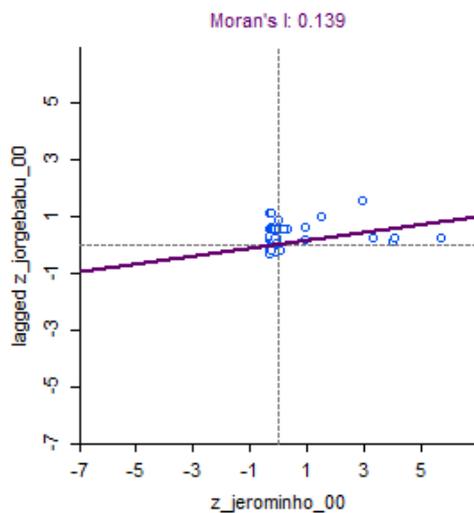


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

A votação de Israel em 2008 e de Carminha em 2012 não foi suficiente para eleger-los. Os dois foram suplentes no período. A semelhança da sua distribuição eleitoral é dada sobretudo

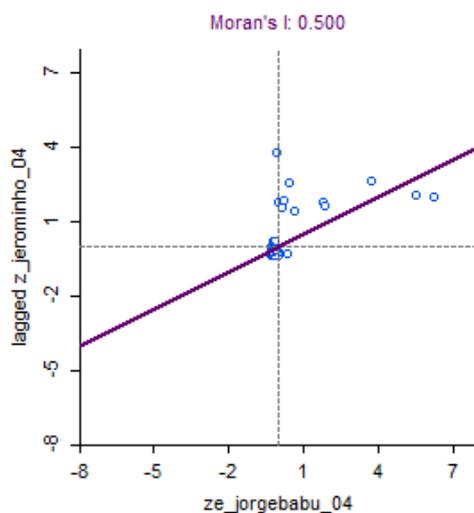
pelas regiões em que os dois tiveram votações pequenas ou que correspondem a valores medianos do total de votação obtido por eles. Nenhum dada chama atenção, já que Israel não conseguiu sucesso eleitoral notável nas regiões de milícias ou em outras, com exceção da Zona Eleitoral n° 25, que atende Guaratiba e parte do bairro de Santa Cruz, controlados por milícias.

Gráfico 23 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (200) e Carminha Jerominho (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 24 – Moran Global Bivariado: Jorge Babu (200) e Carminha Jerominho (2008)

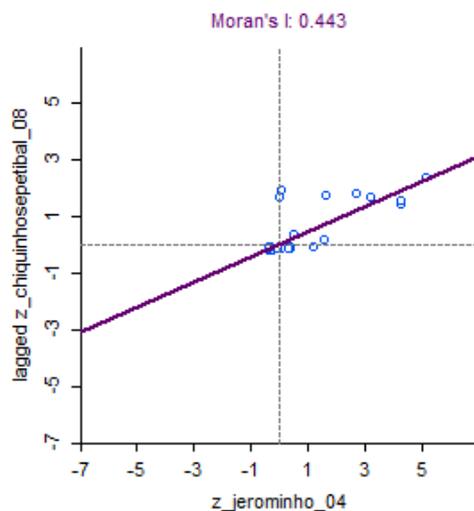


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Chiquinho Sepetiba e Jerominho tem uma comparação similar à de Sepetiba com Carminha, pelo padrão de voto familiar dos Jerominho. O resultado eleitoral de Sepetiba em

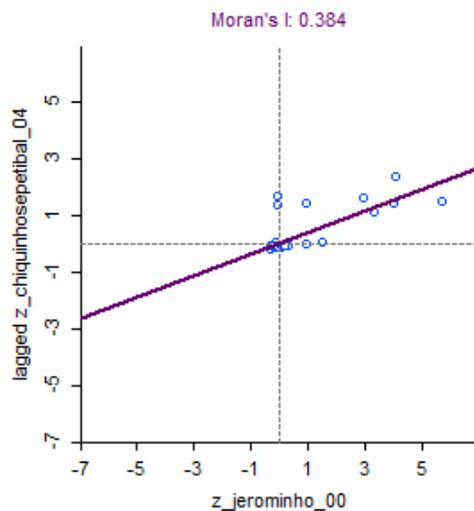
2004 e 2008 e de Jerominho em 2000 e 2004 apresentam uma correlação positiva de 0,384 e 0,443, conforme os Gráficos 25 e 26.

Gráfico 25 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Jerominho (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 26 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Jerominho (2000)



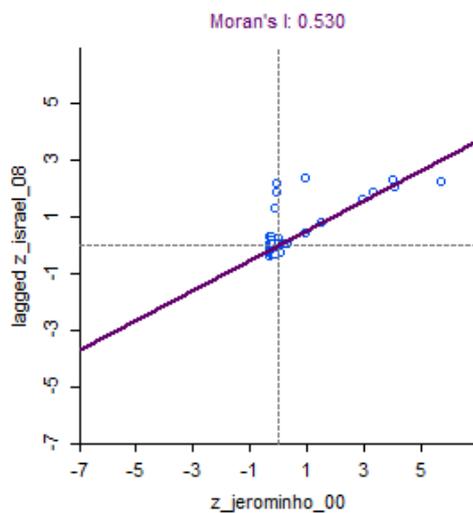
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Chiquinho Sepetiba obteve 346 votos em 2008 e Jerominho 479 votos em 2004 na Zona Eleitoral n° 240, na região de Santa Cruz, bairro dominado pelas milícias. Na Zona Eleitoral n° 243, que atende Guaratiba, Jerominho teve 3.443 votos e Sepetiba teve 628 votos, o que representa mais de 6% do total de votos recebidos pelo candidato. Por fim, no principal reduto

eleitoral de Chiquinho Sepetiba, a Zona Eleitoral n° 25, que atende o bairro de Sepetiba e Santa Cruz, Jerominho teve 697 votos e Chiquinho 4.617.

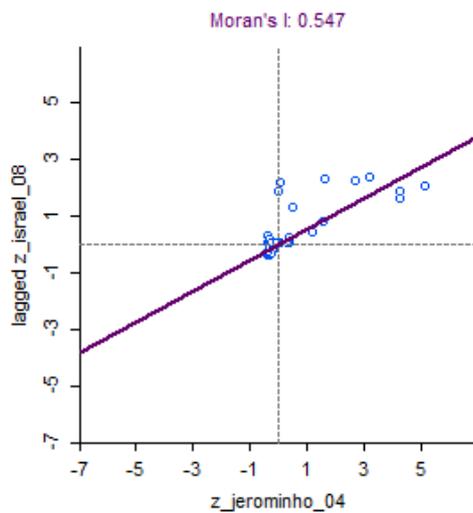
O índice de correlação dos votos de Israel e Jerominho foi um dos números mais altos encontrados. Comparando Israel com Jerominho em 2000, o Moran I foi de 0,530 e na votação de Jerominho em 2004 foi ainda mais forte, de 0,547, de acordo com os Gráficos 27 e 28, nessa ordem.

Gráfico 27 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Jerominho (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 28 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Jerominho (2004)

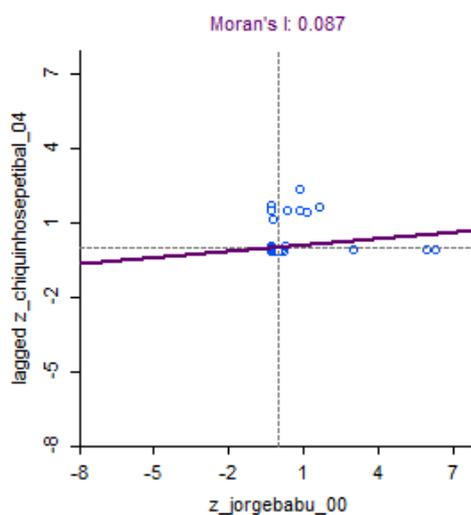


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Israel teve uma votação baixa se comparada a Jerominho. O seu principal reduto foram os bairros de Sepetiba, atendidos pela Zona Eleitoral nº 25 e com a presença de milicianos. Lá, Israel fez 431 votos em 2008. Nos demais, ele não passou de 200 votos. Jerominho, por sua vez, obteve mais de 600 votos na região, um número significativo quando comparado, mas um percentual baixo do seu total de votos.

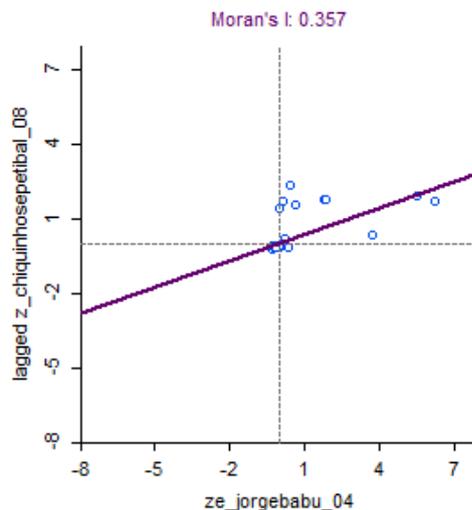
Jorge Babu e Chiquinho Sepetiba apresentam uma correlação menos do que a comparação entre eles e os Jerominho. A comparação entre a eleição de Sepetiba em 2004 e Babu em 2000 foi de apenas 0,087. A correlação aumenta com a comparação das eleições seguintes, 2004 de Babu e 2008 de Sepetiba, com um índice de 0,357.

Gráfico 29 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2004) e Jorge Babu (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 30 – Moran Global Bivariado: Chiquinho Sepetiba (2008) e Jorge Babu (2004)

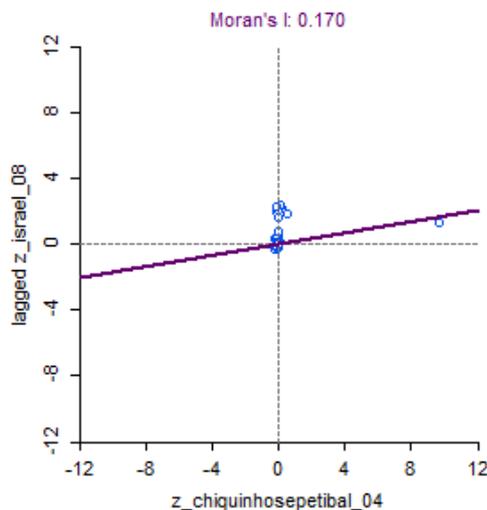


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Em Santa Cruz (Zona Eleitoral n° 240), Jorge Babu teve 4.846 votos em 2004 e Sepetiba teve 479. No mesmo período, em Sepetiba (Zona Eleitoral n° 25), principal reduto de Chiquinho, o candidato fez 5.504 e Babu 2.964 votos. De modo geral, o que se observa é que, apesar da superior de Babu, Chiquinho Sepetiba conseguiu ter alguma expressividade nas zonas eleitorais em que Babu teve grandes ou votações medianas.

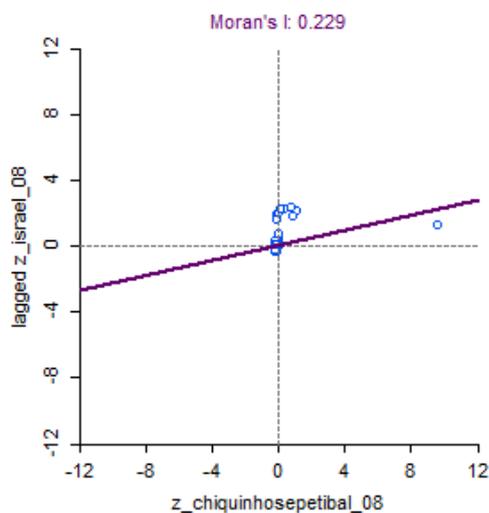
Finalmente, os resultados comparados de Israel e Chiquinho Sepetiba variam entre 0,179 e 0,229 no Índice de Moran I. Os dois disputaram e tem sua maior expressividade eleitoral na mesma região, Sepetiba. Na Zona Eleitoral n° 25, que agrega os eleitores dos bairros de Sepetiba e Santa Cruz, Israel fez 431 votos em 2004, seu maior número de votos em uma zona eleitoral. Já Chiquinho fez 4.617 votos em 2004 e 5.504 votos em 2008, de acordo com os Gráficos 31 e 32, apresentados adiante.

Gráfico 31 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Chiquinho Sepetiba (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 32 – Moran Global Bivariado: Israel (2008) e Chiquinho Sepetiba (2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

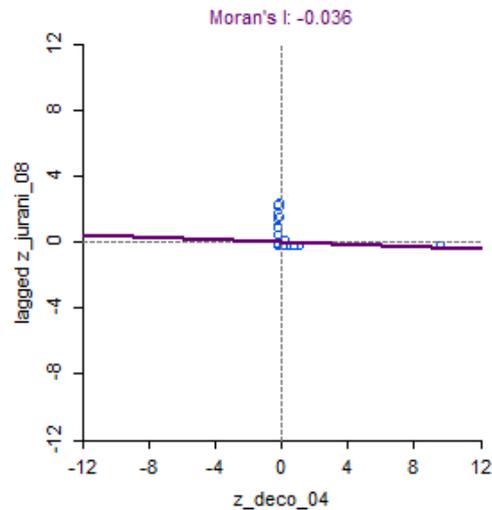
### **Pessoal do Deco**

O Relatório Final da CPI das Milícias aponta o ex-vereador Luiz André Ferreira da Silva, Deco, de chefiar o grupo conhecido por “Pessoal do Deco”. O político chegou a ser condenado por envolvimento com o crime organizado e preso. Segundo a CPI, e outras fontes jornalísticas<sup>40</sup>, Praça Seca, Campinho, Tanque e Quintino, nas zonas norte e oeste da cidade, eram as regiões com gerência de Deco. Jurani, apesar da pouca expressão eleitoral, é citado por sua influência e alianças com o grupo. Ele foi assassinado por disputas de poder entre milicianos.

Os dados, no entanto, não apontam uma correlação entre o padrão de dados de Deco e Jurani. Pelo contrário, é negativamente baixa a pujança do Índice de Moran entre eles. Os Gráficos 33 e 34 apresentam um resultado de -0,036 na comparação entre o resultado eleitoral de Deco em 2004 e Jurani em 2008 e de -0,046 na comparação entre a eleição de 2008 de ambos.

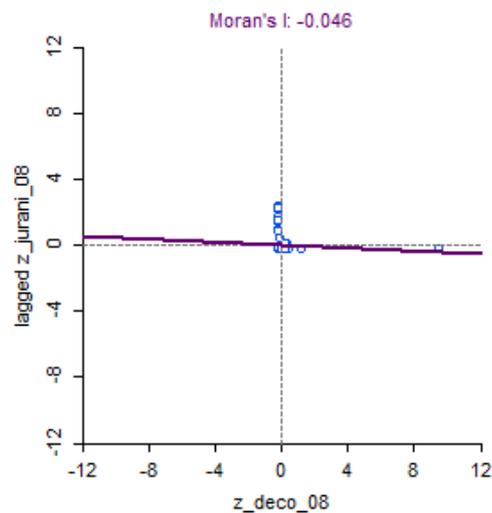
Gráfico 33 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Deco (2004)

<sup>40</sup> Em 2014, O Globo noticiou a prisão do miliciano e sua condenação na justiça do Rio de Janeiro: > <https://oglobo.globo.com/rio/ex-vereador-deco-condenado-pela-justica-do-rio-por-atuacao-em-milicia-11444995> > Último acesso em: 12/05/2022.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 34 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Deco (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

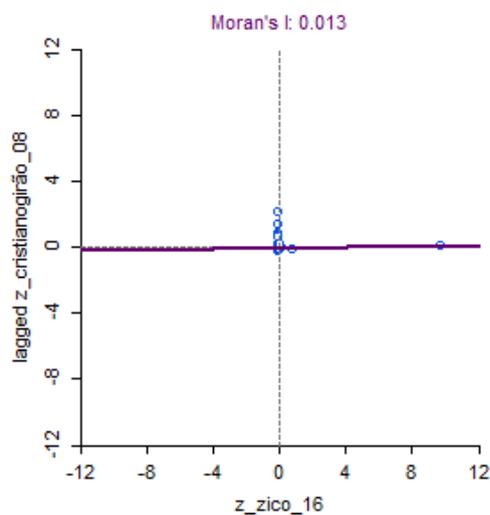
## Guadalupe

A CPI das Milícias citou Zico Bacana como um dos políticos relacionado aos grupos milicianos na Zona Norte do Rio de Janeiro. Zico tem fortes conexões com a região de Guadalupe. Nela, o candidato teve 67% do seu total de votos em 2008, mais de 2 mil apenas na Zona Eleitoral n° 23. Fontes jornalísticas e investigações policiais indicam também uma possível conexão entre Zico e Girão<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> Além das conexões entre eles, foi aventada a possibilidade de Girão e Zico Bacana estarem ligados ao assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, no entanto, não existe nenhum comunicado oficial das autoridades policiais

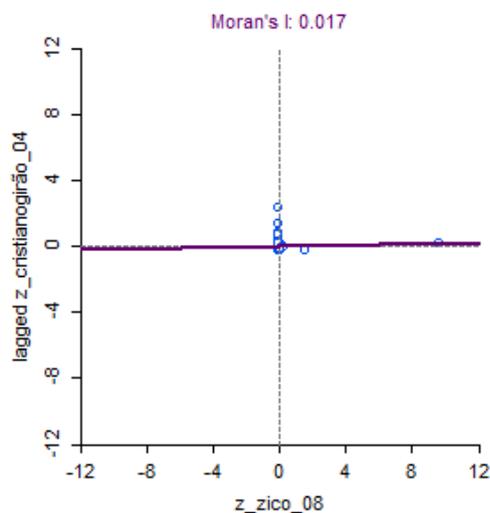
O resultado entre Cristiano Girão e Zico Bacana apresentou um valor abaixo de 0,1 para o Índice de Moran nos dois anos comparados. No primeiro, na eleição de Girão em 2008 e de Zico em 2016, o valor foi de 0,013. Na eleição de Girão em 2004 e de Zico Bacana em 2008, o resultado foi menor, de 0,017, conforme os Gráficos 35 e 36.

Gráfico 35 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2008) e Zico Bacana (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 36 – Moran Global Bivariado: Cristiano Girão (2004) e Zico Bacana (2008)



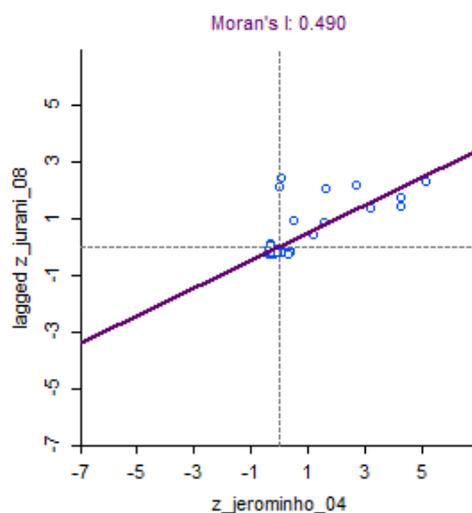
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

## Guaratiba e Jardim Maravilha

nesse sentido. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/06/22/investigacao-marielle-expoe-conexoes-vereadores-milicias/> > < <https://theintercept.com/2018/03/21/outro-miliciano-marielle-franco-camara-crime/> > Último acesso em: 13/05/2022.

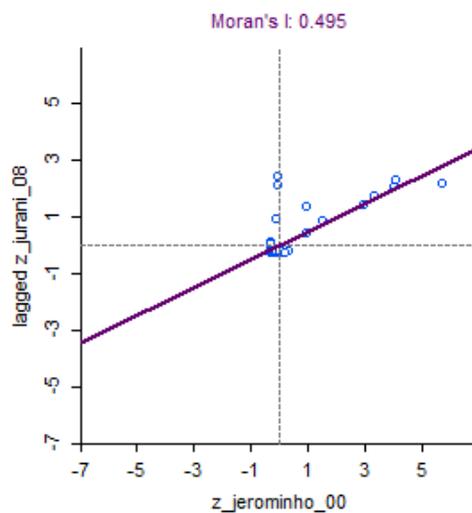
Jurani, que era policial militar, foi morto pelas milícias. Pelo que indica o Relatório Final da CPI das Milícias, ele e Jerominho teriam relações com as milícias de Guaratiba e de Jardim Maravilha. Ambos têm votação expressiva na região e Zico Bacana teve também algum sucesso nas regiões de presença da Liga da Justiça. Por isso, a correlação de 0,490 na eleição de Jerominho em 2004 e de 0,495 na de Jerominho em 2000, quando comparado com Zico em 2008, conforme os gráficos a seguir.

Gráfico 37 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Jerominho (2004)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 38 – Moran Global Bivariado: Jurani (2008) e Jerominho (2000)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

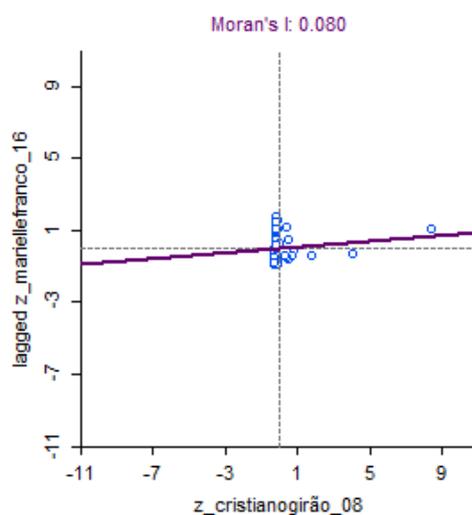
O principal reduto de Jurani foi a Zona Eleitoral nº 25, que compreende os bairros de Guaratiba e Sepetiba, onde fez 1.063 votos. Jerominho também teve um número considerável de votos, 697 em 2004. Em outra Zona Eleitoral que atende Guaratiba (nº 243), Jurani fez 707 votos e Jerominho obteve 738 e 3.448 votos em 2000 e 2004, respectivamente.

## Marielle Franco

Por fim, para testar a metodologia empregada de comparação, o foi calculado o Índice de Moran I de Marielle Franco em comparação com Cristiano Girão, Marcello Siciliano e Chiquinho Brazão. Os três tem conexões políticas e autocorrelação espacial de distribuição de votos positiva, de acordo com os dados dispostos acima, e foram indicados como rivais políticos da ex-vereadora, assassinada pelo seu enfrentamento às milícias.

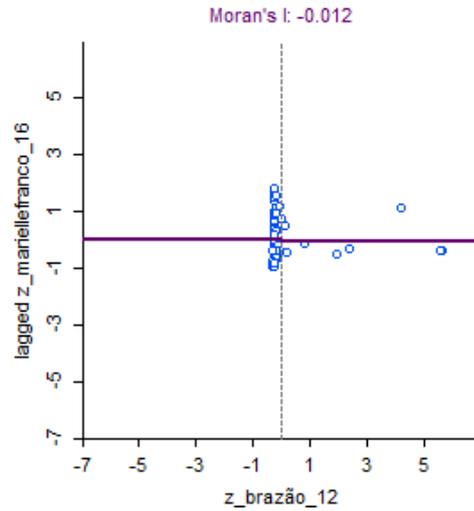
De modo geral, a comparação oscilou entre dentro de 0,1 e -0,1, o que mostra uma correlação de votos fraca, seja positiva ou negativa. Portanto, é possível dizer que a distribuição de votos de Marielle Franco é diferente do padrão dos casos analisados. Foi de 0,08 na comparação com o miliciano Cristiano Girão em sua eleição de 2008. Comparado com Brazão, o resultado é negativo, porém fraco, abaixo de 0,1, foi de -0,012. Por fim, no caso de Marcello Siciliano, não foi possível encontrar semelhanças de distribuição de voto, o índice foi de -0,043.

Gráfico 39 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Cristiano Girão (2008)



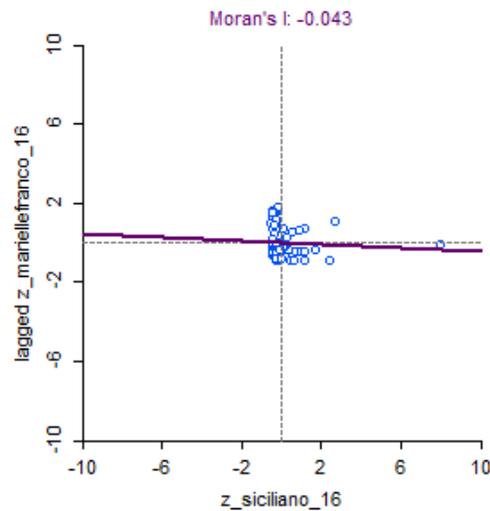
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 40 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Chiquinho Brazão (2012)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Gráfico 41 – Moran Global Bivariado: Marielle Franco (2016) e Marcello Siciliano (2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Observa-se, no entanto, um movimento temporal de diminuição da correlação positiva e progressão de uma correlação negativa dos dados. As interpretações podem ser diversas para esse resultado. Mas uma serve para esse trabalho. De ordem metodológica, o resultado ajuda a reforçar a validade das comparações apresentadas, pelo fato de Marielle divergir do padrão de distribuição de votos dos candidatos possivelmente ligados aos milicianos.

Por outro lado, ao se atentar detalhadamente aos dados, esse resultado poderia ilustrar a perda de votos dos candidatos em outras regiões em comparação ao número de votos de Marielle Franco sobre essas mesmas regiões. No entanto, é preciso de uma pesquisa mais

apurada nesse sentido e com um número de comparações mais bem delimitado. Mas apresenta uma hipótese para pesquisas futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa dissertação não foi cravar resultados precisos sobre o padrão de distribuição de votos dos candidatos com relação com às milícias do Rio de Janeiro ou apontar inferências generalizantes sobre o comportamento político-eleitoral desses grupos. E, à vista disso, é reforçado inúmeras vezes o carácter exploratório do estudo. Para além dos objetivos enunciados, essa pesquisa faz parte de um esforço mais amplo de apoiar a definição de um campo de estudos para ciência política e um objeto pouco usual, às milícias. Não é o primeiro ou o mais inovador, mas visa se inserir no campo, trazer novas questões e chaves analíticas, como a geografia política e os estudos de poder local.

Se a finalidade foi jogar luz sobre o desenrolar empírico ao enquadrar as questões da geografia eleitoral de um lado, existiu uma preocupação igualmente central de fazer uma caracterização teórica das milícias a partir do arcabouço da ciência política, em diálogo com produção da sociologia da violência.

Nota-se que as milícias emergem em um cenário de empoderamento da atividade policial no contexto do poder local. Os milicianos se estruturam justamente do trabalho policial e da grande discricionariedade burocrática das suas atividades. Sua participação no crime organizado não é nova. Como dito, seu histórico de entrada nas milícias advém da participação nos grupos de extermínio e na “polícia mineira”.

Nesse sentido, além do grau de inovação trazido pela forma de atuação das milícias, sua atuação é uma herança dos grupos de extermínio. A permeabilidade nas instituições do Estado e a conformação de novas instituições milicianas é devida às estruturas prévias que possibilitam sua atuação, como a arquitetura da segurança pública e a existência dos esquadrões da morte com participação de políticos e agentes das forças repressivas do Estado.

O endereçamento de ideias para criar instituições foi essencial para a o que se classifica como “institucionalização das milícias” nesse trabalho. Apesar de sua infiltração estatal, os milicianos ainda se constituem como agentes do crime organizado e, por sua vez, precisam constituir as instituições a partir da disseminação de ideias na sociedade, como o punitivismo e o medo do crime, e do reconhecimento enquanto autoridade no campo da segurança pública, isto é, da sua “autoridade prática”.

A autoridade prática criminal constituída bebeu de duas fontes. A primeira, e mais importante, é o reconhecimento da autoridade dos milicianos nos territórios pelo controle cotidiano da vida social e política. O controle real do dia a dia, na prática, conflui para o

reconhecimento de sua autoridade como legítima para parte da sociedade e das instituições. Os grupos que não reconhecem sua legitimidade ainda assim podem reconhecer sua autoridade prática, porque é um fato constituído materialmente. Em segundo lugar, a participação dos policiais, que já são atores legitimados pelas instituições e pela sociedade para controlar parte dos territórios, é uma segunda fonte constitutiva.

O entendimento das milícias enquanto instituição política, mesmo que informal, pavimenta o entendimento de que ela utiliza os modos de ação política de organizações políticas. Reconhecer que as milícias utilizam formas de ação política de outros tipos de organização não é tirar o foco de sua especificidade enquanto organização criminosa, mas entender que existe uma apropriação de formas de ação de outros grupos e de que os enquadramentos analíticos da ciência política podem ser úteis para explicar a atuação política das milícias.

É necessário reconhecer o braço de atuação política das milícias enquanto parte do seu rol de economia ilícita, já que a política é parte de sua mercadoria econômica-criminal. Esse tema precisa de pesquisas teóricas e empíricas mais aprofundadas. Portanto, trata-se de uma caracterização com os achados do campo até aqui que identificam o uso fluído de estratégias políticas dos movimentos sociais, dos partidos políticos e, por vezes, dos grupos de pressão.

Pela limitação constitucional de encapar demandas políticas, as milícias se apresentam como alternativa para representação política dos policiais militares. Isso não equivale a dizer que as milícias são uma associação trabalhista dos policiais, mas que a limitação a participação política é uma tese explicativa da atuação policial nas milícias. Dado que as milícias conseguem fazer intermediação política com atores da burocracia e com os espaços de representação política, é mais viável que o policial faça contatos e atue politicamente através desse espaço. Essa leitura dá insumos para rejeitar a tese dicotômica entre bons e maus policiais (os milicianos).

Os milicianos sequestraram os espaços de participação política local, como as associações de moradores. Sua incidência política foi tão forte que não se poderia distinguir sua atuação das associações de moradores de alguns bairros, como Rio das Pedras. Por um lado, para controlar a população local e limitar as formas de confronto político dos moradores e, por outro, para atender as demandas locais e seus objetivos de relacionamento político com as instituições políticas formais.

Além disso, a ligação intensa com o território rememora as formas de atuação dos movimentos sociais. As milícias atuam quase como um serviço comunitário com os cidadãos.

O distanciamento entre os milicianos e os moradores são reduzidos por esse método de atuação política.

Por outro lado, como aponta Bruno Paes Manso (2020), o relacionamento com parlamentares é frequente e não é raro a tentativa de influenciar na própria formulação de políticas públicas, conforme Desdmond Arias (2013). Um padrão que aponta também um aspecto de atuação política apropriada dos grupos de pressão, o *lobby*.

E, a parte que mais interessa esse trabalho, os candidatos ligados às milícias. Embora seja inviável utilizar qualquer categorização estanque das milícias, não é contrassenso dizer que utilizam estratégias dos partidos políticos. Desde os anos 2000, as milícias lançam candidatos e fazem alianças com grupos políticos existentes. A eleição não é algo de lateral na estratégia das milícias. Pelo contrário, se apresenta com um dos principais produtos do uso do político como mercadoria.

A partir dos dados, é possível dizer que existe a indicação da predominância de um perfil mais *compartilhado* do que *dominante*, rejeitando a hipótese adotada por essa pesquisa. Os candidatos não conseguem dominar uma zona eleitoral, mesmo com uma votação expressiva em alguma delas, compartilham-na com outros candidatos bem votados. A maioria sequer é a mais votada na sua principal zona eleitoral.

A exceção foi justamente os candidatos com grande expressão eleitoral e controle forte do território. Nadinho de Rio das Pedras, em Rio das Pedras, que obteve votação maior que 200% do segundo colocado; Deco em Jacarepaguá; e Chiquinho Brazão em Taquara. Todas essas são zonas eleitorais com seções eleitorais em territórios de milícias. Nesses casos, é possível dizer que existe uma forte rede de clientela bem-sucedida de em converter apoio político ou coerção em votos de maneira a conquistar a maior parte do eleitorado. Não exclui a existência e o sucesso de outras redes de clientela, como a Liga da Justiça dos Jerominho, mas aponta a permeabilidade de outros nomes nesses territórios e um controle que não é sempre tão efetivo na conversão de votos.

O dado com possibilidade de menor lastro de realidade é referente a dimensão de *disperso* e *concentrado*. Os resultados se dividem, mas existe um número de casos maior de votações dispersas. Portanto, não é possível dizer que existe um determinado perfil. A separação entre os candidatos que são *dispersos* e *concentrados* não parece obedecer a um padrão comum entre grupos de milicianos ou algum perfil específico entre eles.

Em resumo, os dados apresentados não conseguem indicar um perfil consistente dos candidatos das milícias à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no eixo de

*dispersão/compartilhamento*. Em primeiro lugar, por adotar as zonas eleitorais como unidade de análise: o ideal é agregar as seções eleitorais em bairros. Em segundo lugar, por utilizar uma população específica e não fazer os cálculos de toda a população de candidatos por ano e compará-los. No caso do eixo *compartilho/dominante*, os dados são mais consistentes pela comparação com o desempenho do universo de candidatos em cada zona eleitoral por pleito.

A comparação entre os candidatos aponta que existe um padrão de distribuição de votos em comum entre os grupos milicianos que supostamente teriam conexões com esses políticos. Chama atenção os resultados obtidos da milícia de Gardênia Azul e os da Liga da Justiça. Em Gardênia Azul, principal fonte de disputas internas por domínio territorial, o Índice de Moran I apresentou valores destacados do conjunto de análise e indicou que Marcello Siciliano, Cristiano Girão e Chiquinho Brazão compartilham dos mesmos redutos eleitorais.

A Liga da Justiça mostra uma forte dominação territorial dos Jerominhos. Em comparação entre Carminha Jerominho e Jerominho e os demais candidatos, é visualizada a replicação do padrão de votação obtido por Jerominho entre os anos 2000 e 2004, em menor escala, já que Jerominho sempre teve uma votação elevada. Igualmente na região das milícias de Guaratiba e Jardim Maravilha, onde Jurani conseguiu resultados semelhantes aos de Jerominho.

A diferença ficou por conta do Pessoal do Deco, a milícia de Guadalupe e os milicianos de Rio das Pedras que, por outro lado, apresentaram uma força menor no Índice de Moran. A maior parte dos resultados encontrados entre as comparações feitas ficou entre 0 e 0,1, em muitos casos negativo, entre 0 e -0,1. Isto é, estatisticamente não se pode dizer que existe uma correlação forte do padrão de distribuição de votos.

Em linhas gerais, é relevante delimitar as diferenças entre os grupos milicianos e a distribuição de votos. Eles apresentam características de votações compartilhadas internamente, mas não são monolíticos, por isso a diferenciação entre eles. A semelhança mais forte se deu justamente em grupos com maior coesão ou disputa política frontal, e não entre aqueles que possuem alianças políticas pontuais. Isso indica que o controle e a disputa do território importam mais do que outros fatores nessas relações e que o padrão da distribuição de votos dos milicianos obedece a lógica territorial. Mesmo assim, é importante notar que presença de milícias e coerção de votos não determinam o voto de maneira perfeita, mas sim o padrão de distribuição entre eles.

Para agendas de pesquisas futuras, serão bem-vindos trabalhos que busquem determinar padrões em comparação ao conjunto de candidatos do território, levando em consideração a

diferença entre os grupos e as especificidades de cada contexto eleitoral. Nesses casos, é importante adotar os bairros como unidade analítica e diferenciar reeleição de eleição.

Além disso, os estudos qualitativos sobre clientelismo local e quantitativos sobre *pork barrel* podem ser determinantes para indicar chaves analíticas para a geografia eleitoral das milícias, que atualmente estão limitadas ao desenvolvimento da literatura até aqui. Por fim, destaca-se também a importância das pesquisas sobre carreira política desse tipo de candidato e a interação entre clientela, crime e família nos estudos da ciência política sobre as milícias.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; KECK, Margaret. E. Autoridade Prática, Construção Institucional e Entrelaçamento. In: **Autoridade Prática, ação criativa e mudança institucional na política das águas no Brasil**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 29–61.

ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 7, n. 17, p. 33–54, 2019.

ALONSO, Angela. Repertório, Segundo Charles Tilly: História De Um Conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, 2012.

ALVES, José Claudio de S. **Dos barões ao exterminio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2º ed: Rio de Janeiro, 2020.

AMES, Barry. **A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta**. Cadernos da Metrópole, v. 14, n. 27, p. 59–87, 2012.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

ARAUJO, Nayra V. D.; LIMA, Antônia J. D. Policiais Militares em greve: oportunidades e restrições à ação coletiva. **Emancipação**, v. 11, n. 1, p. 73–90, 2011.

ARIAS, Enrique Desmond. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, **Brazil. Studies in Comparative International Development**, v. 48, n. 3, p. 263–284, 2013.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco P. DA. A concentração eleitoral nas eleições paulistanas: medidas e aplicações. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 319–347, 2011.

BORGES, André; PAULA, Carolina De; SILVA, Adriano Da N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 31–58, 2016.

BRASIL. Resolução n° 982, de 25 de abril de 2017 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. **Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CARVALHO, Nelson R.; CORRÊA, Filipe Souza; GHIGGINO, Bianca. Entre o Localismo e Universalismo: a Geografia Social dos Votos e a Questão Metropolitana (alguns resultados preliminares). **Anais do 34° Encontro da ANPOCS**, Caxambú, 2010.

CASTRO, Iná E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DORAN, Bruce J.; BURGESS, Melissa. B. **Putting Fear of Crime on the Map**. New York: Springer, 2012.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85–116, 1991.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. 1° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GELAPE, Lucas D. O. **A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação – Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

HOPKIN, Jonathan. **Conceptualizing Political Clientelism: Political Exchange and Democratic Theory**. American Political Science Association Annual Meetin. Anais. p. 1-19, 2006.

HUGGINS, Martha. O vigilantismo e o Estado: uma vista para o sul e para o norte. **O Alferes**, n. 10(33), p. 17–38, 1992

JANKOWSKI, Michal. Voting for locals: Voters' information processing strategies in open-list PR systems. **Electoral Studies**, v. 43, p. 72–84, 1 set. 2016.

LIMA, Renato S.; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. Revista Direito FGV, v. 12, n. 1, p. 49–85, 2016.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A theory of gradual institutional change. In: **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1–37.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 51–69, 2007.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no rio de janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13–27, 2011.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 139–157, 2007.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado – Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.

PANEBIANCO, Angelo. A ordem organizativa. In: **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 3–39.

PINHEIRO, Paulo S. Polícia e Crise Política: O caso das polícias militares. In: **A Violência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 57–92.

RODRIGUES, André L. Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder. In: PENALVA, A., CORREIA, A.F., MARAFON, G.J., and SANT'ANNA, M.J.G., eds. **Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 116-142.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, n. 95, p. 25–54, 1 jul. 2018.

SALLA, Fernando; TEIXEIRA, Alessandra. O crime organizado entre a criminologia e a sociologia Limites interpretativos, possibilidades heurísticas. **Tempo Social**, v. 32, n. 3, p. 147–171, 2020.

SCHATTSCHNEIDER, Eric E. **Party government: American government in action**. 3. ed. New York: Routledge, 2017.

SILVA, Jailson D. S. E.; FERNANDES, Fernando L.; BRAGA, Raquel. W. Grupos criminosos armados com domínio de território. In: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2008 p. 16–24.

SILVA, Patrick C. O pork barrel no Município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. **Série de Working Papers do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cebrap), Textos para Discussão CEM**. São Paulo, v. 2, n. 11, 2011.

SKOCPOL, Theda. **Why I am a historical institutionalist**. *Polity*, v. 28 n. 1, p. 103-106, 1995.

SOARES, Gláucio A. D.; TERRON, Sonia L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 269–301, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Luis Antonio F. D. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207–223, 2015.

STOKES, Susan C. Political Clientelism. **The Oxford Handbook of Comparative Politics**, p. 1–28, 2009.

STRANGE, Susan; PAOLI, Letiza. Organised crime: the mafias. In: **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge University Press, 1996. p. 110–121.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009 [1998].

TERRON, Sonia. Cartografia e análise política: mapas políticos ou a política em mapas? **ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 123, p. 1–4, 2010.

TERRON, Sonia; RIBEIRO, Andrezza; LUCAS, Joyce F. Há padrões espaciais de representatividade na câmara municipal do rio de janeiro? Análise dos territórios eleitorais dos eleitos em 2008. **Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 28–47, 2012.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. 1° ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 387–412, 2008.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz? **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89–101, 2007.

ZOLNERKEVIC, Aleksei; RAFFO, Jorge D. G. Geografia eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto. **GEOUSP - espaço e tempo**, n. 33, p. 221–228, 2013.

## ANEXO 1

Tabela 6 – Distribuição das Zonas Eleitorais por bairro e controle das milícias

Bairro	Nº das zonas eleitorais	Controle de milícia	Milícia em território vizinho
Saúde	1,2, 193, 204	Não	Não
Laranjeiras	3, 16, 164	Sim, na Favela Julio Otoni	Não
Jardim Botânico	4, 17, 165, 166, 211	Não	Não
Copacabana	5, 18, 205, 206, 252	Não	Não
Maracanã	6, 19, 170, 228	Não	Não
Tijuca	1, 171	Não	Não
Engenho Novo	8	Não	Não
Barra	9, 13, 119, 179	Sim	Sim, Muzema, Rio das Pedras, Jacarepaguá, Gardênia Azul, Recreio dos Bandeirantes (Favela do Fontela)
Piedade	10	Sim	Sim
Olaria	11, 21, 160, 161, 162, 188	Sim	Sim, Ramos
Cascadura	12, 118, 218, 219, 220	Sim	Sim, Campinho, Quitino Bocaiuva
Todos os santos	14, 207, 208	Não	Sim, Engenho de Dentro, Pilares
Marechal Hermes	15, 23, 217	Não	Guadalupe
Meier	20, 213, 214	Não	Sim, Lins de Vasconcelos
Irajá	22, 176, 190	Sim	Sim, Vigário Geral, Jardim América, Brás de Pina
Bangu	24, 124, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238	Sim	Sim, Jacarepaguá, Campo Grande
Santa Cruz	25, 125, 240, 241, 243, 246	Sim	Sim, Campo Grande
Ilha do Governador	117, 191	Não	
Campo Grande	120, 122, 242, 244	Sim	Sim, Santa Cruz, Bangu, Jacarepaguá
Ramos	121	Sim	Sim, Complexo do Alemão
Deodoro	123, 178	Não	Sim, Guadalupe
Catete	163	Não	Sim
Guadalupe	167, 175	Sim	Sim, Costa Barros
Parada de Lucas	177	Não	Sim, Jardim América
Taquara	180, 182, 209, 210	Sim	Jacarepaguá, Tanque
Praça Seca	185	Sim	Campinho, Cascadura, Tanque
Vila da Penha	189	Não	Brás da Pina, Irajá
Portuguesa	192	Não	Não
Del Castilho	215, 216	Sim	Inhauma

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro (Fogo Cruzado, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Disque-Denúncia e a plataforma digital Pista News) e no Relatório Final da CPI das Milícias

## ANEXO 2

Tabela 7 – Localização das Zonas Eleitorais da cidade do Rio de Janeiro

<b>ZE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>LONGITUDE</b>	<b>LATITUDE</b>
1	RUA SACADURA CABRAL, 226	SAUDE	-43.189762733704626	-22.896069930968686
2	RUA SACADURA CABRAL 226 FUNDOS SOBRADO	SAUDE	-43.189762733704626	-22.896069930968686
3	RUA CONDE DE BAEPENDI, 40	LARANJEIRAS	-43.17902714579414	-22.932525276280114
4	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.224.435.672.778.100	-22.971872837028428
5	RUA MIGUEL LEMOS 97 - TERREO	COPACABANA	-43.19272636298702	-22.977431167724546
6	AV. PROF. MANOEL DE ABREU 286	MARACANÃ	-43.234477070476125	-22.91477091684647
7	RUA ANTONIO BASILIO 76	TIJUCA	-43.23586848997343	-22.924660437597687
8	RUA 24 DE MAIO 931 - FUNDOS	ENGENHO NOVO	-43.267.827.302.680.600	-22.902.933.843.379.200
9	AV AYRTON SENNA 2001 BLOCO C	BARRA	-43.36795388203124	-22.9922836489373
10	RUA ASSIS CARNEIRO 436	PIEDADE	-43.31197298997422	-22.893557661944325
11	RUA FILOMENA NUNES, 961	OLARIA	-43.266071433705974	-22.842843162261428
12	AV. DOM HELDER CAMARA 10121 - TERCEIRO ANDAR	CASCADURA	-4.332.486.533.078.230	-22.882.093.398.928.800
13	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C - FRENTE	BARRA	-43.36795388203124	-22.9922836489373
14	RUA GETULIO 127	TODOS OS SANTOS	-43.28052417463089	-22.89518819830987
15	RUA JOAO VICENTE 1545	MARECHAL HERMES	-43.37056898997494	-22.86249402006938
16	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	LARANJEIRAS	-43.179.135.989.187.600	-22.932.226.996.656.500
17	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22450004579306	-22.971902471038863
18	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 3 ANDAR	COPACABANA	-43.19272636298702	-22.977431167724546
19	AVENIDA PROFESSOR MANOEL DE ABREU 286	MARACANÃ	-43.23460581650812	-22.914741270332037
20	RUA DIAS DA CRUZ 787 - SEGUNDO ANDAR	MEIER	-43.29586974534446	-22.903881045235558
21	RUA FILOMENA NUNES 971	OLARIA	-43.26598808812482	-22.842925637171657
22	AV. MONSENHOR FELIX 512- XIV REGIÃO ADMINISTRATIVA	IRAJÁ	-43.32321994534588	-22.846637303912573
23	RUA JOAO VICENTE 1545 A	MARECHAL HERMES	-43.37056898997494	-22.86249402006938
24	RUA FIGUEIREDO CAMARGO 1133 SALA 204	BANGU	-43.461.153.360.352.900	-22.871.050.939.367.000
25	PRAÇA DA SUPERINTENDÊNCIA 420	SANTA CRUZ	-43.68653216347132	-22.911614982234884

117	PRAIA DA OLARIA, S/N - COCOTÁ	ILHA DO GOVERNADOR	-43.179.370.646.861.900	-22.802.905.976.161.000
118	AV. DOM HELDER CAMARA, 10.121 - 2 ANDAR	CASCADURA	-43.32476415074377	-22.881963659636394
119	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C	BARRA	-43.36772611835809	-22.9922836489373
120	RUA TAQUAREMBÓ S/N- 2 ANDAR (REGIONAL DE CAMPO GRANDE)	CAMPO GRANDE	-4.357.287.881.802.390	-22.903.421.625.204.000
121	RUA URANOS 1230 SALA 06	RAMOS	-43.263.912.489.189.200	-22.851.158.428.424.500
122	RUA COXILHA S/N - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE	-43.573.551.073.844.500	-2.290.410.554.568.410
123	RUA FERNÃO DIAS S/N	DEODORO	-43.386550960689696	-22.8555427043908
124	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, N. 1133, SALA 303	BANGU	-43.461.196.275.696.500	-22.871.130.022.184.900
125	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRICOLA	SANTA CRUZ	-43.68564881836	-22.918271146839437
160	RUA FILOMENA NUNES 961 - OLARIA	OLARIA	-43.26598808812482	-22.842925637171657
161	RUA LUCENA, S/N, OLARIA (ANTIGO FÓRUM, ATRÁS DO CLUBE OLARIA) 21.021-320	OLARIA	-43.26698737418207	-22.84034318312074
162	RUA LUCENA S/N (ANTIGO PREDIO DO FORUM LEOPOLDINA)	OLARIA	-43.26698737418207	-22.84034318312074
163	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	CATETE	-4.346.108.898.733.760	-22.871.090.480.781.700
164	RUA MINISTRO TAVARES DE LIRA 128	LARANJEIRAS	-4.346.108.898.733.760	-22.871.090.480.781.700
165	RUA JARDIM BOTANICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452150301467	-22.971872837028428
166	RUA JARDIM BOTANICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452150301467	-22.971872837028428
167	ESTRADA DO CAMBOATÁ 2300, SALAS 201/203- GUADALUPE SHOPPING	GUADALUPE	-4.338.173.704.903.830	-2.283.657.155.987.150
168	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 2 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.274.269.160.352.600	
169	AV. DOS DEMOCRATICOS 1090 (ABRIGO CRISTO REDENTOR)	HIGIENÓPOLIS	-4.327.424.770.268.080	-22.881.332.862.221.400
170	AV. PROFESSOR MANUEL DE ABREU, 286	MARACANÃ	-43.234477070476125	-22.91477091684647
171	RUA ANTONIO BASILIO, 76	TIJUCA	-43.23586848997343	-22.924660437597687
173	RUA VISCONDE DE SANTA ISABEL 34 - 3. ANDAR	VILA ISABEL	-43.252.686.360.352.000	-2.291.573.978.649.640
175	ESTRADA DO CAMBOATÁ, 2300, SALAS 204, GUADALUPE SHOPPING	GUADALUPE	-43.381.733.373.846.000	-22.836.505.054.973.200
176	AV MONSENHOR FELIX, 512	IRAJÁ	-43.32321994534588	-22.846637303912573
177	AV. MONSENHOR FELIX 512	PARADA DE LUCAS	-43.32321994534588	-22.846637303912573

178	RUA FERNÃO DIAS S/N	DEODORO	-43.386550960689696	-22.8555427043908
179	AV. AYRTON SENNA 2001 BLOCO C BARRA DA TIJUCA	BARRA	-43.367.726.118.022.300	-22.992.285.019.465.400
180	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783644534424	-22.917254955241326
182	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783644534424	-22.917254955241326
185	PRAÇA SECA 09	PRAÇA SECA	-4.335.156.054.500.900	-2.289.742.469.888.840
188	RUA LEOPOLDINA REGO 754 - XI R.A.	OLARIA	-4.327.116.581.802.520	-228.420.511.359.008
189	RUA ÁPIA 257 - SALAS 201/202/206	VILA DA PENHA	-4.330.151.613.336.870	-22.845.181.329.910.500
190	AV. MONSENHOR FÉLIX 512 - XIV R.A.	IRAJÁ	-4.332.432.116.035.330	-2.284.634.532.928.020
191	ESTRADA DA CACUIA, 1574	ILHA DO GOVERNADOR	-43.18142900001219	-22.80674465455746
192	RUA ORCADAS 435 - SALA 12 - XX RA (SUBPREFEITURA DA ILHA DO GOVERNADOR	PORTUGUESA	-43.20036567418319	-22.80069488538887
193	RUA SACADURA CABRAL, 226	SAUDE	-43.18966617418063	-22.896119348626424
204	RUA SACADURA CABRAL 226 - TERREO	SAUDE	-43.18966617418063	-22.896119348626424
205	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 1 ANDAR	COPACABANA	-43.19272636298702	-22.977431167724546
206	RUA MIGUEL LEMOS 97 - 1 ANDAR	COPACABANA	-43.19272636298702	-22.977431167724546
207	RUA GETÚLIO 127	TODOS OS SANTOS	-43.28052417463089	-22.89518819830987
208	RUA GETÚLIO, 127/ SEGUNDO ANDAR	TODOS OS SANTOS	-43.28052417463089	-22.89518819830987
209	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783644534424	-22.917254955241326
210	RUA GODOFREDO VIANA, 400	TAQUARA	-43.36783644534424	-22.917254955241326
211	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452150301467	-22.971872837028428
212	RUA JARDIM BOTÂNICO 1060	JARDIM BOTÂNICO	-43.22452150301467	-22.971872837028428
213	RUA DIAS DA CRUZ, 787, 3 ANDAR	MEIER	-43.29586974534446	-22.903881045235558
214	RUA DIAS DA CRUZ 720-A	MEIER	-43.29586974534446	-22.903881045235558
215	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 1 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.27423687418108	-22.881234016111925
216	AV DOM HELDER CAMARA 4175 - 2 ANDAR	DEL CASTILHO	-43.27423687418108	-22.881234016111925
217	RUA XAVIER CURADO S/N (CETEP - FAETEC)	MARECHAL HERMES	-4.337.563.180.268.140	-22.859.185.229.799.100
218	RUA SIDÔNIO PAIS, 54, LOJA 5	CASCADURA	-43.32592562395104	-22.879252997446372
219	RUA SIDÔNIO PAES, 54 LOJA 06	CASCADURA	-43.32592562395104	-22.879252997446372
220	RUA SIDÔNIO PAIS, 54 - LOJA 4	CASCADURA	-43.32592562395104	-22.879252997446372
228	AV. PROFESSOR MANOEL DE ABREU, 286	MARACANÃ	-43.23460581650812	-22.914741270332037
229	RUA HADDOCK LOBO, 72 - SALA 106	ESTÁCIO	-43.208.818.802.680.200	-22.871.090.480.781.700

230	RUA FIGUEIREDO CAMARGO 1133 - SALA 205	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
231	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 201	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
232	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133 SL 304	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
233	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1.133 - SALA 202	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
234	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 203	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
235	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133 SL. 302	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
236	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133/301	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
237	RUA FIGUEIREDO CAMARGO, 1133, SALA 305	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
238	RUA SILVA CARDOSO 349 SL 13 - XVII R.A.	BANGU	-4.346.107.825.850.170	-22.871.090.480.781.700
240	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N	SANTA CRUZ	-43.685659547195996	-22.918310674494375
241	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRICOLA	SANTA CRUZ	-43.685659547195996	-22.918310674494375
242	AV. CESARIO DE MELLO 3963	CAMPO GRANDE	-4.356.973.994.500.860	-2.290.718.644.798.130
243	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N	SANTA CRUZ	-43.685659547195996	-22.918310674494375
244	RUA DOM PEDRITO 1 - XVIII R.A.	CAMPO GRANDE	-43.573.016.437.069.900	-22.903.476.365.986.900
245	ANTIGA ESTRADA RIO-SAO PAULO 176	CAMPO GRANDE	-4.355.958.240.268.070	-2.289.448.886.129.230
246	RUA MARTINHO DE CAMPOS S/N POSTO AGRÍCOLA	SANTA CRUZ	-43.685659547195996	-22.918310674494375
252	RUA MIGUEL LEMOS 97 3 ANDAR	COPACABANA	-43.19272636298702	-22.977431167724546

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

### ANEXO 3

Tabela 8 – Número de eleitores por Zonas Eleitorais

Nº da ZE	BAIRRO	2000	2004	2008	2012	2016	Variação
1	SAUDE	32527	31366	29632	28784	28357	-12,82%
2	SAUDE	49166	49063	48278	48424	49511	0,70%
3	LARANJEIRAS	47445	44340	43604	43011	42330	-10,78%
4	JARDIM BOTÂNICO	50049	49754	49247	49414	49210	-1,68%
5	COPACABANA	41142	38337	37327	36814	35859	-12,84%
6	MARACANÃ	35225	34225	33216	32483	31762	-9,83%
7	TIJUCA	75423	72156	71725	72131	72571	-3,78%
8	ENGENHO NOVO	47428	49310	49534	49654	51460	8,50%
9	BARRA	41753	57969	75154	94034	111397	166,80%
10	PIEDADE	50353	52233	52747	52796	53442	6,13%
11	OLARIA	43551	43844	43724	43624	43730	0,41%
12	CASCADURA	23608	23550	23079	22592	22129	-6,26%
13	BARRA	58899	57607	57134	58125	59329	0,73%
14	TODOS OS SANTOS	39320	37654	37069	36476	35865	-8,79%
15	MARECHAL HERMES	38551	37817	36528	35378	34693	-10,01%
16	LARANJEIRAS	54001	51041	50557	50225	50195	-7,05%
17	JARDIM BOTÂNICO	53583	53067	51683	50809	49447	-7,72%
18	COPACABANA	34034	33037	31915	31155	29985	-11,90%
19	MARACANÃ	51335	51992	51451	50546	49697	-3,19%
20	MEIER	42507	44316	45250	46089	46947	10,45%
21	OLARIA	40814	45979	49516	54264	58331	42,92%
22	IRAJÁ	66914	67619	66670	65856	65783	-1,69%
23	MARECHAL HERMES	49836	51534	51831	52537	53611	7,57%
24	BANGU	53956	57594	59594	61634	64058	18,72%
25	SANTA CRUZ	31831	43727	55018	63908	75454	137,05%
117	ILHA DO GOVERNADOR	49806	50248	48725	47960	47290	-5,05%
118	CASCADURA	33468	38067	40215	42017	44164	31,96%
119	BARRA	46678	55393	64816	73193	79216	69,71%
120	CAMPO GRANDE	39432	45205	51001	69547	75349	91,09%
121	RAMOS	34468	34032	32445	31732	31057	-9,90%
122	CAMPO GRANDE	47115	53756	61082	67871	76102	61,52%

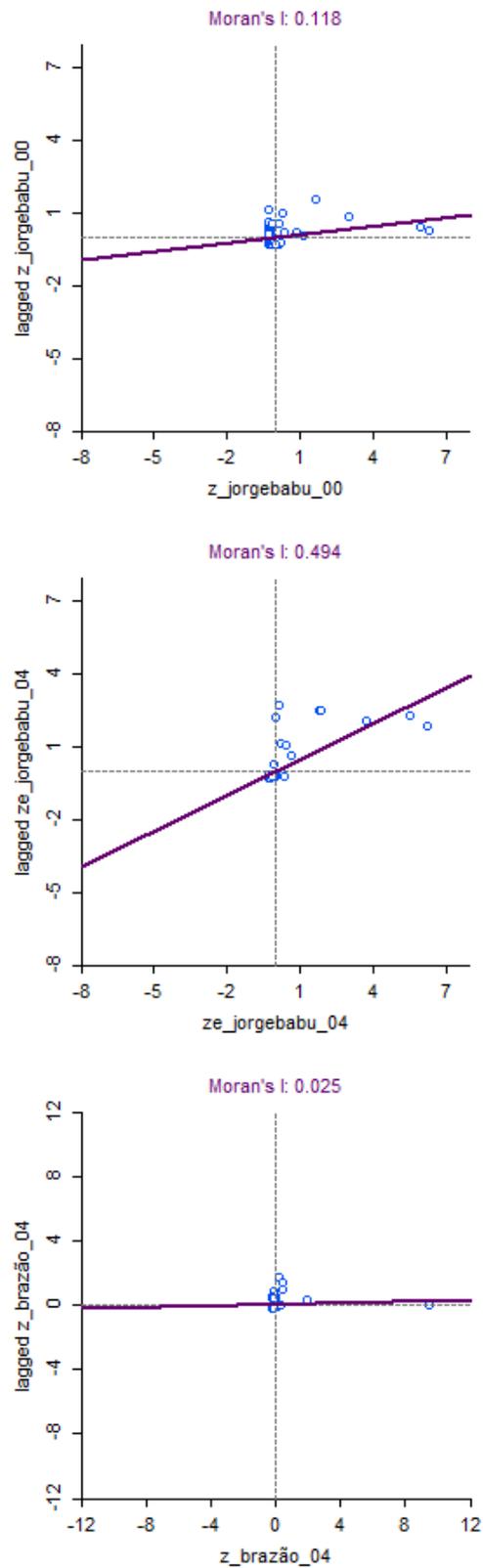
123	DEODORO	43550	47124	48733	51579	52140	19,72%
124	BANGU	35191	34328	33362	32651	32131	-8,70%
125	SANTA CRUZ	39385	42074	46347	49810	55617	41,21%
160	OLARIA	44954	44464	43483	43235	43269	-3,75%
161	OLARIA	64326	70227	76259	80482	84665	31,62%
162	OLARIA	44847	42853	43096	43315	43840	-2,25%
163	CATETE	51570	46827	45890	45652	44994	-12,75%
164	LARANJEIRAS	32598	32195	31615	31634	32260	-1,04%
165	JARDIM BOTÂNICO	33142	31986	30637	29644	28600	-13,70%
166	JARDIM BOTÂNICO	36142	36034	35601	35770	36024	-0,33%
167	GUADALUPE	54046	58916	64688	68843	71316	31,95%
168	DEL CASTILHO	40104	39790	39239	39449	40274	0,42%
169	HIGIENÓPOLIS	52688	52036	51112	51186	52542	-0,28%
170	MARACANÃ	51541	52812	53016	53409	53887	4,55%
171	TIJUCA	42475	42567	41747	41646	42026	-1,06%
173	VILA ISABEL	38779	36740	36158	36649	37501	-3,30%
175	GUADALUPE	35417	49852	51749	52727	53625	51,41%
176	IRAJÁ	44177	45305	46276	47251	48324	9,39%
177	PARADA DE LUCAS	48893	48980	48349	47920	47670	-2,50%
178	DEODORO	32752	34982	36362	36367	38452	17,40%
179	BARRA	54753	79711	94205	107299	121087	121,15%
180	TAQUARA	73269	73612	77968	82249	87037	18,79%
182	TAQUARA	51414	13790	68490	78072	86695	68,62%
185	PRAÇA SECA	46220	49708	54279	57939	61664	33,41%
188	OLARIA	42458	44771	45437	45838	47085	10,90%
189	VILA DA PENHA	40522	42626	43802	45225	47073	16,17%
190	IRAJÁ	41679	43111	43747	43829	44150	5,93%
191	ILHA DO GOVERNADOR	46711	50704	53027	55647	58642	25,54%
192	PORTUGUESA	58567	60933	62299	63766	65060	11,09%
193	SAUDE	32000	34203	37012	39225	39572	23,66%
204	SAUDE	39498	38555	37850	37196	36320	-8,05%
205	COPACABANA	37768	33867	32556	31650	30955	-18,04%
206	COPACABANA	34674	35037	34724	34604	34301	-1,08%
207	TODOS OS SANTOS	27765	28905	29201	29487	29946	7,86%
208	TODOS OS SANTOS	33502	32561	31086	29992	28926	-13,66%

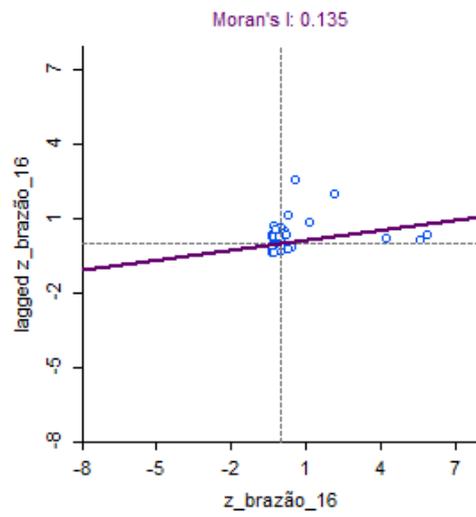
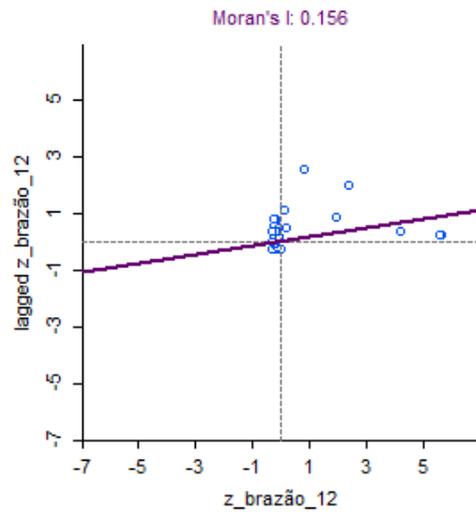
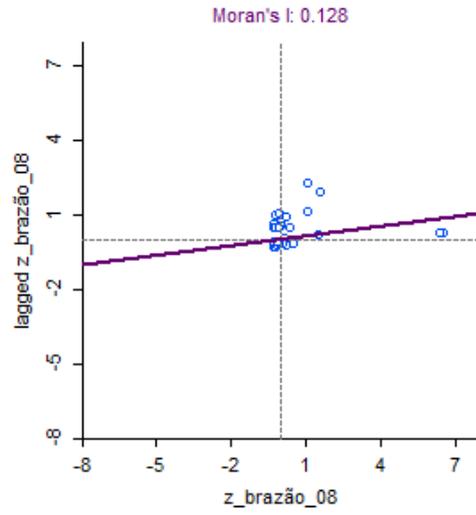
209	TAQUARA	35162	35766	35847	36054	36168	2,86%
210	TAQUARA	34135	37160	39846	42342	44599	30,65%
211	JARDIM BOTÂNICO	57278	63729	67288	71008	75755	32,26%
212	JARDIM BOTÂNICO	27976	27694	26883	26396	26022	-6,98%
213	MEIER	47629	46640	45159	44410	44235	-7,13%
214	MEIER	49519	49930	49771	49887	49850	0,67%
215	DEL CASTILHO	41134	41335	40920	40515	40518	-1,50%
216	DEL CASTILHO	37654	39254	40401	41152	43783	16,28%
217	MARECHAL HERMES	51238	50615	50233	50026	50081	-2,26%
218	CASCADURA	51586	53721	54254	54721	55043	6,70%
219	CASCADURA	60342	61207	61665	61839	62846	4,15%
220	CASCADURA	34601	37356	38813	40801	42872	23,90%
228	MARACANÃ	30717	28278	27473	26602	25973	-15,44%
229	ESTÁCIO	55601	54656	55836	57730	60547	8,90%
230	BANGU	38451	43418	47534	52359	58021	50,90%
231	BANGU	34536	36467	37956	39175	40637	17,67%
232	BANGU	34180	34258	33653	33112	33008	-3,43%
233	BANGU	38595	43509	45225	46844	48284	25,10%
234	BANGU	37200	41881	44229	46162	48263	29,74%
235	BANGU	40044	38679	38503	38092	37940	-5,25%
236	BANGU	25677	24481	23530	23107	22631	-11,86%
237	BANGU	39648	39833	40128	40442	42187	6,40%
238	BANGU	34556	39190	41909	44839	47833	38,42%
240	SANTA CRUZ	47928	44795	44620	44432	44443	-7,27%
241	SANTA CRUZ	38599	44821	50430	56208	62235	61,23%
242	CAMPO GRANDE	51047	52353	53707	64937	68893	34,96%
243	SANTA CRUZ	41734	52462	64261	52118	63519	52,20%
244	CAMPO GRANDE	36711	35709	35067	34973	35915	-2,17%
245	CAMPO GRANDE	46198	55238	60479	64393	68141	47,50%
246	SANTA CRUZ	55588	65305	76608	85795	96353	73,33%
252	COPACABANA	40269	42842	43828	44816	45444	15,54%

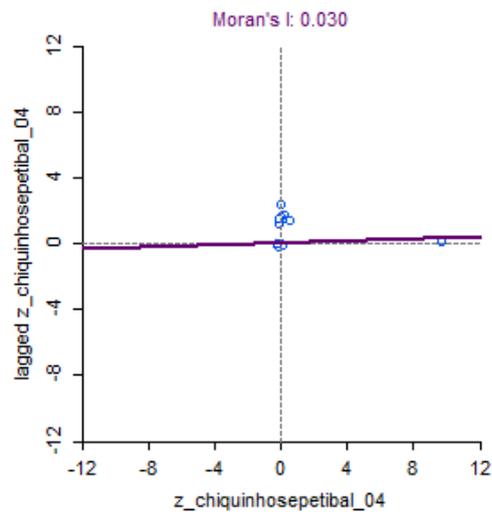
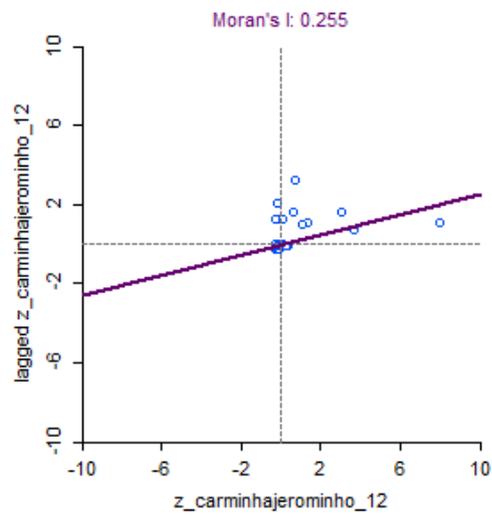
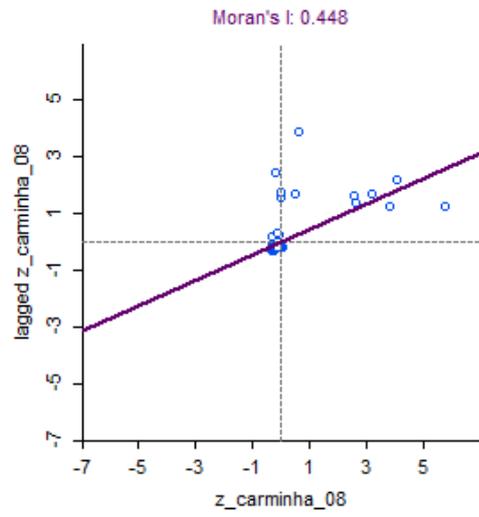
Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

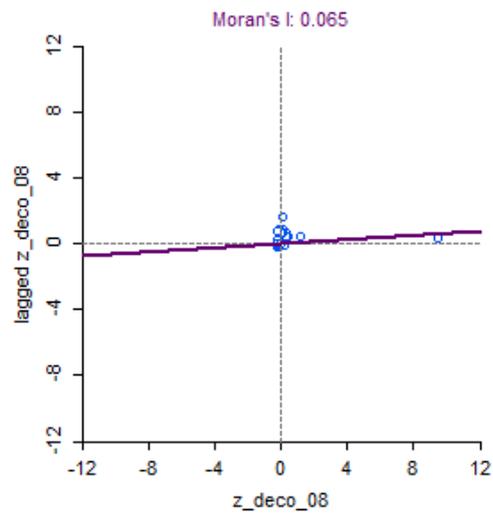
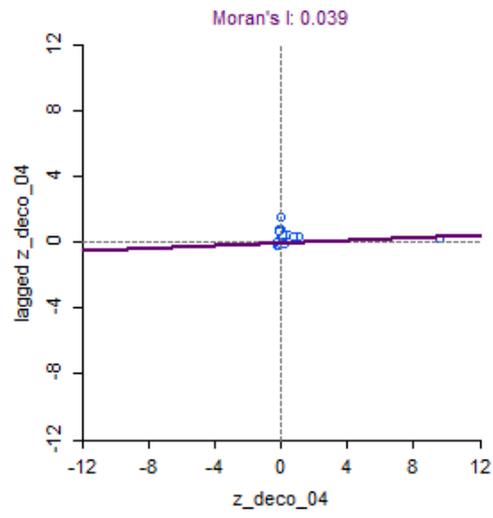
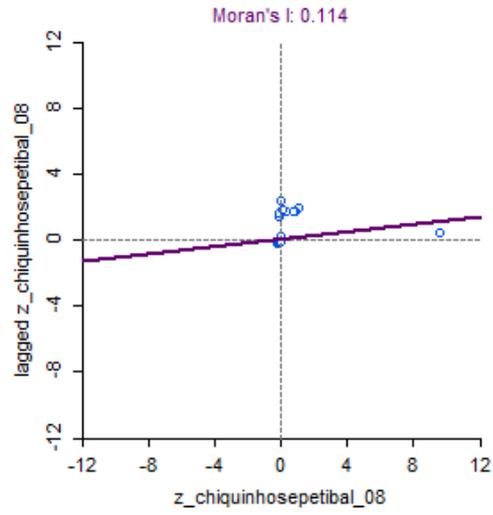
## ANEXO 4

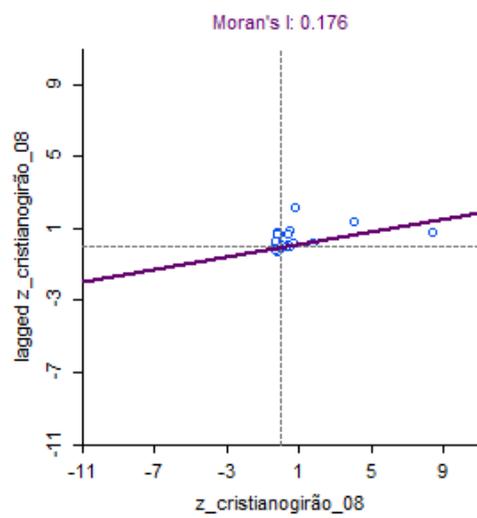
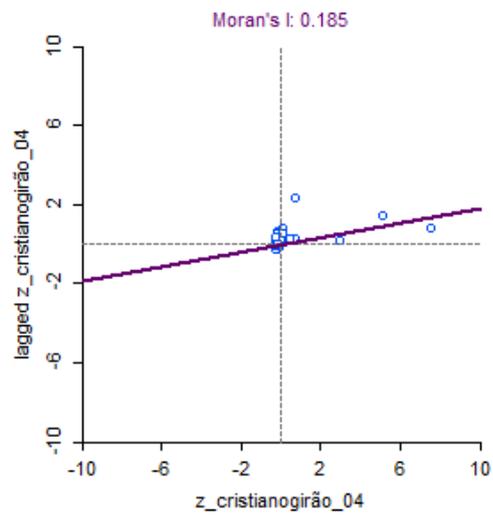
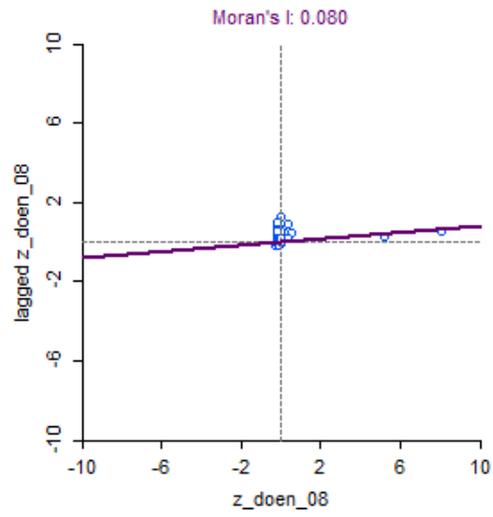
Gráficos de Autocorrelação Espacial por candidato

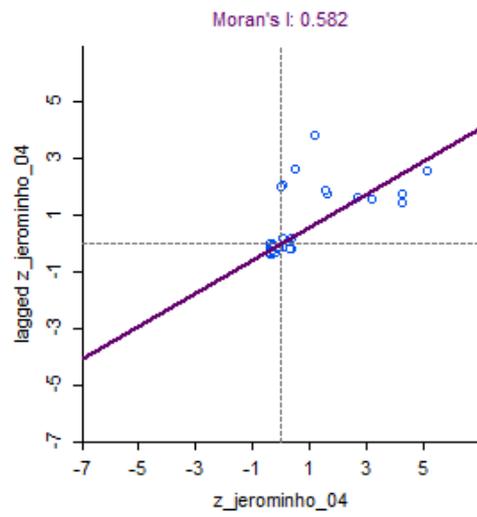
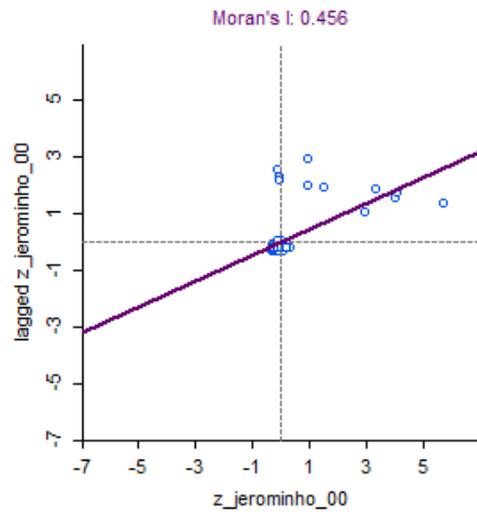
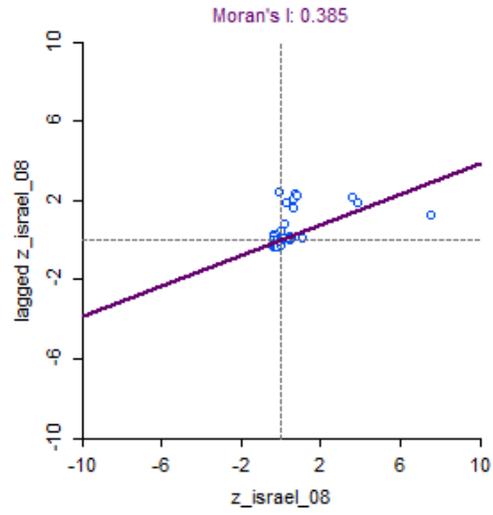


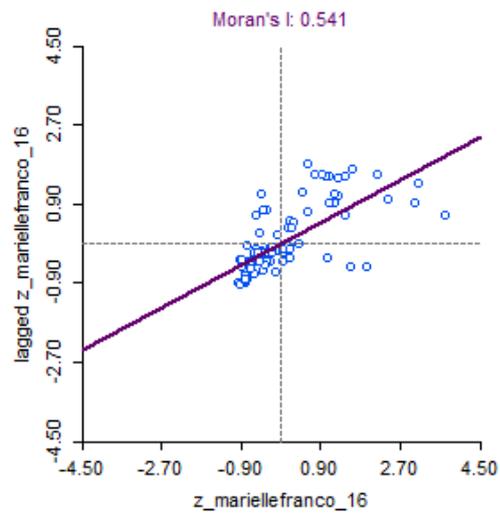
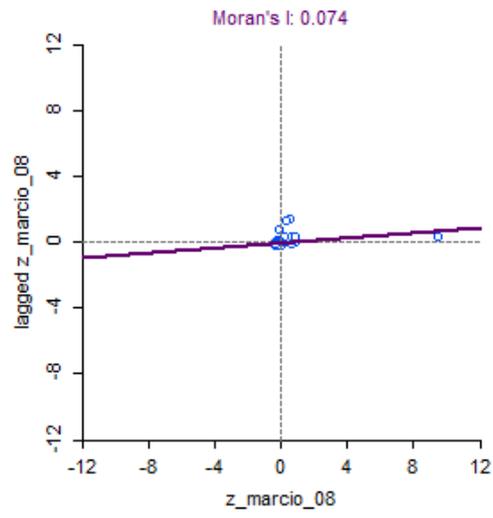
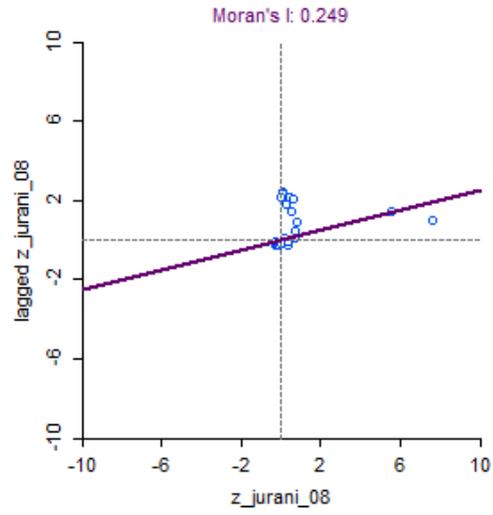


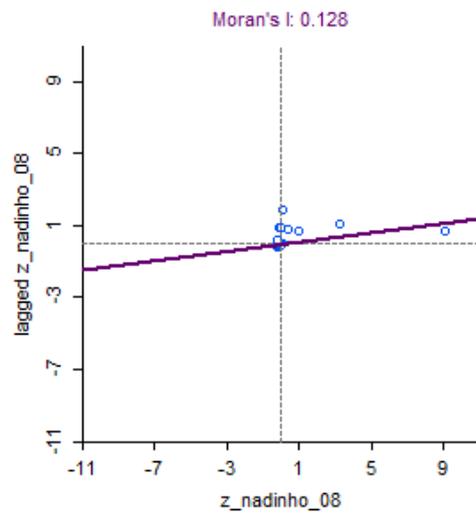
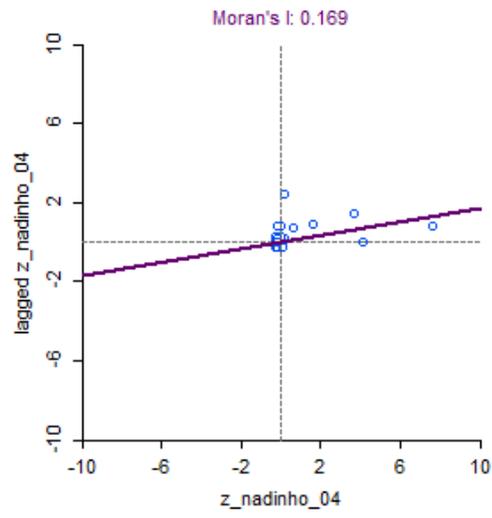
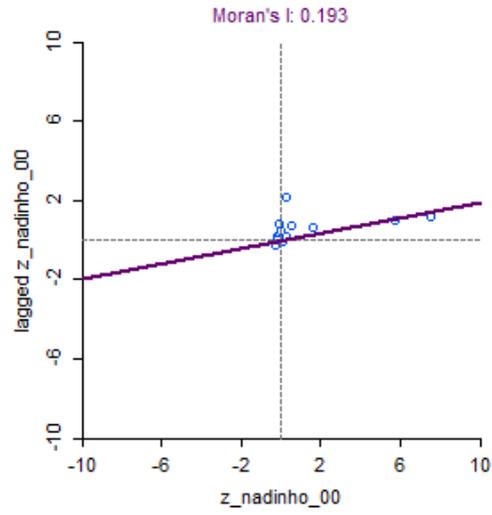


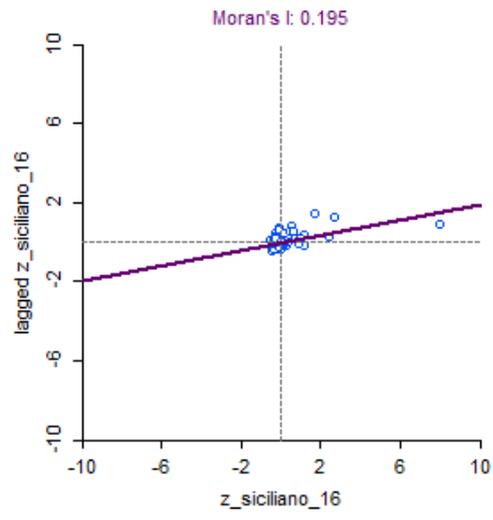
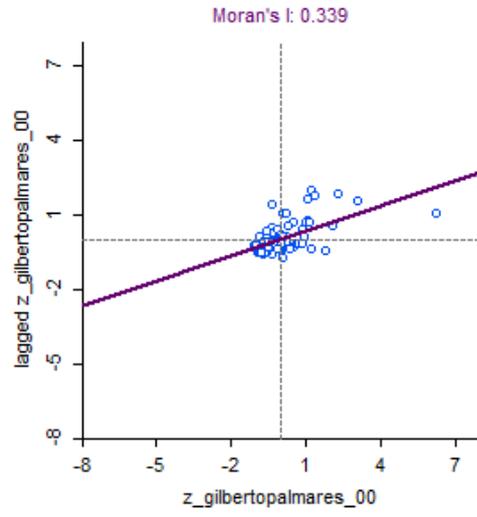


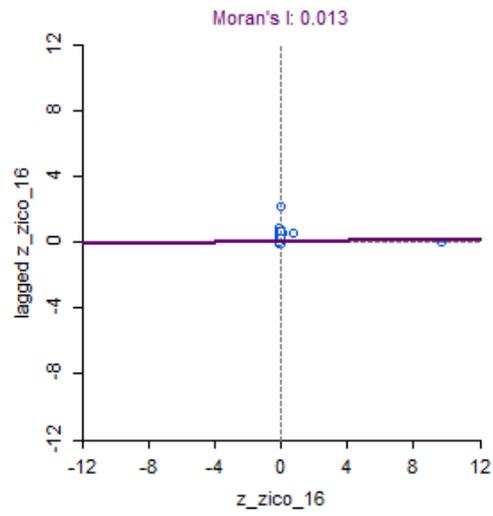
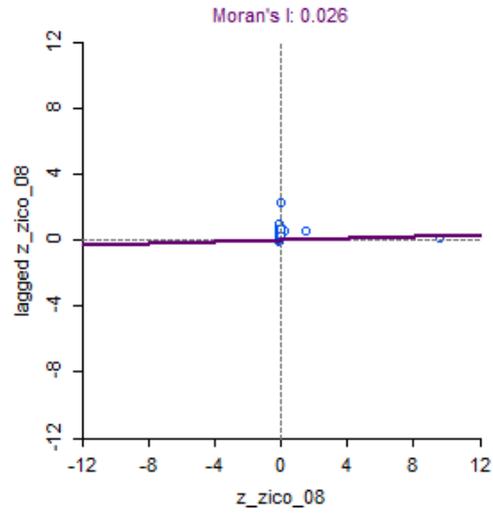












Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Superior Tribunal Eleitoral (TSE).